

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	38
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	95

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	112
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	113
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	114

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	462.115.137
Preferenciais	369.777.303
<b>Total</b>	<b>831.892.440</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	3.998.451
Preferenciais	7.996.902
<b>Total</b>	<b>11.995.353</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	31/03/2011	Dividendo	18/04/2011	Preferencial		0,35060
Assembléia Geral Ordinária	31/03/2011	Dividendo	18/04/2011	Ordinária		0,35060

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	3.464.553	3.376.001
1.01	Ativo Circulante	333.473	331.326
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.251	26.695
1.01.01.01	Caixa e Bancos	115	314
1.01.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	2.136	26.381
1.01.02	Aplicações Financeiras	145.790	143.496
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	145.790	143.496
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	60.324	56.248
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	85.466	87.248
1.01.03	Contas a Receber	162.558	135.560
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	162.558	135.560
1.01.03.02.01	Títulos e Créditos a Receber	157.414	135.535
1.01.03.02.02	Outros Créditos	5.144	25
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.655	24.806
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.655	24.806
1.01.06.01.01	Créditos Tributários e Previdenciários	21.655	24.806
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.219	769
1.02	Ativo Não Circulante	3.131.080	3.044.675
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.091	1.059
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10	10
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	10	10
1.02.01.03	Contas a Receber	1.081	954
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.081	954
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.032	24.469
1.02.01.06.04	(-) Provisão para Risco de Crédito	-29.032	-24.469
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	95
1.02.02	Investimentos	3.124.433	3.037.894
1.02.02.01	Participações Societárias	3.124.433	3.037.894
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.201.115	1.177.781
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.923.318	1.860.113
1.02.03	Imobilizado	45	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	45	0
1.02.03.01.02	Bens Móveis	47	0
1.02.03.01.05	(-) Depreciação	-2	0
1.02.04	Intangível	5.511	5.722
1.02.04.01	Intangíveis	5.511	5.722
1.02.04.01.03	Ágio	5.138	5.138
1.02.04.01.04	Software	4.214	4.214
1.02.04.01.06	(-) Amortizações	-3.841	-3.630

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	3.464.553	3.376.001
2.01	Passivo Circulante	621.286	166.008
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.762	8.833
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.762	8.833
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.569	6.081
2.01.03.01.02	Pis/Cofins a Pagar	0	2.575
2.01.03.01.04	Demais Impostos e Contribuições a Pagar	193	177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	322.157	5.591
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	322.157	5.591
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	109.543	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	212.614	5.591
2.01.05	Outras Obrigações	294.367	151.584
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.597	1.338
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.597	1.338
2.01.05.02	Outros	292.770	150.246
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	291.691	149.853
2.01.05.02.04	Obrigações a Pagar	195	10
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	884	383
2.02	Passivo Não Circulante	2.785	318.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	315.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	315.381
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	98.963
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	216.418
2.02.02	Outras Obrigações	1.570	1.564
2.02.02.02	Outros	1.570	1.564
2.02.02.02.03	Obrigações a Pagar	1.561	1.558
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	9	6
2.02.03	Tributos Diferidos	1.215	1.191
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.215	1.191
2.03	Patrimônio Líquido	2.840.482	2.891.857
2.03.01	Capital Social Realizado	1.237.882	1.185.831
2.03.02	Reservas de Capital	374.237	373.112
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	346.442	346.652
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	25.995	25.995
2.03.02.04	Opções Outorgadas	8.723	7.388
2.03.02.07	Ágio em Transações de Capital	-6.923	-6.923
2.03.04	Reservas de Lucros	1.126.528	1.325.739
2.03.04.01	Reserva Legal	95.883	95.883
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.089.757	1.142.778
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	192
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	145.830
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-59.112	-58.944
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	101.944	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-109	7.175

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	112.133	113.543
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.450	-2.880
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-3.307	-2.721
3.04.02.02	Despesas com Tributos	-143	-159
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	115.583	116.423
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	112.133	113.543
3.06	Resultado Financeiro	-10.189	-3.856
3.06.01	Receitas Financeiras	18.105	28.050
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.294	-31.906
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	101.944	109.687
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-100
3.08.01	Corrente	0	-100
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.944	109.587
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	101.944	109.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,12000	0,13000
3.99.01.02	ON	0,12000	0,13000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,12000	0,13000
3.99.02.02	ON	0,12000	0,13000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	101.944	109.587
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.284	3.944
4.02.01	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-7.284	3.944
4.03	Resultado Abrangente do Período	94.660	113.531

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.646	59.995
6.01.05	Despesas Administrativas	-2.456	-1.357
6.01.06	Impostos e Contribuições	-1.608	-2.986
6.01.07	Dividendos e Juros s/Capital Próprio	0	18.259
6.01.08	Encargos Financeiros	-9.346	-10.390
6.01.09	Compra - TVM Disp. p/Negociação	-12.963	-27.249
6.01.10	Venda - TVM Disp. p/Negociação	6.564	78.002
6.01.11	Rendimentos - TVM Disp. p/Negociação	564	6.289
6.01.20	Outros	599	-573
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.368	-60.410
6.02.01	Compra - TVM demais Categorias	0	-59.993
6.02.02	Venda e Maturidade - TVM demais Categorias	3.861	0
6.02.03	Depósitos e Resgates Judiciais	-5.194	72
6.02.05	Compra e Venda - Ativo Imobilizado	-35	-489
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.430	-13.645
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-3.993	0
6.03.04	Pagamento de PAES	-15	-15
6.03.05	Compra de Ações Próprias	-422	-13.583
6.03.20	Outros	0	-47
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.444	-14.060
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.695	22.232
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.251	8.172

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.185.831	314.168	1.384.683	0	7.175	2.891.857
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.185.831	314.168	1.384.683	0	7.175	2.891.857
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.051	957	-197.881	0	0	-144.873
5.04.01	Aumentos de Capital	52.051	0	-52.051	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.335	0	0	0	1.335
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-378	0	0	0	-378
5.04.06	Dividendos	0	0	-145.830	0	0	-145.830
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-1.162	101.944	-7.284	93.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.944	0	101.944
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-1.162	0	-7.284	-8.446
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.284	-7.284
5.05.02.07	Reversão de Reserva de Expansão de Negócios	0	0	-1.162	0	0	-1.162
5.07	Saldos Finais	1.237.882	315.125	1.185.640	101.944	-109	2.840.482

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.185.831	364.423	1.016.026	0	15.652	2.581.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.185.831	364.423	1.016.026	0	15.652	2.581.932
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-12.418	0	0	0	-12.418
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.165	0	0	0	1.165
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-13.583	0	0	0	-13.583
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.587	3.944	113.531
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.587	0	109.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.944	3.944
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.944	3.944
5.07	Saldos Finais	1.185.831	352.005	1.016.026	109.587	19.596	2.683.045

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.305	-1.024
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.305	-1.024
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.305	-1.024
7.04	Retenções	-213	-4
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-213	-4
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.518	-1.028
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	110.303	118.513
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	115.583	116.325
7.06.02	Receitas Financeiras	-9.838	8.063
7.06.03	Outros	4.558	-5.875
7.06.03.03	Variações Cambiais - Empréstimos e Comprom Mobil	4.898	-5.609
7.06.03.05	Atualizações Monetárias - Depósitos Judiciais	20	13
7.06.03.06	Outras	-360	-279
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	107.785	117.485
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	107.785	117.485
7.08.01	Pessoal	639	1.579
7.08.01.01	Remuneração Direta	573	407
7.08.01.02	Benefícios	66	1.172
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69	393
7.08.02.01	Federais	65	300
7.08.02.03	Municipais	4	93
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.133	5.926
7.08.03.01	Juros	5.088	5.886
7.08.03.02	Aluguéis	45	40
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.944	109.587
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.944	109.587

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	12.662.217	12.268.229
1.01	Ativo Circulante	8.683.558	8.343.701
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	725.825	593.478
1.01.01.01	Caixa e Bancos	62.702	21.704
1.01.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	663.123	571.774
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.962.340	5.735.907
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.645.813	5.429.388
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.783.256	2.766.847
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	2.862.557	2.662.541
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	316.527	306.519
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	316.527	306.519
1.01.03	Contas a Receber	1.449.226	1.455.846
1.01.03.01	Clientes	1.157.360	1.177.216
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	797.792	801.056
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	36.678	41.662
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	304.881	344.247
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	73.293	53.621
1.01.03.01.05	(-)Provisão para Risco de Crédito	-69.001	-68.483
1.01.03.01.06	Créditos de Operações Prev Complementar	13.717	5.113
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	291.866	278.630
1.01.03.02.01	Titulos e Créditos a Receber	178.471	173.995
1.01.03.02.02	Outros Créditos	122.756	113.970
1.01.03.02.03	(-)Provisão para Risco de Crédito	-9.361	-9.335
1.01.06	Tributos a Recuperar	73.420	88.759
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	73.420	88.759
1.01.06.01.01	Créditos Tributários e Previdenciários	73.420	88.759
1.01.07	Despesas Antecipadas	22.477	22.124
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	450.270	447.587
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	52.136	46.703
1.01.08.01.01	Outros Valores e Bens	50.870	45.437
1.01.08.01.02	Ativos Mantidos para Venda	1.266	1.266
1.01.08.03	Outros	398.134	400.884
1.01.08.03.01	Desp. de Resseg. e Retroc. Diferidas	54.425	58.909
1.01.08.03.02	Desp. Comerc. Diferidas - Seg/Resseg	338.819	337.285
1.01.08.03.03	Desp. Comerc. Diferidas - Previdência	4.890	4.690
1.02	Ativo Não Circulante	3.978.659	3.924.528
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.821.814	3.761.422
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.083	11.883
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	9.507	11.110
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	2.576	773
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.241.350	1.219.682
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.241.350	1.219.682
1.02.01.03	Contas a Receber	1.771.414	1.753.186
1.02.01.03.01	Clientes	172.689	177.687
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.598.725	1.575.499
1.02.01.06	Tributos Diferidos	614.160	590.325

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	683.062	659.716
1.02.01.06.02	Créditos Tributários - Pis/Cofins	77.174	71.286
1.02.01.06.03	Demais Impostos e Contribuições a Recuperar	5.251	5.043
1.02.01.06.04	(-)Provisão para Risco de Crédito	-151.327	-145.720
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	11.326	7.845
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	256	457
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	256	457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	171.225	178.044
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.092	1.092
1.02.01.09.03	Desp. de Resseg. e Retroc. Diferidas	22.609	25.082
1.02.01.09.04	Desp. Comerc. Diferidas - Seg/Resseg.	144.680	148.999
1.02.01.09.05	Desp. Comerc. Diferida - Previdência	2.844	2.871
1.02.02	Investimentos	4.595	4.825
1.02.02.01	Participações Societárias	72	159
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	72	159
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.523	4.666
1.02.02.02.01	Imóveis Destinados a Renda	11.723	12.119
1.02.02.02.02	(-)Depreciação	-7.200	-7.453
1.02.03	Imobilizado	54.536	58.168
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.536	58.168
1.02.03.01.01	Imóveis	462	462
1.02.03.01.02	Bens Móveis	53.428	52.474
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	43.356	43.088
1.02.03.01.05	(-)Depreciação	-42.710	-37.856
1.02.04	Intangível	97.714	100.113
1.02.04.01	Intangíveis	97.714	100.113
1.02.04.01.03	Ágio	20.574	20.574
1.02.04.01.04	Software	123.612	114.808
1.02.04.01.06	(-)Amortizações	-46.472	-35.269

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	12.662.217	12.268.229
2.01	Passivo Circulante	5.407.476	4.809.311
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.215	31.006
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.215	31.006
2.01.01.02.01	Provisões Trabalhistas	33.215	31.006
2.01.03	Obrigações Fiscais	172.076	170.487
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	160.986	159.817
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.245	38.624
2.01.03.01.02	Pis/Cofins a Pagar	13.390	12.682
2.01.03.01.03	Impostos sobre Oper Financeiras a Pagar	41.984	44.008
2.01.03.01.04	Refis a Pagar	38.552	38.164
2.01.03.01.05	Demais Impostos e Contribuições a Pagar	12.665	12.978
2.01.03.01.06	Imposto de Renda de Terceiros	25.150	13.361
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	-25	0
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	-25	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11.115	10.670
2.01.03.03.01	Impostos sobre Serviços a Pagar	11.115	10.670
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	322.156	5.591
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	322.156	5.591
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	109.542	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	212.614	5.591
2.01.05	Outras Obrigações	553.927	438.499
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.405	52.496
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	37.405	52.496
2.01.05.02	Outros	516.522	386.003
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	292.142	150.308
2.01.05.02.04	Obrigações a Pagar	49.380	66.861
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	123.175	93.640
2.01.05.02.06	Outros Débitos	51.825	75.194
2.01.06	Provisões	4.326.102	4.163.728
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.034	46.622
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.980	6.953
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	43.054	39.669
2.01.06.02	Outras Provisões	4.279.068	4.117.106
2.01.06.02.04	Débitos de Operações c/Seg. e Resseg.	294.985	342.282
2.01.06.02.05	Débitos de Operações com Previdência	13.149	2.425
2.01.06.02.06	Depósitos de Terceiros	53.302	63.758
2.01.06.02.07	Provisão de Prêmios não Ganhos	1.347.978	1.361.367
2.01.06.02.08	Provisão de Insuficiência de Prêmios	11.723	9.769
2.01.06.02.09	Provisão de Sinistros a Liquidar	1.297.772	937.909
2.01.06.02.10	Prov. de Sin./Eventos Ocorr. não Avisados	592.110	743.321
2.01.06.02.11	Prov. de Benefícios Concedidos - Saúde	5.764	5.511
2.01.06.02.12	Prov. Matem. Benefícios a Conceder	142.281	130.684
2.01.06.02.13	Prov. Matem. Benefícios Concedidos	386	392
2.01.06.02.14	Provisão de Riscos não Expirados	205	218
2.01.06.02.15	Provisão de Excedente Financeiro	23	18

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.01.06.02.16	Provisão de Benefícios a Regularizar	15.149	15.714
2.01.06.02.17	Outras Provisões	2.537	2.491
2.01.06.02.18	Provisões Técnicas - Previdência	501.704	501.247
2.02	Passivo Não Circulante	4.414.259	4.567.061
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	315.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	315.381
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	98.963
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	216.418
2.02.02	Outras Obrigações	908.629	882.883
2.02.02.02	Outros	908.629	882.883
2.02.02.02.03	Obrigações a Pagar	847.244	822.177
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	59.286	59.137
2.02.02.02.05	Outros Débitos	2.099	1.569
2.02.03	Tributos Diferidos	129.080	124.185
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	129.080	124.185
2.02.04	Provisões	3.376.550	3.244.612
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	458.034	455.399
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	220.890	223.636
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.561	31.319
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	196.602	200.444
2.02.04.01.05	Outras Provisões para Contingências	7.981	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.918.516	2.789.213
2.02.04.02.04	Débitos de Oper. com Seguros e Resseguros	13.283	13.284
2.02.04.02.05	Provisão de Prêmios não Ganhos	63.311	68.322
2.02.04.02.06	Provisão de Insuficiência de Prêmios	57.790	38.832
2.02.04.02.07	Prov. Benefícios Concedidos - Saúde	8.661	8.562
2.02.04.02.08	Prov. Matem. Benefícios a Conceder	506.333	459.871
2.02.04.02.09	Outras Provisões	422	653
2.02.04.02.10	Provisões Técnicas - Previdência	1.831.562	1.758.256
2.02.04.02.11	Sinistros a Liquidar	437.154	441.433
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.840.482	2.891.857
2.03.01	Capital Social Realizado	1.237.882	1.185.831
2.03.02	Reservas de Capital	374.237	373.112
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	346.442	346.652
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	25.995	25.995
2.03.02.04	Opções Outorgadas	8.723	7.388
2.03.02.07	Ágio em Transações de Capital	-6.923	-6.923
2.03.04	Reservas de Lucros	1.126.528	1.325.739
2.03.04.01	Reserva Legal	95.883	95.883
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.089.757	1.142.778
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	192
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	145.830
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-59.112	-58.944
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	101.944	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-109	7.175

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.118.936	1.868.957
3.01.01	Prêmios de Seguros	2.220.002	1.950.496
3.01.02	Prêmios Convênio DPVAT	17.790	17.251
3.01.03	Prêmios de Co-seguros Cedidos	-3.231	-4.702
3.01.04	Prêmios Cedidos em Resseguros	-42.451	-41.847
3.01.05	Prêmios de Retrocessão	23	2
3.01.06	Prêmios Cedidos a Consórcios e Fundos	-8.896	-8.627
3.01.07	Variação das Provisões Técnicas	-64.301	-43.616
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.567.142	-1.341.462
3.02.01	Sinistros Diretos	-1.869.734	-1.323.960
3.02.02	Sinistros de Consórcios e Fundos	-4.659	-3.777
3.02.03	Serviços de Assistências	-85	27
3.02.04	Recuperação de Sinistros	117.048	15.312
3.02.05	Salvados e Ressarcimentos	42.699	31.726
3.02.06	Variação Prov Sinistros Ocorr. não Avisados	153.516	-54.856
3.02.07	Despesas com Benefícios	-3.673	-6.382
3.02.08	Variação Prov. Eventos Ocorr. não Avisados	-2.254	448
3.03	Resultado Bruto	551.794	527.495
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-530.985	-494.214
3.04.01	Despesas com Vendas	-257.491	-211.934
3.04.01.01	Comissões	-255.151	-216.541
3.04.01.02	Recuperação de Comissões	2.612	2.284
3.04.01.03	Outras Despesas de Comercialização	-617	-486
3.04.01.04	Var. Desp. Comercialização Diferidas	-4.335	2.809
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-239.384	-212.489
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-199.010	-175.987
3.04.02.02	Despesas com Tributos	-40.374	-36.502
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	32.380	29.614
3.04.04.01	Rendas e Contribuições Retidas de Prev.	48.305	41.279
3.04.04.02	Variação Prov. Técnicas de Previdência	-39.588	-35.021
3.04.04.04	Outras Receitas Operacionais - Seguros	3.444	2.659
3.04.04.05	Resultado Oper. Assistência a Saúde	7.023	8.529
3.04.04.06	Resultado da Atividade Financeira	5.992	5.175
3.04.04.07	Receitas com Imóveis de Renda	121	38
3.04.04.08	Outras Receitas/Despesas Patrimoniais	129	1.185
3.04.04.09	Rendas com Taxa de Gestão - Seguros	2.133	1.472
3.04.04.10	Rendas com Taxa de Gestão - Previdência	4.828	4.258
3.04.04.11	Lucro na Venda de Ativo Permanente	-7	40
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-66.490	-99.405
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais - Seguros	-60.266	-94.070
3.04.05.02	Despesas com Benefícios Previdência	-4.178	-1.897
3.04.05.03	Despesas de Comercialização - Previdência	-1.956	-2.559
3.04.05.04	Ajustes de Investimento Coligada/Controlada	0	-715
3.04.05.05	Outras Despesas Operacionais - Previdência	-90	-164
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.809	33.281

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.06	Resultado Financeiro	153.488	117.542
3.06.01	Receitas Financeiras	353.028	241.154
3.06.02	Despesas Financeiras	-199.540	-123.612
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	174.297	150.823
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-72.353	-40.806
3.08.01	Corrente	-85.222	-58.179
3.08.02	Diferido	12.869	17.373
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.944	110.017
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	101.944	110.017
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	101.944	109.587
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	430
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,12000	0,13000
3.99.01.02	ON	0,12000	0,13000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,12000	0,13000
3.99.02.02	ON	0,12000	0,13000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	101.944	110.017
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.284	3.944
4.02.01	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-7.284	3.944
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	94.660	113.961
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	94.660	113.531
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	430

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	384.277	-49.983
6.01.01	Cobrança	2.483.185	2.090.279
6.01.02	Sinistros e Benefícios	-1.613.892	-1.403.046
6.01.03	Comissões	-271.196	-248.777
6.01.04	Receitas e Despesas Operacionais	-30.562	-25.612
6.01.05	Despesas Administrativas	-229.516	-213.633
6.01.06	Impostos e Contribuições	-123.524	-91.244
6.01.07	Dividendos e Juros s/Capital Próprio	0	3.809
6.01.08	Encargos Financeiros	-13.446	-14.335
6.01.09	Compra - TVM Disp. p/Negociação	-1.396.896	-1.627.649
6.01.10	Venda - TVM Disp. p/Negociação	1.387.196	1.319.826
6.01.11	Rendimentos - TVM Disp. p/Negociação	167.325	129.570
6.01.20	Outros	25.603	30.829
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-241.342	-195.265
6.02.01	Compra - TVM demais categorias	-888.834	-817.761
6.02.02	Venda e Maturidade - TVM demais categorias	681.790	636.500
6.02.03	Depósitos e Resgates Judiciais	-29.130	-11.033
6.02.05	Compra e Venda - Ativo Imobilizado	-5.168	-2.971
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.588	-19.816
6.03.02	Dividendos e Juros s/Capital Próprio	-3.995	-1
6.03.04	Pagamento de PAES	-6.085	-6.085
6.03.05	Compra de Ações Próprias	-508	-13.583
6.03.20	Outros	0	-147
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	132.347	-265.064
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	593.478	590.659
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	725.825	325.595

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.185.831	314.168	1.384.683	0	7.175	2.891.857	0	2.891.857
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.185.831	314.168	1.384.683	0	7.175	2.891.857	0	2.891.857
5.04	Transações de Capital com os Sócios	52.051	957	-197.881	0	0	-144.873	0	-144.873
5.04.01	Aumentos de Capital	52.051	0	-52.051	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.335	0	0	0	1.335	0	1.335
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-378	0	0	0	-378	0	-378
5.04.06	Dividendos	0	0	-145.830	0	0	-145.830	0	-145.830
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-1.162	101.944	-7.284	93.498	0	93.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.944	0	101.944	0	101.944
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-1.162	0	-7.284	-8.446	0	-8.446
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.284	-7.284	0	-7.284
5.05.02.07	Reversão de Reserva de Expansão de Negócios	0	0	-1.162	0	0	-1.162	0	-1.162
5.07	Saldos Finais	1.237.882	315.125	1.185.640	101.944	-109	2.840.482	0	2.840.482

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.185.831	364.423	1.016.026	0	15.652	2.581.932	249.191	2.831.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.185.831	364.423	1.016.026	0	15.652	2.581.932	249.191	2.831.123
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-12.418	0	0	0	-12.418	0	-12.418
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.165	0	0	0	1.165	0	1.165
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-13.583	0	0	0	-13.583	0	-13.583
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.587	3.944	113.531	-249.191	-135.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.587	0	109.587	0	109.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.944	3.944	-249.191	-245.247
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.944	3.944	0	3.944
5.05.02.06	Participações dos Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-249.191	-249.191
5.07	Saldos Finais	1.185.831	352.005	1.016.026	109.587	19.596	2.683.045	0	2.683.045

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	2.263.197	2.017.083
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.367.572	2.032.165
7.01.02	Outras Receitas	-103.889	8.037
7.01.02.01	Var. Prov. Técnicas - Seguros	-64.301	43.058
7.01.02.02	Var. Prov. Técnicas - Previdência	-39.588	-35.021
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-486	-23.119
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.177.569	-1.810.185
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.798.318	-1.466.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-384.071	-340.372
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	184	0
7.02.04	Outros	4.636	-3.149
7.03	Valor Adicionado Bruto	85.628	206.898
7.04	Retenções	-11.259	-10.199
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.259	-10.199
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	74.369	196.699
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	291.042	140.906
7.06.02	Receitas Financeiras	198.430	169.113
7.06.03	Outros	92.612	-28.207
7.06.03.01	Resultado com Operações de Resseguros Cedidos	74.914	-25.312
7.06.03.02	Resultado com Operações de Co-seguros Cedidos	-10.835	-10.012
7.06.03.03	Variações Monetárias - Empréstimos e Comprom Mob.	4.894	-5.629
7.06.03.04	Variações Monetárias e Cambiais - Seguros e Prev	-3.366	-7.334
7.06.03.05	Atualizações Monetárias - Depósitos Judiciais	19.319	13.510
7.06.03.06	Outras	7.686	6.570
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	365.411	337.605
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	365.411	337.605
7.08.01	Pessoal	96.843	105.839
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.628	80.753
7.08.01.02	Benefícios	19.989	21.545
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.226	3.541
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	141.247	101.686
7.08.02.01	Federais	138.692	98.287
7.08.02.02	Estaduais	14	27
7.08.02.03	Municipais	2.541	3.372
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.377	20.063
7.08.03.01	Juros	15.503	15.317
7.08.03.02	Aluguéis	9.874	4.746
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.944	110.017
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.944	109.587
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	430

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

(Em milhares de reais)

A Companhia obteve, no primeiro trimestre de 2011 um lucro de R\$ 101.944 (R\$ 109.587 no mesmo período de 2010), oriundo principalmente de equivalência patrimonial de R\$ 115.583 (R\$ 116.423 no mesmo período de 2010), cujo valor por controlada tem a seguinte composição:

	<b>R\$ mil</b>	
	<b>1 Trimestre</b>	<b>1 Trimestre</b>
	<b>de 2011</b>	<b>de 2010</b>
SAEPAR Serviços e Participações S.A.	68.027	61.819
Sul América Companhia Nacional de Seguros	18.852	16.797
Sul América Companhia de Seguro Saúde	28.704	37.807
	<b>115.583</b>	<b>116.423</b>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### *Lucro Líquido recorrente cresce 19,4% e prêmios aumentam 23,1% no 1T11.*

#### Destaques do período

Prêmios de seguros crescem 23,1% no 1T11 (aumento de 0,3% em relação ao 4T10), totalizando R\$2,2 bilhões em termos recorrentes. Prêmios de seguro saúde aumentam 27,4% (aumento de 2,4% em relação ao 4T10) em termos recorrentes, com prêmios da carteira de saúde grupal crescendo 27,8% (aumento de 4,3% em relação ao 4T10), e destaque para segmento de pequenas e médias empresas, cujos prêmios aumentam 56,9%. Prêmios de seguros de automóveis crescem 22,9% em relação ao 1T10 (queda de 4,5% em relação ao 4T10), e frota segurada atinge cerca de 1,4 milhão de veículos.

Sinistralidade total é de 74,0% no 1T11, com redução de 0,2 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 9,1 p.p. em relação ao 4T10). Sinistralidade de seguro saúde atinge 80,1%, com melhora de 0,6 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 11,0 p.p. em relação ao 4T10). Seguros de automóveis registram sinistralidade de 62,0%, queda de 1,7 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 3,6 p.p. em relação ao 4T10).

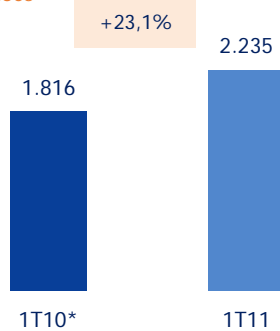
Índice combinado é de 99,3% no 1T11, com melhora de 1,4 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 5,0 p.p. em relação ao 4T10).

Resultado dos investimentos totaliza R\$138,9 milhões com rentabilidade equivalente a 111,1% do CDI, excluído o resultado das operações de previdência e VGBL.

Lucro líquido é de R\$101,9 milhões no 1T11, com aumento de 19,4% em relação ao 1T10 (redução de 35,6% em relação ao 4T10), em termos recorrentes. Rentabilidade do patrimônio anualizada atinge 14,6% no 1T11 e a companhia encerra o período com total de ativos de R\$12,7 bilhões.

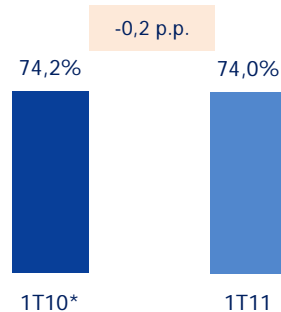
#### Prêmios de seguros

R\$ milhões



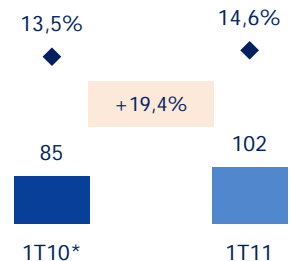
#### Índice de sinistralidade

% prêmios ganhos



#### Lucro líquido e rentabilidade

■ Lucro líquido (R\$ milhões) ◆ ROAE (%)



\* Números recorrentes

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Efeitos dos eventos não recorrentes

#### Prêmios complementares de seguro saúde individual

As demonstrações financeiras do 1T10 e 4T10 contemplam efeitos de decisão de julho de 2005, mediante a qual a ANS autorizou a SulAmérica a reajustar em 26,1% os preços das apólices de seguro saúde individual emitidas anteriormente a 1º de janeiro de 1999. Esse reajuste deveria ter sido aplicado no período de julho de 2005 a junho de 2006, observada a data de aniversário dos contratos. Em razão de uma decisão judicial provisória, o reajuste foi suspenso naquela ocasião, tendo sido cobrado o mesmo percentual de reajuste dos planos novos (11,69%). No final de novembro de 2009, a decisão provisória foi revogada, restabelecendo o direito da SulAmérica ter suas mensalidades corrigidas, conforme ocorreu nos demais Estados da Federação. A partir de dezembro de 2009, os segurados do Estado da Bahia tiveram acrescidos ao valor da mensalidade a diferença de 12,9% referente ao reajuste aplicado em 2005. Os ajustes referentes à emissão dos prêmios complementares de seguro saúde individual foram registrados nas linhas de prêmios, outras despesas operacionais, despesas com tributos e imposto de renda e contribuição social no 1T10 e 4T10.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Operações de seguros**

Prêmios de seguros   R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Seguro saúde	1.438,9	1.189,8	20,9%	1.381,9	4,1%
Seguro saúde ajustado	1.438,9	1.129,1	27,4%	1.405,7	2,4%
Seguro saúde grupal	1.064,4	832,9	27,8%	1.020,2	4,3%
Seguro saúde grupal ajustado	1.064,4	832,9	27,8%	1.020,2	4,3%
Seguro saúde individual	374,4	356,9	4,9%	361,7	3,5%
Seguro saúde individual ajustado	374,4	296,3	26,4%	385,6	-2,9%
Seguros de automóveis	515,2	419,1	22,9%	539,2	-4,5%
Seguros de outros ramos elementares	120,3	135,4	-11,2%	107,1	12,3%
Seguros de pessoas	160,2	132,1	21,3%	175,3	-8,6%
<b>Total</b>	<b>2.234,6</b>	<b>1.876,4</b>	<b>19,1%</b>	<b>2.203,4</b>	<b>1,4%</b>
<b>Total Ajustado</b>	<b>2.234,6</b>	<b>1.815,7</b>	<b>23,1%</b>	<b>2.227,3</b>	<b>0,3%</b>

Prêmios ganhos   R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Seguro saúde	1.434,4	1.273,8	12,6%	1.385,0	3,6%
Seguro saúde ajustado	1.434,4	1.213,1	18,2%	1.408,9	1,8%
Seguro saúde grupal	1.060,2	852,8	24,3%	1.021,1	3,8%
Seguro saúde grupal ajustado	1.060,2	852,8	24,3%	1.021,1	3,8%
Seguro saúde individual	374,2	421,0	-11,1%	363,9	2,8%
Seguro saúde individual ajustado	374,2	360,3	3,9%	387,8	-3,5%
Seguros de automóveis	520,0	416,1	25,0%	507,9	2,4%
Seguros de outros ramos elementares	75,3	78,5	-4,1%	85,6	-12,1%
Seguros de pessoas	89,3	100,6	-11,3%	88,5	0,8%
<b>Total</b>	<b>2.118,9</b>	<b>1.869,0</b>	<b>13,4%</b>	<b>2.067,1</b>	<b>2,5%</b>
<b>Total Ajustado</b>	<b>2.118,9</b>	<b>1.808,3</b>	<b>17,2%</b>	<b>2.090,9</b>	<b>1,3%</b>

Índice de sinistralidade   %	1T11	1T10	Δ p.p.	4T10	Δ p.p.
Seguro saúde	80,1%	76,9%	3,3	70,4%	9,8
Seguro saúde ajustado	80,1%	80,7%	-0,6	69,2%	11,0
Seguro saúde grupal	78,7%	79,0%	-0,2	68,3%	10,5
Seguro saúde grupal ajustado	78,7%	79,0%	-0,2	68,3%	10,5
Seguro saúde individual	84,1%	72,5%	11,6	76,2%	7,9
Seguro saúde individual ajustado	84,1%	84,7%	-0,6	71,5%	12,6
Seguros de automóveis	62,0%	63,7%	-1,7	58,4%	3,6
Seguros de outros ramos elementares	63,0%	65,2%	-2,2	51,8%	11,2
Seguros de pessoas	53,7%	46,0%	7,7	46,8%	7,0
<b>Total</b>	<b>74,0%</b>	<b>71,8%</b>	<b>2,2</b>	<b>65,6%</b>	<b>8,3</b>
<b>Total Ajustado</b>	<b>74,0%</b>	<b>74,2%</b>	<b>-0,2</b>	<b>64,9%</b>	<b>9,1</b>

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Índice de comercialização   %	1T11	1T10	Δ p.p.	4T10	Δ p.p.
Seguro saúde	6,7%	5,9%	0,8	6,7%	0,0
Seguro saúde ajustado	6,7%	6,2%	0,5	6,6%	0,1
Seguro saúde grupal	8,6%	8,5%	0,1	8,7%	-0,1
Seguro saúde grupal ajustado	8,6%	8,5%	0,1	8,7%	-0,1
Seguro saúde individual	1,4%	0,7%	0,7	1,0%	0,5
Seguro saúde individual ajustado	1,4%	0,8%	0,6	0,9%	0,5
Seguros de automóveis	21,7%	-23,5%	1,8	21,8%	-0,2
Seguros de outros ramos elementares	23,5%	19,3%	4,2	22,2%	1,2
Seguros de pessoas	34,8%	23,5%	11,3	29,4%	5,4
Total	<b>12,2%</b>	<b>11,3%</b>	<b>0,8</b>	<b>12,0%</b>	<b>0,1</b>
Total Ajustado	<b>12,2%</b>	<b>11,7%</b>	<b>0,4</b>	<b>11,9%</b>	<b>0,3</b>

Índice de margem bruta   %	1T11	1T10	Δ p.p.	4T10	Δ p.p.
Seguro saúde	13,2%	17,2%	-4,1	23,0%	-9,8
Seguro saúde ajustado	13,2%	13,1%	0,1	24,3%	-11,1
Seguro saúde grupal	12,7%	12,5%	0,2	23,0%	-10,3
Seguro saúde grupal ajustado	12,7%	12,5%	0,2	23,0%	-10,3
Seguro saúde individual	14,5%	26,8%	-12,3	22,9%	-8,4
Seguro saúde individual ajustado	14,5%	14,5%	0,0	27,6%	-13,1
Seguros de automóveis	16,4%	12,8%	3,5	19,8%	-3,4
Seguros de outros ramos elementares	13,5%	15,5%	-2,0	25,9%	-12,4
Seguros de pessoas	11,5%	30,4%	-19,0	23,8%	-12,3
Total	<b>13,9%</b>	<b>16,9%</b>	<b>-3,0</b>	<b>22,4%</b>	<b>-8,5</b>
Total Ajustado	<b>13,9%</b>	<b>14,1%</b>	<b>-0,2</b>	<b>22,4%</b>	<b>-8,5</b>

Índice combinado   %	1T11	1T10	Δ p.p.	4T10	Δ p.p.
Índice combinado	99,3%	98,5%	-0,8	94,8%	4,5
Índice combinado ajustado	99,3%	100,7%	-1,4	94,3%	5,0

Lucro - R\$ milhões	1T11	1T10	Δ %	4T10	Δ %
Lucro antes do IR e CSLL	184,0	158,7	15,9%	464,6	-60,4%
IR e CSLL	(72,4)	(40,8)	77,3%	(165,1)	-56,2%
Lucro líquido	101,9	109,6	-7,0%	286,3	-64,4%
Lucro líquido ajustado	101,9	85,4	19,4%	158,3	-35,6%
ROAE	14,6%	17,3%	-2,7 p.p	40,0%	-25,4 p.p
ROAE ajustado	14,6%	13,5%	1,1 p.p	22,1%	-7,5 p.p

Importante: alguns percentuais e outros valores incluídos neste comentário de desempenho foram arredondados para facilitar a apresentação e por isso podem apresentar pequenas diferenças em relação aos quadros e notas das informações trimestrais. Adicionalmente, pela mesma razão, os valores totais em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Segmento de seguro saúde cresce 27,4% no 1T11 e alcança R\$ 1,4 bilhão em prêmios, com 2,1 milhões membros segurados*

### Seguro saúde

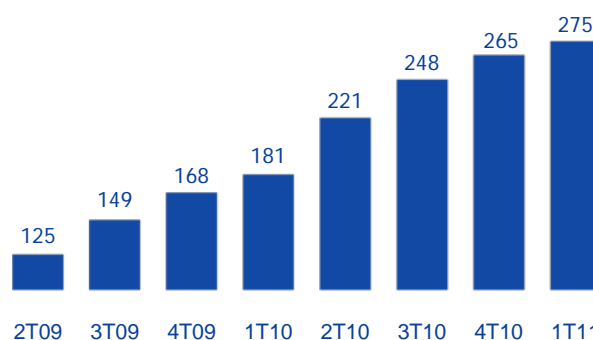
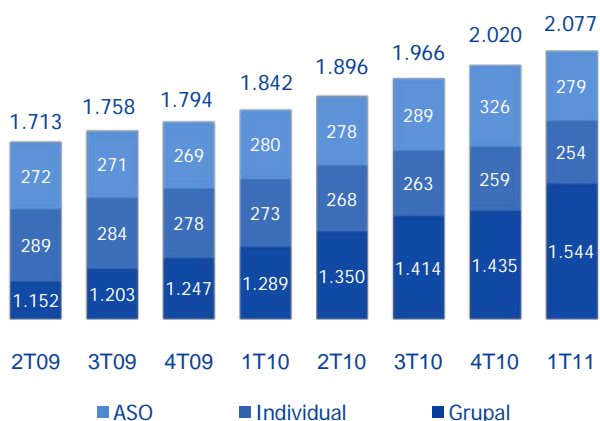
**Prêmios de seguros** | Os prêmios de seguro saúde (64,4% do total de prêmios de seguros) totalizaram R\$1,4 bilhão no 1T11, crescendo 27,4% em relação ao 1T10 (aumento de 2,4% em relação ao 4T10).

Os prêmios de seguro saúde grupal foram de R\$1,1 bilhão no 1T11, com aumento de 27,8% em relação ao 1T10 (aumento de 4,3% em relação ao 4T10). No final de março, o segmento de seguro saúde grupal contava com um total de 1.544 mil membros segurados, com aumento de 19,6% em relação ao 1T10 (aumento de 7,6% em relação ao 4T10). O aumento dos prêmios no 1T11 se deu, em parte, pelo incremento de 253 mil novos membros, incluindo membros anteriormente vinculados a contrato administrado, e pelos reajustes aplicados às apólices vigentes. Os prêmios do segmento de seguro saúde para pequenas e médias empresas (PME) apresentaram expansão de 56,6% no 1T11 em relação ao 1T10 (expansão de 11,4% em relação ao 4T10), alcançando R\$231,4 milhões, em consequência do aumento de 25,2% da carteira de segurados, que atingiu 233.427 membros no final do período (expansão de 4,9% em relação ao 4T10). A carteira de planos odontológicos cresceu 86,8% no 1T11 e contava com 274.554 beneficiários no final do trimestre (crescimento de 11,3% em prêmios e 3,7% em beneficiários em relação ao 4T10). Considerando a incorporação da Dental PLAN, cuja a aquisição pela SulAmérica foi aprovada em 18.04.2011, a carteira de planos odontológicos da SulAmérica atinge aproximadamente 396.500 membros.

No seguro saúde individual, os prêmios alcançaram R\$374,4 milhões no 1T11, apresentando crescimento de 26,4% em relação ao 1T10 (queda de 2,9% em relação ao 4T10). A carteira de segurados de saúde individual apresentou redução de 6,9% no 1T11 em relação ao 1T10 (redução de 1,7% em relação ao 4T10), finalizando o período com 254.295 membros. O efeito da redução do número de membros segurados nos prêmios foi parcialmente compensado pelos reajustes das apólices individuais aplicados no período (6,73% para as apólices emitidas no âmbito da vigência da Lei nº 9.656/98, com efeito a partir de maio de 2010, e de 10,91% para apólices emitidas antes da vigência da referida lei, com efeito a partir de julho de 2010).

### Beneficiários de seguro saúde e odontológico (mil)

### Beneficiários de seguro odontológico (mil)

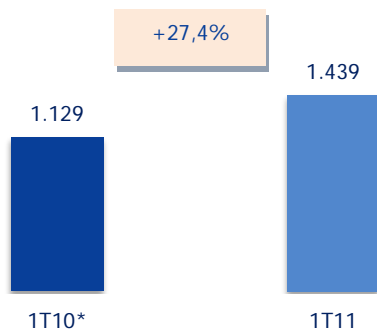


## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

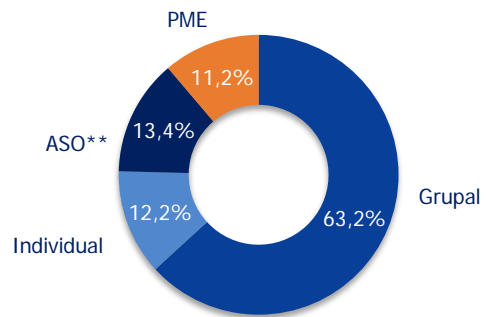
**Índice de sinistralidade** | A sinistralidade total do seguro saúde foi de 80,1% no 1T11, com redução de 0,6 p.p. em relação ao 1T10, em termos recorrentes (aumento de 11,0 p.p. em relação ao 4T10). A sinistralidade do seguro saúde grupal melhorou 0,3 p.p. no 1T11 em relação ao 1T10 (aumento de 10,5 p.p. em relação ao 4T10), encerrando o trimestre em 78,8%. A sinistralidade da carteira de seguro saúde individual foi de 84,1% no 1T11, com melhora de 0,6 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 12,6 p.p. em relação ao 4T10). A variação da sinistralidade no segmento de seguro saúde em relação ao 4T10 decorre, em parte, ao aumento da frequência de utilização relacionado à sazonalidade do período e também ao ajuste no cálculo da provisão para riscos ocorridos mas não avisados (IBNR).

**Índice de despesas de comercialização** | O índice de despesas de comercialização do seguro saúde foi de 6,7% no 1T11, com aumento de 0,5 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 0,1 p.p. em relação ao 4T10), que são explicados pela maior participação do seguro saúde grupal e do segmento de pequenas e médias empresas na composição da carteira, sem que a política de comissionamento da companhia tenha sido alterada.

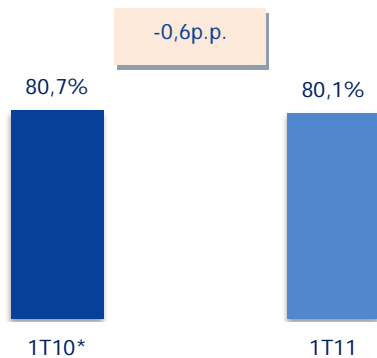
**Prêmios de seguros**  
R\$ milhões



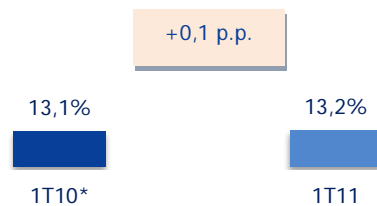
**Beneficiários 1T11**  
Total | 2,1 milhões de beneficiários



**Índice de sinistralidade**  
% prêmios ganhos



**Margem bruta**  
% prêmios ganhos



\* Números recorrentes

\*\* ASO - Planos administrados de pós-pagamento

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Receita de seguros de automóveis cresce 22,9% no trimestre com frota segurada de 1,4 milhão de veículos*

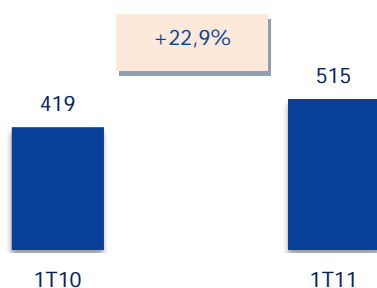
### Seguros de automóveis

**Prêmios de Seguros** | Os prêmios de seguros de automóveis (23,1% do total de prêmios de seguros da companhia) apresentaram crescimento de 22,9% em relação ao 1T10 (redução de 4,5% em relação ao 4T10), totalizando R\$515,2 milhões. O crescimento dos prêmios reflete principalmente o aumento de 21,8% no número de apólices emitidas no 1T11 e o aumento do prêmio médio das apólices. A frota segurada atingiu 1.448 mil veículos ao final de período, com crescimento de 21,0% em relação ao ano anterior. O mercado de seguros de automóveis apresentou crescimento de 9,3% no acumulado até fevereiro de 2011, em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da SUSEP. Nesse mesmo período, a SulAmérica cresceu 25,8% e alcançou uma participação de mercado de 10,5%, com um ganho de 0,1 p.p. no ano, ocupando a 3ª posição no ranking por prêmios de seguros.

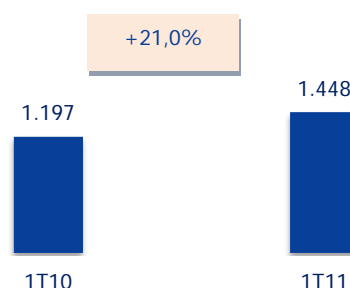
**Índice de sinistralidade** | A sinistralidade de seguros de automóveis foi de 62,0% no 1T11, com melhora de 1,7 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 3,6 p.p. em relação ao 4T10), em linha com o comportamento sazonal da frequência de sinistros.

**Índice de despesas de comercialização** | O índice de despesas de comercialização de seguros de automóveis foi de 21,7%, com redução de 1,8 p.p. no 1T11 em relação ao 1T10 (redução de 0,2 p.p. em relação ao 4T10), em parte devido a reclassificação de contas que compõem o item.

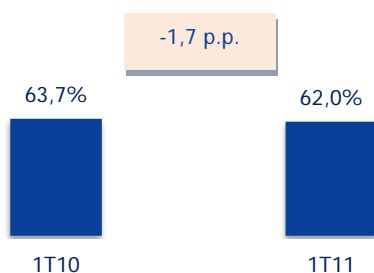
Prêmios de seguros  
R\$ milhões



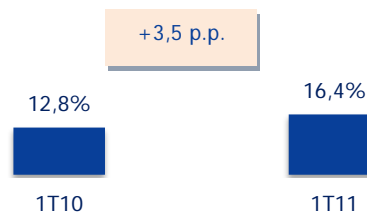
Frota segurada  
mil veículos



Índice de sinistralidade  
% prêmios ganhos



Margem bruta  
% prêmios ganhos



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### *Sinistralidade do segmento de outros ramos elementares fica em 63,0% no 1T11*

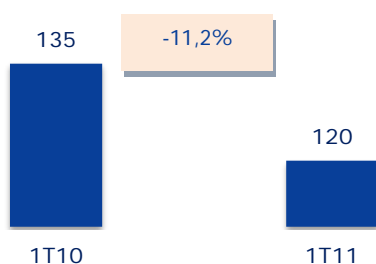
#### Seguros de outros ramos elementares

**Prêmios de seguros** | Os prêmios do segmento de outros ramos elementares (5,4% do total de prêmios de seguros da companhia) totalizaram R\$120,3 milhões no 1T11, com queda de 11,2% em relação ao 1T10 (aumento de 12,4% em relação ao 4T10), em consequência da revisão da política de aceitação de riscos adotada para essa carteira.

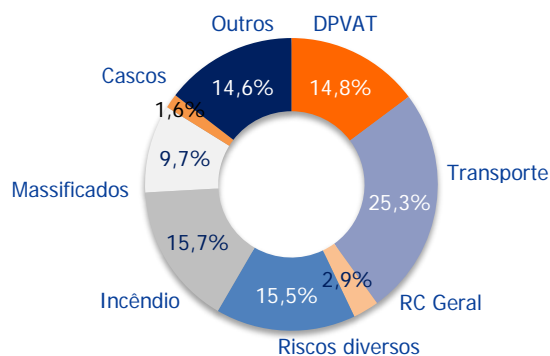
**Índice de sinistralidade** | A sinistralidade do segmento de outros ramos elementares atingiu 63,0% no 1T11, com melhora de 2,2 p.p. em relação ao 1T10 (queda de 11,2 p.p. em relação ao 4T10), devido a melhoria do perfil dos riscos que compõem a carteira obtida com a revisão da política de aceitação citada anteriormente.

**Índice de despesas de comercialização** | O índice de despesas de comercialização aumentou 4,2 p.p. no 1T11 em relação ao 1T10, ficando em 23,5% (aumento de 1,2 p.p. em relação ao 4T10).

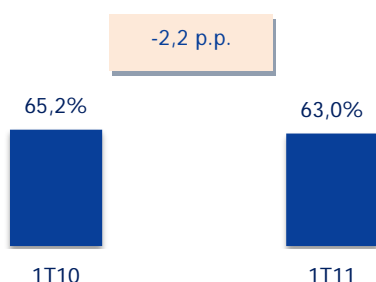
Prêmios de seguros  
R\$ milhões



Composição do segmento 1T11  
Total | R\$120,3 milhões



Índice de sinistralidade  
% prêmios ganhos



Margem bruta  
% prêmios ganhos



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Prêmios de seguros de pessoas aumentam 21,3% no 1T11.

#### Seguros de pessoas

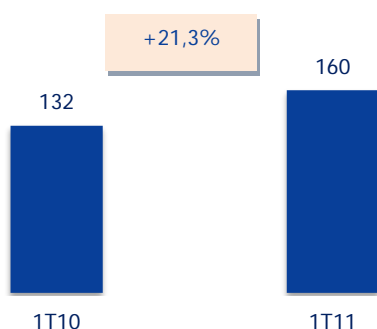
**Prêmios de seguros** | Os prêmios de seguros de pessoas (7,2% do total de prêmios de seguros da companhia) cresceram 21,3% no 1T11 em relação ao 1T10 (redução de 8,6% em relação ao 4T10), totalizando R\$160,2 milhões, impulsionados pelos prêmios de VGBL, que cresceram 87,5% no período e pela ampliação dos canais de distribuição. A carteira de seguros de pessoas encerrou o 1T11 com 2.405 mil vidas.

**Índice de sinistralidade** | A sinistralidade de seguros de pessoas foi de 53,7% no 1T11, com aumento de 7,7 p.p. em relação ao 1T10 (aumento de 7,0 p.p. em relação ao 4T10). O aumento da sinistralidade no 1T10 reflete, principalmente, o fortalecimento de provisões para sinistros judiciais.

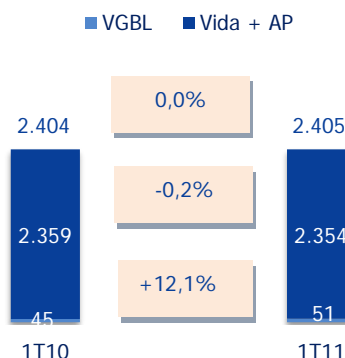
**Índice de despesas de comercialização** | O índice de despesas de comercialização de seguros de pessoas foi de 34,8%, com incremento de 11,3 p.p. no 1T11 em relação ao 1T10 (aumento de 5,4 p.p. em relação ao 4T10). Os aumentos verificados no 1T11 são explicados pelas condições comerciais praticadas nos seguros de acidentes pessoais, com maior peso na composição da carteira, e parcialmente pela reclassificação contábil de certas contas que compõem o item.

**Reservas de VGBL** | As reservas de VGBL alcançaram R\$636,2 milhões no 1T11, apresentando um crescimento de 64,5% em relação ao 1T10 (10,1% em relação ao 4T10).

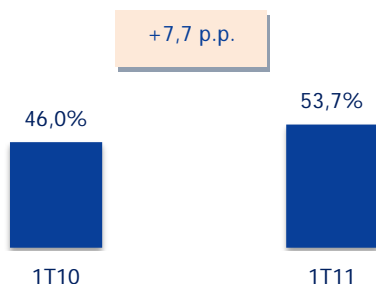
Prêmios de seguros  
R\$ milhões



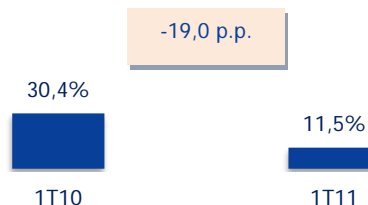
Segurados  
mil



Índice de sinistralidade  
% prêmios ganhos



Margem bruta  
% prêmios ganhos



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Outras receitas e despesas operacionais de seguros

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Outras receitas e despesas operacionais de seguros	(58,4)	(89,9)	35,0%	(120,1)	-51,4%
Outras receitas e despesas operacionais de seguros ajustadas	(58,4)	(72,4)	19,3%	(132,4)	-55,9%

O aumento de 19,3% observado na linha de outras receitas e despesas operacionais no 1T11 em relação ao 1T10 é devido, sobretudo, à reclassificação de contas. Em dezembro de 2010, os custos e receitas diretamente relacionados ao processo de angariação de novos contratos e/ou renovação, tais como inspeção de risco, vistoria prévia, custo de apólice e despesas relacionadas passaram a ser contabilizados como despesas de comercialização, com efeitos nesta linha.

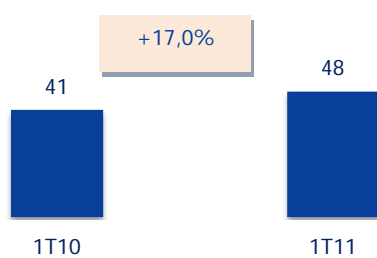
### Resultado das operações de previdência

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Resultado das operações de previdência	7,3	5,9	24,2%	(23,3)	-

O resultado das operações de previdência foi positivo, de R\$7,3 milhões no 1T11, devido ao aumento das rendas de contribuição. Em relação ao 4T10, a variação é explicada, em parte, pela adoção da tábua de mortalidade Experiência do Mercado Segurador Brasileiro - BR-EMS.

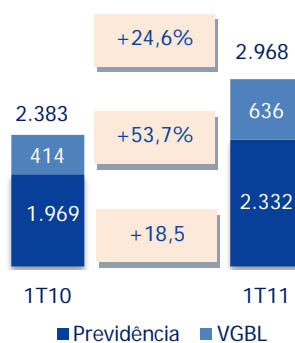
#### Rendas de contribuição

R\$ milhões



#### Reservas de previdência e VGBL

R\$ milhões



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Resultado com operações de assistência à saúde

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Resultado com operações de assistência à saúde	7,0	8,9	-21,0%	6,8	2,9%

O resultado com operações de assistência à saúde (planos administrados de pós-pagamento) apresentou redução de 21,0% no 1T11 em relação ao 1T10 (aumento de 2,9% em relação ao 4T10), totalizando R\$7,0 milhões.

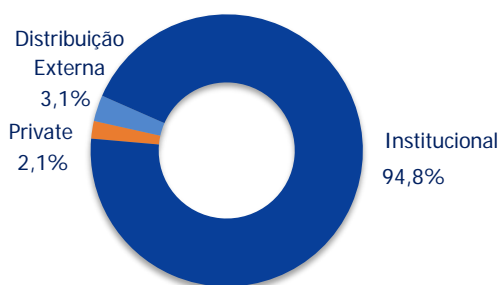
A redução é explicada principalmente pela transferência de clientes desta carteira para outros segmentos de seguro saúde da companhia e por ajustes contábeis que envolveram reclassificação de contas anteriormente registradas nas despesas administrativas, compensados, em parte, pelo aumento da taxa média de administração, em linha com as condições de reajuste previstas nos respectivos contratos. Ao final do período, a carteira contava com 279.170 mil membros

### Resultado das operações de gestão de ativos

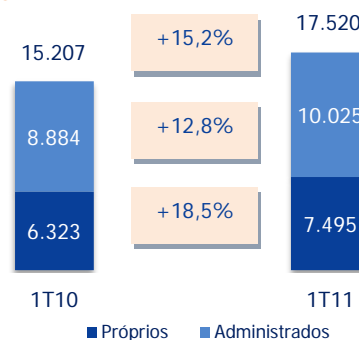
R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Resultado das operações de gestão de ativos	6,0	5,2	15,8%	6,1	-1,6%

O volume de ativos administrados pela Sul América Investimentos D.T.V.M. S.A. cresceu 15,2% no 1T11, encerrando o período com R\$17,5 bilhões, segundo dados divulgados pela ANBIMA. O resultado das operações de gestão de ativos apresentou aumento de 15,8% no 1T11 em relação ao 1T10, devido ao incremento no volume de ativos sob administração e à maior alocação dos recursos de clientes em fundos com perfil diversificado e, portanto, com maiores taxas de administração.

Ativos de terceiros  
R\$ 10,0 bilhões (1T11)



Ativos administrados  
R\$ milhões



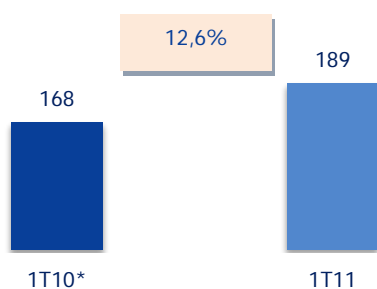
**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Despesas administrativas**

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Pessoal próprio	(102,9)	(113,6)	-9,4	(99,5)	3,4
Serviços de terceiros	(49,9)	(38,2)	30,7	(54,9)	-9,1
Localização e funcionamento	(46,5)	(42,6)	9,2	(42,8)	8,6
Outras receitas administrativas	10,0	26,2	-61,8	(1,7)	-
<b>Total</b>	<b>(189,3)</b>	<b>(168,2)</b>	<b>12,6</b>	<b>(198,9)</b>	<b>-4,8</b>
<b>Total ajustado</b>	<b>(189,3)</b>	<b>(168,2)</b>	<b>12,6</b>	<b>(197,4)</b>	<b>-4,1</b>
Índice de despesas administrativas (% prêmios retidos)	8,7%	11,5%	-2,8 p.p.	9,2%	-0,5 p.p.
Índice de despesas administrativas (% prêmios retidos ajustados)	8,7%	11,9%	-3,2 p.p.	9,0%	-0,3 p.p.

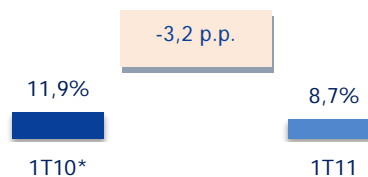
As despesas administrativas apresentaram aumento de 12,6% no 1T11 em relação ao 1T10 (redução de 4,1% em relação ao 4T10), com melhora de 3,2 p.p. no índice de despesas administrativas, em termos recorrentes. Essa melhora é explicada parcialmente pelo aumento da eficiência operacional da companhia e também pelo efeito positivo da recuperação de despesas incorridas com a utilização compartilhada dos sistemas operacionais e de estrutura administrativa de apoio da SulAmérica pela Brasilveículos. O aumento de 30,7% observado na linha de serviços de terceiros no 1T11 em relação ao 1T10 é explicado pela terceirização de certos processos operacionais e pelo aumento das despesas com serviços de TI, em linha com o maior volume de apólices emitidas.

**Despesas administrativas**

R\$ milhões

**Índice de despesas administrativas**

% prêmios retidos



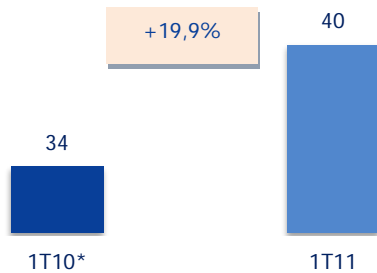
## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Despesas com tributos

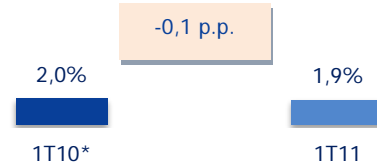
R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Despesas com tributos	(40,4)	(36,5)	10,6	(51,6)	21,8
Despesas com tributos ajustadas	(40,4)	(33,7)	19,9	(52,7)	23,4

Despesas com tributos apresentaram aumento de 19,9% no 1T11 em relação ao 1T10, representando 1,9% dos prêmios retidos. Esse aumento se deve ao incremento das despesas com PIS e COFINS, em linha com o aumento dos prêmios de seguros.

Despesas com tributos  
R\$ milhões

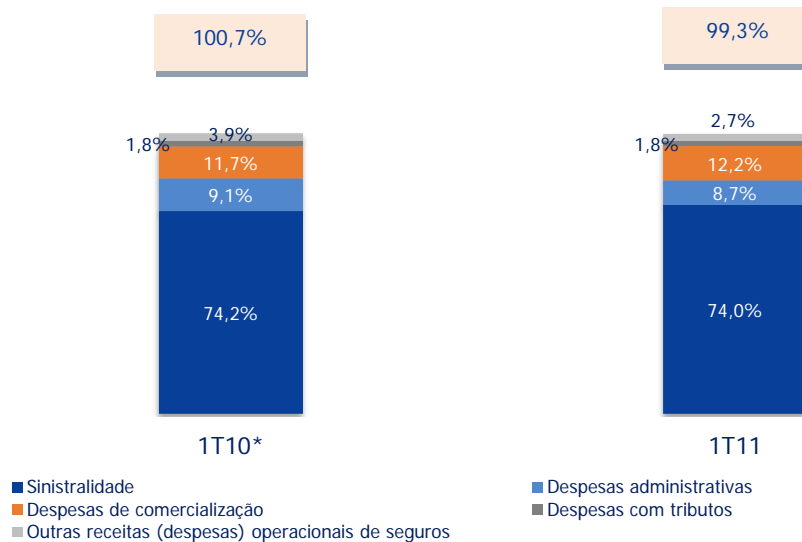


Índice de despesas com tributos  
% prêmios retidos



### Índice combinado

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ p.p.	4T10	Δ p.p.
Índice combinado	99,3%	98,5%	-0,8	94,8%	4,5
Índice combinado ajustado	99,3%	100,7%	-1,4	94,3%	5,0



\* Números recorrentes

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Resultado financeiro ex-operações de previdência e VGBL	150,0	109,9	36,6	158,1	(5,1)
Resultado de investimentos	138,9	101,7	36,6	128,9	7,8
Resultado de empréstimos	(11,4)	(10,4)	(9,1)	(11,2)	(1,8)
Outros	22,5	18,6	21,0	40,5	(44,3)
Resultado financeiro de operações de previdência e VGBL	3,6	7,7	(53,2)	2,0	80,0
Resultado de investimentos de operações de previdência e VGBL	69,4	65,3	6,2	76,8	(9,6)
Variação no passivo de operações de previdência e VGBL	(65,7)	(57,7)	(13,9)	(74,8)	12,1
Resultado financeiro total	153,7	117,5	30,7	160,1	(4,0)

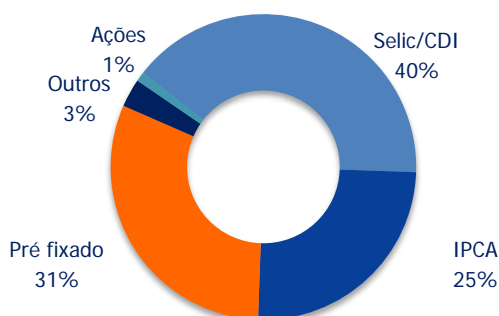
O saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários da Companhia não vinculadas às operações de previdência e VGBL aumentou 36,6% no 1T11 em relação ao 1T10, totalizando R\$ 4,9 bilhões. Desse total, cerca de 99,0% estão alocados em ativos de renda fixa e 1% são representados por ativos de renda variável, sendo aproximadamente 92,9% dos investimentos em renda fixa alocados em títulos com classificação de risco AAA ou risco soberano (títulos públicos).

A rentabilidade das aplicações dos ativos não vinculados às operações de previdência e VGBL foi de 111,1% do CDI e rentabilidade total da carteira de investimentos foi de 103,7% do CDI no 1T11.

O resultado financeiro total apresentou aumento de 30,7% no 1T11 em relação ao 1T10, explicado pela elevação das taxas de juros, aceleração inflacionária e o desempenho da carteira de títulos pré-fixados.

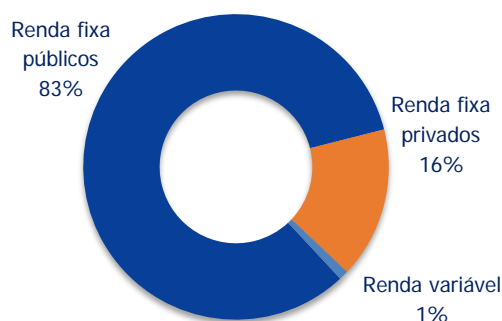
### Estratégia de investimentos ex-operações de previdência e VGBL

Total | R\$4,9 bilhões



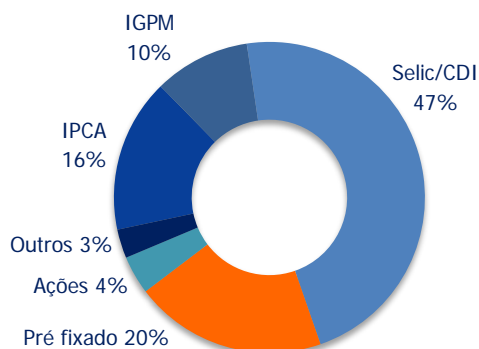
### Alocação dos investimentos ex-operações de previdência e VGBL

Total | R\$4,9 bilhões



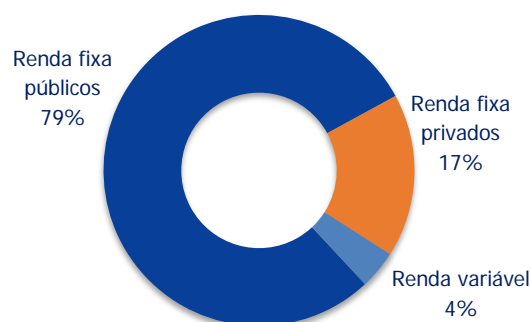
### Estratégia de investimentos

Total | R\$7,9 bilhões (inclui operações de previdência e VGBL)



### Alocação dos investimentos

Total | R\$7,9 bilhões (inclui operações de previdência e VGBL)



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Imposto de renda e contribuição social

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Imposto de renda e contribuição social	(72,4)	(40,8)	-77,5	(165,1)	56,1
Imposto de renda e contribuição social ajustado	(72,4)	(24,7)	-193,1	(79,8)	9,3

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram aumento de R\$31,6 milhões, ou 77,5%, no 1T11 em relação ao 1T10, parcialmente explicado pelo aproveitamento de créditos tributários no 1T10.

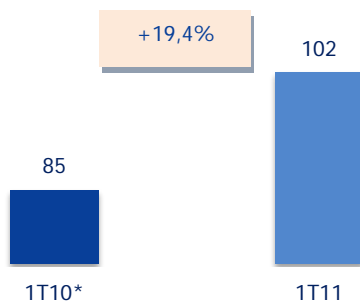
### Lucro líquido e retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Lucro líquido	101,9	109,6	-7,0	286,3	-64,4
Lucro líquido ajustado	101,9	85,4	19,4	158,3	-35,6
ROAE	14,6%	17,3%	-2,7 p.p	40,0%	-25,4 p.p
ROAE ajustado	14,6%	13,5%	1,1 p.p	22,1%	-7,5 p.p

O lucro líquido atingiu R\$101,9 milhões no 1T11, representando um aumento de 19,4% em relação ao lucro líquido no 1T10 (redução de 35,6% em relação ao lucro líquido do 4T10), em termos recorrentes. A rentabilidade do patrimônio ajustado no 1T11 foi de 14,6%, aumento de 1,1 p.p. em relação ao 1T10 (redução de 7,5 p.p. em relação ao 4T10).

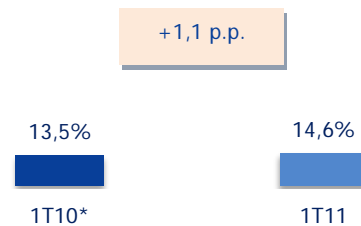
#### Lucro líquido

R\$ milhões



#### ROAE\*\*

%



\* Números recorrentes

\*\* Retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado (Return on average equity)

## Notas Explicativas

### **SUL AMÉRICA S. A. E EMPRESAS CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E DE 2010 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM DEZEMBRO DE 2010.**

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

#### **(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

**A SUL AMÉRICA S.A.** é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 13.03.1978, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que tem como principais acionistas a Sulasapar Participações S.A., com 59,96% das ações ordinárias, e a ING Insurance International B.V., com 12,89% das ações ordinárias e 32,23% das ações preferenciais. Em 03.10.2007, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro de companhia aberta, passando a ter suas *units* negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) a partir de 05.10.2007, sob o código SULA11, listada no Nível 2 de Governança Corporativa. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas, nos segmentos de seguros de danos, vida, saúde e previdência complementar, prestação de serviços de assistência à saúde, bem como na administração de recursos de terceiros e administração de fundos de investimento.

Nessas Informações Trimestrais, denominadas "ITR", a Sul América S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A., suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados "Fundos Exclusivos".

#### **(2) APRESENTAÇÃO DAS ITR**

##### **(2.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS ITR E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As presentes ITR compreendem os períodos de três meses findos em 31.03.2011 e de 2010 e incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e conforme os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e
- As demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o BR GAAP.

O BR GAAP compreende a legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, aprovados pela CVM, vigentes na data da publicação destas ITR.

As presentes ITR individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com o BR GAAP que difere das IFRS em relação a avaliação dos investimentos em controladas que são avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo nas demonstrações financeiras separadas preparadas de acordo com as IFRS e pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão sendo preparadas especificamente conforme o CPC 21.

Nas presentes ITR o balanço patrimonial em 31.03.2011 está sendo apresentado comparativamente aos valores de 31.12.2010 e as demonstrações de resultado, as demonstrações das mutações no patrimônio líquido, que inclui a demonstração do resultado abrangente, as demonstrações de valores adicionados e as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia e da SulAmérica estão sendo apresentadas para os trimestres findos em 31.03.2011 e de 2010.

##### **(2.2) BASE DE MENSURAÇÃO**

As ITR individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do passivo atuarial de benefícios de renda vitalícia e de indenização para executivos que é apurado pelo método da Unidade de Crédito Projetada e dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Os instrumentos financeiros derivativos (vide nota 6);

## Notas Explicativas

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 8);
- Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 8);
- O Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (vide nota 16.2.a).

### **(2.3) MOEDA FUNCIONAL**

Nas ITR os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a SulAmérica atua. As ITR estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da SulAmérica.

### **(2.4) CONCLUSÃO DAS ITR**

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes ITR em reunião realizada em 03.05.2011.

### **(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas ITR.

#### **(3.1) RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

##### **(3.1.1) APURAÇÃO DO RESULTADO**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- Os prêmios de seguros são contabilizados a partir da data de início de vigência do risco das apólices/faturas. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente;
- As contribuições para planos de previdência são reconhecidas como Rendas de Contribuições Retidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do período;
- As comissões de seguro dos ramos de riscos a decorrer, os agenciamentos de seguros, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros e as receitas com "custo de apólice" são diferidas quando devidas. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e os agenciamentos referentes aos produtos de seguro saúde e de previdência privada são amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices. Os demais custos diferidos e as receitas com "custo de apólice" são apropriados, de forma linear, pelo prazo de vigência dos contratos de seguros, exceto para os produtos de seguro saúde e previdência privada, onde os demais custos são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica;
- Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*incurred but not paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE*), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*).

##### **(3.1.2) BALANÇO PATRIMONIAL**

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- As transações em moedas estrangeiras são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio na database das ITR;

## Notas Explicativas

- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

### (3.2) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### • **Classificação e mensuração**

Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

#### • **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (vide nota 5.3.2.1) e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do "fair value option".

#### • **Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda**

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, e, quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

#### • **Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento**

Os títulos e valores mobiliários para os quais a SulAmérica possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

#### • **Empréstimos e Recebíveis:**

Os Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções no valor recuperável.

#### • **Instrumentos financeiros derivativos:**

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por *swaps*, opções e contratos futuros. A operação de *swap*, que tem por objetivo a proteção do principal das *Senior Notes* (vide nota 6.2) é avaliada pelo valor justo de acordo com a metodologia de contabilização de operações de *hedge* de fluxo de caixa, com o total das valorizações ou desvalorizações efetivas, líquido de seus correspondentes efeitos tributários, contabilizado diretamente na conta "Outros Resultados Abrangentes". A efetividade deste *hedge* está inserida na margem entre 80% e 125%.

#### • **Empréstimos e financiamentos:**

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos, líquido dos custos de transação incorridos.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos por meio de *hedge* de fluxo de caixa (Nota 17).

## Notas Explicativas

### (3.3) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na database das ITR.

### (3.4) INVESTIMENTOS

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução no valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas ITR individuais, as participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no ativo intangível nas Demonstrações Financeiras consolidadas e em investimentos nas Demonstrações Financeiras individuais.

### (3.5) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*)

#### • Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a SulAmérica investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### • Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente.

A redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

### (3.6) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e sobre diferenças temporárias são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das ITR.

### (3.7) PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES DE OPERAÇÕES DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das ITR.

#### (3.7.1) PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP e pela ANS, ajustadas, quando aplicável, pelos seguintes aspectos:

- A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) requerida pela SUSEP é revertida para fins de consolidação por não representar uma obrigação presente.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), que não é requerida pela ANS, é constituída para fins de consolidação, visando a uniformização com os critérios contábeis estabelecidos pela SUSEP.

As provisões técnicas relacionadas aos seguros DPVAT são registradas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consorcios DPVAT S.A.

#### (3.7.1.1) PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO GANHOS (PPNG)

## Notas Explicativas

A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas.

### **(3.7.1.2) PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO GANHOS PARA RISCOS VIGENTES MAS NÃO EMITIDOS (PPNG-RVNE)**

A PPNG - RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida em cada database dos últimos 16 meses anteriores ao final de cada exercício social, que nesta ITR é o exercício findo em 31.12.2010, base da última avaliação atuarial, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso.

### **(3.7.1.3) PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS (PRNE)**

A PRNE é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base o prêmio de seguro ou a contribuição de previdência líquida de carregamento, divididos pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de vida individual e previdência complementar.

### **(3.7.1.4) PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS PARA RISCOS VIGENTES MAS NÃO RECEBIDOS (PRNE-RVNR)**

A PRNE - RVNR é constituída para apurar a parcela de prêmios e de contribuições ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação do prêmio e da contribuição pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado periodicamente com base na média ponderada de atrasos de emissão observados nos últimos 16 meses anteriores ao final de cada exercício social, que nesta ITR é o exercício findo em 31.12.2010 para os contratos de seguros de vida individual e de previdência complementar.

### **(3.7.1.5) PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR (PSL)**

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a database da ITR, compreendendo:

(i) para os ramos de danos e de pessoas, a PSL é constituída pelo valor dos sinistros avisados até a database, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro, denominada "ALAE". Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como IBNR.

Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das despesas de regulação diretamente relacionadas ao sinistro (ALAE), para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. A estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos é líquida da estimativa de salvados a receber, calculada também pelo método dos triângulos de *run-off*.

O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.7.1.8 item i;

(ii) para o ramo de seguro saúde, a PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada das ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos e

(iii) adicionalmente à PSL, as controladas que operam com seguros passaram a provisionar as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas "ULAE". A ULAE da PSL é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam com seguros e previdência. A ULAE para os ramos de danos e de pessoas é apurada a partir do custo unitário,

## Notas Explicativas

com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros.

### **(3.7.1.6) PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR E BENEFÍCIOS A REGULARIZAR EM DISPUTA JUDICIAL**

As provisões de sinistros a liquidar e benefícios a regularizar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda, com base em fatores específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses nos casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões são atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês.

As provisões estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante e no passivo não circulante, e na rubrica "Benefícios a Regularizar" no passivo circulante. Os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados nas rubricas "Sinistros a Liquidar" no passivo circulante e não circulante e "Benefícios a Regularizar", no passivo circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

### **(3.7.1.7) PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A REGULARIZAR (PBAR)**

A PBAR relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual corresponde ao total dos benefícios de pecúlios e rendas vencidos e não pagos aos participantes e beneficiários calculados com base nos avisos recebidos em decorrência de eventos já ocorridos, incluindo atualização monetária. Para os contratos de seguros de vida individual com regime de repartição simples, a PBAR é ajustada com base em cálculos estatístico-atuariais. Tais cálculos se baseiam na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos (IBNP) e calculada com base em métodos estatísticos conhecidos como triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos pagamentos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência de sinistros. O desenvolvimento histórico observado é de 140 meses. Tomando-se a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos e subtraindo-se a estimativa final de sinistros ocorridos mas não avisados, obtém-se o valor estatístico de ajuste, que se refere ao desenvolvimento futuro dos sinistros já ocorridos, e que é proporcionalmente registrado parte como ajuste da PBAR e parte como ajuste de IBNR.

### **(3.7.1.8) PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS (IBNR)**

A IBNR (*Incurred But Not Reported*) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a database das ITR e considera:

(i) para os ramos de seguros de danos e de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, adicionada das ALAE. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia que melhor adaptável à experiência. Dependendo do ramo de seguros, o

## Notas Explicativas

desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos. Tal ajuste é calculado conforme descrito na nota 3.7.1.5, item i;

(ii) para o ramo de seguro de saúde, a IBNR é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado das ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo saúde o desenvolvimento histórico observado é de 36 meses;

(iii) para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica representativa, a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação de percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 288, de 01.04.2005 no somatório das contribuições ou prêmios e no somatório dos benefícios pagos ou sinistros pagos nos últimos 12 meses;

(iv) A ULAE da IBNR é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam com seguros. A ULAE para o ramo de danos e pessoas é obtida a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR. Para o ramo de seguro saúde, a ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR.

### **(3.7.1.9) PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS (IBNR) – JUDICIAL**

A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial às controladas que operam com seguros, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico por tais controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização às mencionadas controladas.

A provisão de IBNR judicial é constituída para os ramos de danos e de pessoas, com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os:

(i) períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e, entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação;

(ii) percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial;

(iii) valor médio dos sinistros judiciais registrados nas rubricas de "Sinistros a Liquidar" e "Benefícios a Regularizar" em disputa judicial, resultando no valor médio das causas.

### **(3.7.1.10) PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)**

A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e de seguros de vida individual no regime de capitalização e abrange os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábua de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria.

### **(3.7.1.11) PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)**

A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar, de saúde e de seguros de vida individual no regime de capitalização e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A PMBC, relativa aos contratos de previdência complementar

## Notas Explicativas

e de seguros de vida individual no regime de capitalização é calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada para a database da ITR, dos participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das garantias contratadas de tábua de mortalidade e de juros. A PMBC para os ramos de saúde é constituída para a garantia dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada para a database da ITR.

### **(3.7.1.12) PROVISÃO DE EXCEDENTES FINANCEIROS (PEF)**

A PEF é constituída para os contratos de previdência complementar que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou a atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.

### **(3.7.1.13) PROVISÃO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS (POR)**

A POR tem como objetivo reduzir o risco de eventuais oscilações no volume dos sinistros dos contratos de previdência complementar. A POR é calculada de forma estocástica, com base na experiência histórica das oscilações de sinistralidade, projetando-se 30.000 possíveis cenários de sinistralidade e observando-se a possível necessidade de provisão adicional para cada um dos cenários. A POR corresponde à soma de tais provisões adicionais necessárias para os 29.700 cenários mais prováveis, garantindo assim provisão suficiente para reduzir a probabilidade de ruína da carteira a 1%.

### **(3.7.1.14) PROVISÃO PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PDA)**

A PDA é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. A PDA é contabilizada na rubrica "Outras Provisões", no passivo circulante e não circulante. A PDA é calculada com base nas despesas administrativas estimadas para os pagamentos de futuros benefícios descontadas para a database da ITR. Para isso, projeta-se o fluxo de pagamentos esperados, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábua de sobrevivência BR-EMS e de entrada em fase de concessão de benefícios.

### **(3.7.1.15) PROVISÃO DE OSCILAÇÃO FINANCEIRA (POF)**

A POF é constituída para as operações de previdência complementar conhecidos como "Planos Tradicionais". A POF é contabilizada na rubrica "Outras Provisões", no passivo não circulante, e é calculada com o objetivo de dar cobertura a eventuais desvios futuros entre o índice de inflação estabelecido no contrato e a variação anual dos benefícios de aposentadoria pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), conforme condições específicas de contrato coletivo mantido pela controlada Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. denominada "SULASEG". A metodologia considera a taxa de juros de acordo com a garantia mínima definida e cenários estocásticos de índices de inflação, que a partir de setembro de 2009 considera o índice de inflação acrescido de 50% da variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), defasada de 2 anos, dos quais 100 possíveis cenários econômicos são projetados, sendo ainda observados os montantes adicionais de reserva necessários para cobrir os descolamentos entre os índices. A POF é equivalente ao somatório de tais reservas adicionais para os 90 casos mais prováveis, garantindo assim uma reserva suficiente com 90% de certeza.

### **(3.7.1.16) PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PRÊMIOS (PIP)**

A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos.

(i) para alguns contratos de seguro de vida individual com a figura de estipulante, a PIP também é necessária e equivalente ao valor descontado para a database da demonstração financeira do fluxo esperado projetado dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros destes contratos e;

(ii) para os demais contratos de seguros de pessoas e para os contratos de seguros de danos foi realizada uma análise através da projeção de um fluxo de caixa futuro considerando os contratos vigentes na data de balanço e premissas atuariais correntes. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Os

## Notas Explicativas

contratos foram agrupados segundo a natureza dos riscos cobertos conforme classificação definida pela SUSEP.

Em 31.03.2011, o resultado desta análise indicou que o valor contábil dos passivos era inferior aos fluxos de caixa futuros esperados somente nos contratos de seguros patrimoniais e seguros coletivos de pessoas.

### **(3.7.1.17) PROVISÃO DE INSUFICIÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES (PIC)**

A PIC é registrada para os contratos de previdência complementar e contratos de seguros de vida em regime de capitalização, a saber:

(i) para os contratos de seguros de vida em regime de capitalização, a PIC se faz necessária pois o prêmio da maioria dos contratos está remido. Para estes contratos, a PIC é equivalente às obrigações futuras esperadas com benefícios e demais despesas futuras descontadas para a database da ITR.

(ii) Para os contratos de previdência complementar, a PIC visa cobrir possíveis deficiências das provisões matemáticas de benefícios a conceder, de benefícios concedidos e da provisão de riscos não expirados em relação a estimativa atualizada dos valores a pagar, considerando os compromissos contratuais assumidos. Tais deficiências são apuradas através de cálculos que levam em consideração a projeção dos fluxos de recebimento de contribuições e de pagamento de benefícios e despesas associadas. Para a elaboração das projeções, são considerados pressupostos e premissas, sendo as mais importantes a mortalidade dos participantes, apurada com base na tábua de mortalidade BR-EMS Male, a persistência esperada dos participantes na carteira e a idade de entrada em aposentadoria. A PIC é constituída quando o saldo das provisões se mostra insuficiente para fazer frente ao valor do fluxo projetado esperado de entradas e saídas de recursos financeiros descontados a valor presente para a database do cálculo.

### **(3.8) TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (LIABILITY ADEQUACY TEST – LAT)**

O CPC 11 requer que as seguradoras e operadoras emitentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. O teste de adequação dos passivos considerou todos os fluxos de caixa futuro das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31.12.2010, brutos de resseguro, e as premissas atuariais correntes até o final de vigência destas obrigações, sem considerar novos contratos e certificados. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixas considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Foram consideradas as provisões, despesas ligadas a operação e a despesa de comercialização diferida. No caso dos sinistros judiciais, os fluxos de caixa futuros foram reajustados utilizando a projeção do IPCA somados aos juros de 0,78% a.m. Para os contratos de previdência, para estimativa de sobrevivência foi utilizada a tábua de mortalidade BR-EMS. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa livre de risco. Quando aplicável, deficiências são contabilizadas no resultado.

### **(3.9) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS**

- As provisões para as ações judiciais de natureza cível, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo IPCA e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela TR e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, quanto as de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos

## Notas Explicativas

encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas na rubrica "Outras Ações Judiciais", no passivo circulante e não circulante, e consideram os valores atuais das mencionadas ações judiciais. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e trabalhistas estão contabilizados na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente;

- As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Contas a Pagar - Obrigações a Pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

### **(3.10) PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES**

O valor justo da remuneração dos participantes do Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia é reconhecido na data de outorga, na rubrica "Despesa Administrativa", com um correspondente aumento no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de Capital – Opções Outorgadas Reconhecidas" (vide nota 16.2), pelo período em que os beneficiários adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa administrativa é ajustado com base no modelo *Black-Scholes* para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vested*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

### **(3.11) DIVIDENDOS**

Os dividendos da Companhia são registrados no passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas. O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustados em consonância com a legislação em vigor.

### **(3.12) RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado por ação é calculado com base no lucro líquido do trimestre atribuível aos acionistas e considera a média ponderada da base de ações em circulação durante o período e as metodologias de cálculo denominadas: "básico" e "diluído", como requer o CPC 41 – Resultado por Ação.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, considera:

- O cálculo baseado na média diária;
- A média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em tesouraria, deduzida do número total de ações e
- As quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia, durante o período, no ajuste da média ponderada.

## Notas Explicativas

### (3.13) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A apresentação por segmentos de negócios leva em consideração a estrutura utilizada pela Administração na análise de resultado para a tomada das decisões, na composição e apresentação dos segmentos em relatórios internos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles e a relevância dessas informações. Os segmentos de negócios utilizados pela Administração são:

- Saúde Grupal
- Saúde Individual
- Automóvel
- Outros Ramos Elementares
- Pessoas

### (3.14) DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações de valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são parte integrante das ITR consolidadas, que no IFRS representam informação financeira adicional, e individuais, que no BRGAAP são mandatórias para as companhias abertas.

### (3.15) CONTRATOS DE SEGURO

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas na Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/No. 007/08.

### (3.16) USO DE ESTIMATIVAS

A preparação das ITR individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas ITR. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às ITR referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisão para Riscos de Realização de Crédito (vide nota 9.2)
- Demais Créditos Tributários (vide nota 10.1.2)
- Principais Ações Fiscais (vide nota 19.3)
- Benefícios a Empregados e Pós Emprego

### (3.17) NORMAS EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

O CPC não possui pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas e ainda não aprovadas pela CVM e todas as emitidas estão atualmente em vigor. Existem normas emitidas pelo IASB e que já podem ser adotadas antecipadamente, porém a entrada em vigor ainda não ocorreu e o CPC ainda não se pronunciou a respeito. São elas:

#### (a) IFRS 1 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS IFRS (*FIRST-TIME ADOPTION OF IFRS*)

O IASB promoveu duas alterações no IFRS 1 que visam:

- Substituir “datas fixas” de certas exceções por “datas de transição para as IFRS”;
- Incluir isenções adicionais para as entidades que deixam de sofrer de hiperinflação.

Essa norma alterada passará a vigorar para períodos anuais em ou após 01.07.2011.

## Notas Explicativas

### (b) IAS 12 – IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS (*INCOME TAXES*)

A alteração limitada no escopo do IAS 12, que teve início no projeto de convergência com o USGAAP, visa resolver problemas práticos desta norma sem alterar sua orientação fundamental ou a divergência em relação ao USGAAP.

Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em ou após 01.01.2012

### (c) IFRS 7 – DIVULGAÇÕES – TRANSFERÊNCIAS DE ATIVOS FINANCEIROS (*DISCLOSURES – TRANSFERS OF FINANCIAL ASSETS*)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 7, contemplando divulgações adicionais que permitam ao usuário das ITR avaliar o risco de exposição referente a transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade, foi emitida pelo IASB.

Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em ou após 01.07.2011

### (d) IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (*FINANCIAL INSTRUMENTS*)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB.

Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em ou após 01.01.2013

## (4) CONSOLIDAÇÃO

### • **Aquisição de participação de acionista não controlador**

É registrada como transação de capital conforme o IAS 27 e ICPC 09 e o ágio gerado nesta aquisição é contabilizado no patrimônio líquido.

### • **Fundos de Investimento Exclusivos**

As demonstrações financeiras dos fundos de investimento dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivos são consolidadas a partir da data da aquisição do controle até que este controle seja extinto.

### • **Controladas**

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas a partir da data da aquisição do controle ou quando da autorização do órgão regulador competente, quando for o caso, e até que este controle seja extinto.

### • **Práticas adotadas na consolidação**

(a) Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e as controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;

(b) Eliminação dos investimentos da Companhia nas empresas controladas, incluídas na consolidação;

(c) Destaque nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultado da parcela correspondente a participação de acionistas não controladores;

(d) Algumas controladas elaboram suas ITR de acordo com práticas estabelecidas pelos órgãos reguladores de suas atividades (SUSEP, ANS e Banco Central do Brasil – BACEN). Algumas dessas práticas são ajustadas para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas consolidadas e a correção de algumas práticas prescritas pelos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as melhores práticas contábeis.

### • **Empresas Consolidadas**

As ITR consolidadas incluem as informações da Companhia, das suas controladas, relacionadas a seguir, e dos fundos de investimento dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivas:

	Participação (%)				Participação (%)	
	sobre o capital total				sobre o capital total	
	31.03.2011				31.12.2010	
Empresas	Principal Atividade	Sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Sul América Companhia Nacional de Seguros - SALIC	Seguradora	RJ	24,45	75,55	24,45	75,55
Saepar Serviços e Participações S.A. - SAEPAR	Participação e Prestação de Serviços	RJ	100,00	-	100,00	-
Brasilsaúde Companhia de Seguros - BRASILSAÚDE	Seguradora	RJ	-	100,00	-	100,00

## Notas Explicativas

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. - SULASEG	Seguradora	RJ	-	100,00	-	100,00
Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA SAÚDE (I)	Seguradora	RJ	34,94	65,06	34,94	65,06
Sul América Companhia de Seguros Gerais - SASG	Seguradora	RJ	-	100,00	-	100,00
Sul América Seguro Saúde S.A. - SAÚDE	Seguradora	RJ	-	100,00	-	100,00
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - SAMI	Gestão de Recursos de Terceiros	SP	-	100,00	-	100,00
Cival Reinsurance Company Ltd.	Resseguradora (Inativa)	Ilhas Cayman	-	100,00	-	100,00
Sul América Santa Cruz Participações S.A. - SANTA CRUZ	Participação	RJ	-	100,00	-	100,00
Sul América Serviços de Saúde S.A. - SULAMED	Operadora de Planos de Saúde	SP	-	100,00	-	100,00
Executivos S.A. Administração e Promoção de Seguros - EXECUTIVOS	Prestação de Serviços (Inativa)	SP	-	100,00	-	100,00
Sul América Odontológico S.A. - SULODONTO (I)	Operadora de Planos de Saúde Odontológico	RJ	-	100,00	-	100,00

### (I) Aquisições da CIA SAÚDE

#### (a) Aquisição da Rio Ardila

A Rio Ardila Participações S.A., denominada "RIO ARDILA" foi adquirida em 02.08.2010 sua razão social foi alterada para SULODONTO e seu objeto social, para operar na comercialização de planos de saúde odontológico e participações em outras empresas. A empresa ainda não está operando, mas em 24.01.2011 a ANS aprovou o pedido de autorização de funcionamento da SULODONTO para atuar no mercado de saúde suplementar;

#### (b) Aquisição da Dental Plan

Em 13.12.2010 foi celebrado um contrato visando a aquisição da Dental Plan LTDA, denominada "DENTAL PLAN" pelo preço de R\$28.500.

A DENTAL PLAN é uma operadora de planos odontológicos com atuação concentrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, tendo apresentado expressiva expansão na região Sudeste. Vide nota 24.1

### (5) GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais:

- Controlar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista;
- Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas;
- Prover melhorias de alocação de capital.

Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle de Operações Financeiras e pelo Superintendente Executivo de Atuaria. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que estão sujeitas a SulAmérica, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização;
- Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital;
- Reportar a Alta Administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;
- Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição.

## Notas Explicativas

### **(5.1) ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS**

O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com o grau de apetite a riscos definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (apetite de risco). Esse direcionamento é repassado para as Vice-Presidências de cada unidade de negócio (*Business Unit – BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas.

### **(5.2) SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS**

A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (ERM – *Enterprise Risk Management*). O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos.

Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir:

- **O Ambiente Interno:** Nível de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e a boa execução dos processos organizacionais.
- **Definição de Objetivos:** O processo que define as estratégias, deve permitir que estes se dêem de forma integrada à missão e a visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos.
- **Identificação de Eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades.
- **Avaliação dos Riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos.
- **Resposta ao Risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis.
- **Atividades de Controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas.
- **Informação e Comunicação:** Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas,

## Notas Explicativas

coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretas e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para correções.

- **Monitoramento:** A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e em âmbito corporativo por avaliações independentes, por auditorias internas ou externas (periódicas ou especiais) e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração.

### **(5.3) DESCRIÇÃO DOS RISCOS NAS OPERAÇÕES**

O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*.

#### **(5.3.1) RISCO DE CRÉDITO**

É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

##### **(5.3.1.1) Aplicações Financeiras**

###### **(a) Política de Investimentos**

No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito (CoC). Estes limites são refletidos em Mandatos de Investimento, documento que formaliza a delegação de alçadas aos gestores. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área financeira.

Resumidamente, os limites para exposição de crédito, segundo a modalidade de investimento, são os seguintes:

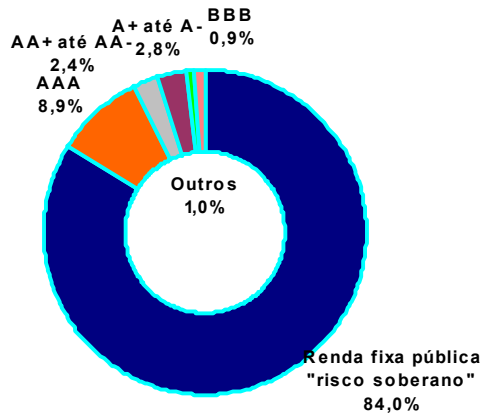
- Títulos Públicos Federais: Até 100%;
- Títulos Públicos Estaduais e Municipais: 0%;
- Títulos de Emissão de Empresas Não-Financeiras (títulos corporativos): é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de uma determinada empresa não-financeira;
- Títulos de Emissão de Instituições financeiras: é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborada um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido é estabelecido um limite de crédito para compra de papéis emitidos por instituições financeiras;
- Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC): é adotada uma metodologia baseada na análise da estrutura do fundo, avaliação dos recebíveis e dos limites de subordinação, estabelecendo também um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco.

Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos que não esteja prevista nos Mandatos de Investimentos deve ser aprovada pelo CoC.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos investimentos por *rating* em 31.03.2011, onde 93% do total de aplicações financeiras estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).

## Notas Explicativas

### Investimento por Rating (\*) Sem Previdência R\$4,8 bilhões



(\*) Exclui Sênior Notes, Fundos Mútuos, Renda Variável.

#### (5.3.2) RISCO DE MERCADO

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos.

Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Processo de gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Asset and Liability Management*) monitorado regularmente pelo ALCO (*Asset and Liability Committee*);
- Elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos para cada uma das empresas controladas e a Companhia, onde são considerados os seguintes aspectos: Perfil do negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez;
- Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros;
- Limites máximos de *VaR (Value at Risk)* e análises de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*";
- Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez;
- Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.

##### (5.3.2.1) O Processo de Gerenciamento de Ativos e Passivos na Organização (ALM)

A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SAMI. Apenas 1,61% do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI.

Desde 2003, o gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos. O ALCO foi formado para a discussão do assunto. Desde então, de acordo com as diretrizes definidas pelo comitê, e seguindo as políticas descritas em Mandatos de Investimentos (atualizados periodicamente), os administradores de recursos alocam os ativos financeiros em investimentos adequados ao comportamento dos passivos. Estes Mandatos de Investimentos refletem pontos importantes para a gestão adequada dos recursos, tal como a política de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação, descrição dos produtos e dos passivos, dentre outros aspectos.

## Notas Explicativas

De uma forma geral, a política de investimentos tem como objetivo estabelecer um grau de alinhamento entre um mínimo de liquidez necessária para a SulAmérica e diretrizes de investimentos que otimizem a rentabilidade dos ativos, levando em consideração as características dos passivos de cada um dos negócios.

Desta forma, os limites e *benchmarks* estabelecidos visam minimizar os riscos financeiros de descasamento entre ativos e passivos envolvidos no processo de investimentos dos recursos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. Para que a gestão dos ativos seja eficiente, os recursos financeiros estão alocados em três carteiras:

- (i) Liquidez;
- (ii) Operacional; e
- (iii) Capital - de acordo com a sua natureza e objetivos.

Todas as três carteiras possuem:

- *Benchmarks* definidos individualmente;
- Revisão e rebalanceamento individual mensal e trimestral quando da reunião do ALCO;
- Diferentes prioridades de alocação;
- Políticas de investimentos individuais; e
- Limites de risco individual.

As carteiras são definidas da seguinte forma:

### **(a) Carteira de Liquidez**

O objetivo da carteira de liquidez é estabelecer uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recebimentos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve dos bancos).

Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando desta forma o risco de liquidez.

### **(b) Carteira Operacional**

O objetivo da carteira operacional é alocar os investimentos financeiros mobiliários vinculados à SUSEP e ANS, destinados a proteção dos passivos operacionais das controladas que operam com seguros.

Os investimentos destinados a carteira operacional são alocados não só visando maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos das controladas. Desta forma, não se espera necessariamente o maior retorno possível para esta carteira de investimentos, mas sim um balanceamento entre risco, retorno e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos pelas controladas que operam com seguros.

### **(c) Carteira de Capital**

A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez ou operacional.

Idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado.

### **(d) Acompanhamento do ALM e Risco de Mercado**

Mensalmente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento periódico dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal os gestores dos investimentos discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data, no que diz respeito aos riscos de mercado envolvidos nas operações de investimentos.

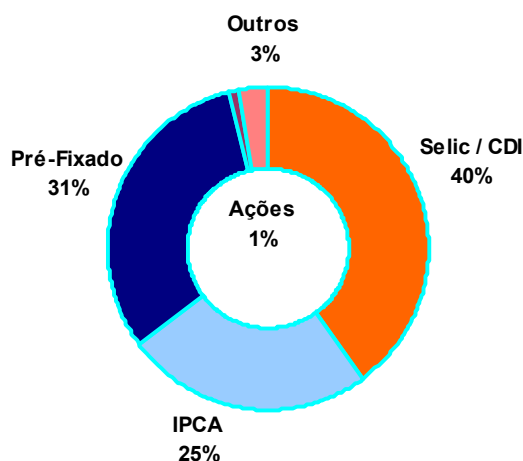
Periodicamente, o ALCO se reúne com o objetivo de corroborar ou modificar as alocações definidas nos Mandatos de Investimentos. São apresentadas no comitê, análises sobre os passivos e os ativos, levando em consideração os riscos de mercado envolvidos no processo.

Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela SulAmérica, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31.03.2011, contemplando as operações compromissadas e o contas a receber dos fundos de investimentos

## Notas Explicativas

exclusivos, que para fins de divulgação das ITR estão apresentadas nas rubricas "Aplicações no Mercado Aberto" e "Títulos e Créditos a Receber", respectivamente:

### Investimento por Indexador Sem Previdência R\$4,9 bilhões



#### (5.3.2.2) Risco da Taxa de Juros

A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR (*Value at Risk*) Paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR, além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas considerando cenários classificados como "Provável", "Possível" e "Remoto" e estão apresentadas na nota 6.3.2.

#### (5.3.2.3) Risco Cambial

A política não permite a exposição cambial, exceto quanto a certas operações de ramos elementares, que devido a natureza da operação as apólices precisam ser feitas em moeda estrangeira. O monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras são feitos, em função dos contratos de seguros e resseguros lastreados em moedas estrangeiras e dos empréstimos e financiamentos por meio de contratos de derivativos, principalmente contratos futuros e de *swaps*, com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado.

Os saldos ativos em dólares norte-americanos, em 31.03.2011, montam US\$99,825 mil (US\$106,667 mil em 31.12.2010) no consolidado e de US\$10,604 mil (US\$10,716 mil em 31.12.2010) na Companhia e os saldos passivos montam US\$98,880 mil (US\$107,350 mil em 31.12.2010) no consolidado e de US\$7,254 mil (US\$4,293 mil em 31.12.2010) na Companhia.

#### (5.3.2.4) Risco de Renda Variável

A SulAmérica não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garante a cobertura das provisões técnicas. A posição de renda variável está alocada na carteira de capital no valor de R\$50,5 milhões com Mandato de Investimento próprio.

#### (5.3.2.5) Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, conforme mencionado na nota 5.3.2.1, e mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Estes investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo.

### **(5.3.2.6) Risco da Inflação**

Os estudos de ALM realizados pelo ALCO identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros são indexados a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos a correção monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31.03.2011, as controladas que operam com seguros registraram aproximadamente R\$1,2 bilhão de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo (na maioria dos casos com vigências anuais), as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos são alocados em diversos vencimentos.

### **(5.3.2.7) Instrumentos Financeiros Derivativos**

As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, desde que pré-definidas e aprovadas pela Administração.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos nas controladas da atividade de seguros e previdência obedece as normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos para estas controladas.

As demais controladas que não estão sujeitas a estas determinações é permitido deter posições de investimentos que utilizem derivativos, podendo gerar exposição superior a uma vez o valor investido mediante a pré-aprovação do Comitê de Investimentos.

Os instrumentos financeiros derivativos - *swaps* e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimento exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros.

### **(5.3.3) RISCO DE SUBSCRIÇÃO**

Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas.

O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões.

#### **(a) Risco na Provisão e Precificação e o Uso de Modelos Internos**

As controladas que operam com seguro dispõem de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão.

Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de erro na constituição das provisões técnicas.

#### **(b) Risco de Subscrição, Precificação, Definição dos Produtos, Retenção Líquida e Risco Moral**

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, as controladas que operam com seguro realizam periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados:

- Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas;
- Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes nas controladas que operam com seguro;
- Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o

## Notas Explicativas

observado e ainda esperado;

- Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;
- Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas das controladas que operam com seguro.

### (c) Análise de Sensibilidade dos Sinistros Retidos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro Retido, por ramo de atuação, caso haja uma variação na sinistralidade em 1 ponto percentual para mais ou para menos nos últimos 12 meses da database do cálculo:

Ramo de Atuação (Classe de Negócios)	Variação no Sinistro Retido
AUTO	19.468
RIC	3.267
SAÚDE	54.392
VIDA	3.872
<b>Total</b>	<b>80.999</b>

### (d) Risco na Provisão

Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade das controladas que operam com seguros.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão devido ao risco de desvio na qualidade e / ou valor médio dos sinistros ocorridos, as controladas que operam com seguro possuem os seguintes procedimentos:

- Testes de Consistência das Metodologias de Constituição das Provisões: Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente;
- Recálculo das Provisões Técnicas: Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente;
- Acompanhamento Mensal da Variação das Provisões Técnicas: Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas das controladas que operam com seguros.

### (e) Capital Requerido

Através de resoluções específicas, a SUSEP vem definindo novas regras para apuração do capital mínimo regulatório para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras. As novas normas complementam a antiga regra de margem de solvência, que definia um montante a ser apurado pelo maior valor entre 20% do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos 12 meses e 33% da média anual do total de sinistros retidos dos 36 meses, regra, esta ainda adotada pela ANS. Atualmente, as novas resoluções divulgadas pela SUSEP determinam que, além da verificação dos valores mencionados acima, cada seguradora precisa calcular também um capital mínimo requerido contemplando os riscos de subscrição e de crédito. Sendo assim, o maior valor apurado será utilizado como referência de solvência regulatória da Companhia.

A SulAmérica apura mensalmente, para cada uma de suas controladas que operam com seguros, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido.

## Notas Explicativas

Durante o ano de 2011, o PLA das companhias seguradoras foram sempre suficientes em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores.

Conforme citado nos itens anteriores, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseado em riscos.

### **(f) Contratos de Resseguro**

O risco de subscrição pode ser mitigado via contratos com resseguradores. Em 31.03.2011, as controladas que operam com seguro possuem diversos contratos vigentes com diversos resseguradores visando otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, bem como mitigar possíveis perdas caso estes contratos não existissem.

As decisões sobre a contratação do resseguro e a manutenção e revisão dos contratos são sempre aprovadas pelo CoR.

A seguir o resumo das principais coberturas de resseguro contratadas, vigentes em 31.03.2011:

- Excesso de danos para catástrofes em ramos elementares, saúde e vida;
- Excesso de danos e excedente de responsabilidade para ramos elementares;
- Quota-parte em ramos elementares e vida.

### **(5.3.4) RISCO OPERACIONAL**

O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como:

- Risco de Fraudes Internas: Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica;
- Fraudes Externas: Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio;
- Relações Trabalhistas: Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, nocivas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento;
- Falhas de Sistemas: Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas;
- Execução e Gestão de Processos: Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempestiva a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores;
- Práticas Comerciais Inadequadas: Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados;
- Danos a Ativos: Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas aos ativos;
- Interrupção das Atividades: Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não.

### **(a) Fraudes**

As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários.

### **(b) Gestão dos Riscos Operacionais**

Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados (*NullRisks*) com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais.

## Notas Explicativas

O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados.

Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um novo projeto para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo projeto conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basiléia II e Solvência II, como segue:

- Abertura do Dicionário de Riscos Operacionais: Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basiléia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com conseqüente melhora na gestão;
- Agrupamento dos Processos em Macro Processos: Os processos hoje cadastrados no sistema *NullRisks* foram enquadrados em aproximadamente 120 macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica;
- Desenvolvimento de um Novo Software: Está sendo desenvolvido um novo *software* customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá tanto análises qualitativas quanto análises quantitativas;
- Construção de uma Base de Perdas: O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais.

### (5.3.5) RISCO ESTRATÉGICO

É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como:

- Risco de Planejamento: Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequados à realidade da SulAmérica;
- Recursos Humanos: Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave;
- Indicadores de Metas: Avaliação inadequada de desempenho;
- Custo de Oportunidade: Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descasamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco;
- Concorrência: Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado;
- Preço: Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado;
- Comunicação: Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica.

#### (a) Gestão do Risco Estratégico

A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas

## Notas Explicativas

adicionais. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. O COPA também possui como atribuições:

- Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido;
- Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas;
- Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos;
- Avaliar, no caso de terceirizações, as alternativas analisadas e aprovar os parceiros propostos;
- Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções.

O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o comitê corporativo julgue necessário.

Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o *Balanced ScoreCard* (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores sabem quais as metas a serem conquistadas.

Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para cada unidade de negócio para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a alta administração, alinhando desta forma o apetite de risco da empresa. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos.

### **(5.3.6) RISCO LEGAL E COMPLIANCE**

É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como:

- (i) Risco com Órgãos Reguladores;
- (ii) Risco de Atividades em Desacordo com Políticas Internas;
- (iii) Risco de Lavagem de Dinheiro;
- (iv) Risco de reputação; e
- (v) Risco de contratos.

#### **(5.3.6.1) Gestão do Risco Legal**

Presente em cada unidade de negócio e com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações.

#### **(5.3.6.2) Gestão do Risco de Compliance**

##### **(a) Auto-Avaliação de Controles Internos**

A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação.

Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação.

O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano.

## Notas Explicativas

### **(b) Documentação Eletrônica**

A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia.

### **(c) Auditoria Interna**

Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor.

### **(5.4) OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA (INCLUI PLANOS VGBL)**

De uma forma geral todos os controles aplicados nas operações de seguro também são utilizados nas operações de previdência. Podemos dividir a operação em dois grandes grupos (PGBL/VGBL e planos tradicionais).

Os planos de PGBL e VGBL da controlada SULASEG operam usando fundos de investimento especialmente constituídos (FIE) ou fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos, cujos únicos quotistas sejam, direta ou indiretamente, sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar e a carteira seja composta em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação que disciplina a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos. Os riscos nos investimentos nos planos de PGBL e VGBL são dos cotistas e variam dependendo do tipo de fundo e podem ser classificados em 3 tipos:

- Plano do tipo soberano: Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do BACEN e créditos securitizados do Tesouro Nacional;
- Plano do tipo de renda fixa: A mesma aplicação do plano soberano mais outros investimentos de renda fixa;
- Plano do tipo composto: Demais modalidades, limitando os investimentos em renda variável a 49% do patrimônio líquido do FIE.

Os planos chamados "tradicionais" garantem uma taxa mínima de retorno aos participantes igual a variação de um índice inflacionário (por exemplo, o índice de inflação IGP-M) acrescido de uma taxa de juros (por exemplo, 6% ao ano). A SULASEG suspendeu a comercialização desse tipo de plano em 2003 e o risco que ele embute tem sido mitigado através de migrações dos planos tradicionais para modalidades que não assegurem rentabilidade mínima e mediante políticas de investimento.

A SULASEG tem se baseado na metodologia de gerenciamento de ativos e passivos (ALM) para uma apreciação mais abrangente das reservas de previdência complementar, certa de que a mera análise dos riscos associados ao passivo não satisfaz a necessidade primordial de uma correta seleção e alocação de ativos.

O risco das coberturas adicionais (morte e invalidez) vem sendo mitigado mediante contratação de resseguro para excesso de danos para catástrofes em riscos de previdência e excedente de responsabilidade em riscos de previdência.

## **(6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

### **(6.1) HEDGE**

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são negociadas e registradas por meio da BM&FBOVESPA ou mercado de balcão organizado. Para as controladas de atividade de seguros e previdência, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, seja através de contratos futuros ou *swaps*, podendo ser mantidos através de fundos de investimento exclusivos, tem por finalidade única a proteção das variações cambiais e flutuação das taxas de juros. No caso dos fundos exclusivos dos planos PGBL e VGBL, além dos contratos futuros atrelados a taxa de juros, a SULASEG também utiliza contratos futuros atrelados ao Índice Bovespa, em consonância com a

## Notas Explicativas

política de investimento desses fundos. Os ganhos e perdas decorrentes desses contratos futuros não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada controlada, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. Apesar de não ensejarem variações no resultado da SULASEG, apresentamos na nota 6.4 totalidade dos instrumentos financeiros derivativos destes fundos.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

### (6.2) HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

A Companhia, com o intuito de administrar a exposição à variação cambial do montante de US\$130,000,000 de principal das *Senior Notes*, emitidas em fevereiro de 2007, com vencimento em fevereiro de 2012, mantém operação de *swap* junto a União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), registrado na CETIP (vide nota 17).

A Companhia registra este instrumento derivativo avaliado pela metodologia de contabilização de operações de *hedge* de fluxo de caixa, com o total das valorizações ou desvalorizações, líquido de seus correspondentes efeitos tributários, reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido. A efetividade deste *hedge* está inserida na margem entre 80% e 125%.

O valor justo é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, que usam curvas de rentabilidade. As informações para construir as curvas de rentabilidade são obtidas, principalmente, através das cotações disponíveis na BM&FBOVESPA sendo as mais relevantes a taxa do cupom sujo cambial e a taxa pré do período da database das ITR até a data de vencimento da operação, além da cotação do dólar de venda (PTAX 800) em 31.03.2011, disponibilizada pelo Sistema de Informações Banco Central (SISBACEN).

### (6.3) QUADRO RESUMO DAS EXPOSIÇÕES EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da SulAmérica estão demonstrados a seguir:

Descrição	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito em 31.03.2011	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar / pago
<b>Contratos Futuros</b>						
Compromisso de venda						
Moeda Estrangeira	3.691	-	3.691	-	115	6
<b>Contratos de Swaps</b>						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira	211.731	216.606	205.852	208.193	-	-
Posição Passiva						
Taxa de Juros em Reais	271.041	266.646	261.588	254.755	-	55.737

Descrição	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito em 31.03.2011	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar / pago
<b>Contratos Futuros:</b>						
Compromisso de Compra						
Taxa de Juros em Reais	497.300	177.251	450.510	173.622	2.743	3.510
Moeda Estrangeira	12.795	18.042	12.795	18.042	295	491
Índices	344	701	344	701	418	453
Compromisso de Venda						
Taxa de Juros em Reais	283.800	128.992	228.661	128.984	2.389	2.295
Moeda Estrangeira	3.691	5.279	3.691	5.279	115	6
Índices	-	12.889	-	12.889	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>						

## Notas Explicativas

Posição Ativa						
Moeda Estrangeira	211.731	225.514	205.852	217.101		-
Posição Passiva						
Taxa de Juros em Reais	271.041	266.646	261.588	254.755		55.737
Moeda Estrangeira		8.942		8.942		
<b>Contratos de Opções</b>						
Posição Titular - Compra						
Moeda Estrangeira	5.798	-	4	-		52
Índices		4.840		101		
Ações		18.585		675		
Posição Titular - Venda						
Índices		864		14		-
Ações		10.861		843		-
Posição Lançadora - Compra						
Moeda Estrangeira	3.502	-		-		16
Ações		9.596		353		
Posição Lançadora - Venda						
Ações		2.840		178		-

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados nas rubricas "Obrigações a Pagar", no passivo circulante, e "Títulos e Créditos a Receber", no ativo circulante.

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### (6.3.1) MARGENS DADAS EM GARANTIA

Em 31.03.2011, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros, *swap* e opções mantidos em fundos de investimentos exclusivos classificados como Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

		31.03.2011	
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	dezembro-2011	80	369
LFT	março-2012	20	92
LFT	março-2013	141	650
LFT	junho-2013	1.526	7.033
LFT	setembro-2013	1.290	5.944
LFT	setembro-2016	15	69
<b>Total</b>		<b>3.072</b>	<b>14.157</b>

Não há exigência de margem de garantia para o contrato de *swap* referente ao principal das *Senior Notes*.

### (6.3.2) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À EXPOSIÇÃO EM DERIVATIVOS

A análise de sensibilidade tem por objetivo ilustrar mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da SulAmérica. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados, revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31.03.2011. Apesar da revisão regular das estimativas e premissas utilizadas, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição demonstrada. Foi considerado como "provável" o cenário atual que serviu de base para a determinação do valor justo das operações e os cenários "possível" e "remoto" foram estabelecidos aplicando-se variações adversas de 25% e 50%, respectivamente, sobre as posições atuais, considerados os riscos envolvidos em cada tipo de operação. As variações de 25% e 50% correspondem às variações mínimas estabelecidas nos normativos da CVM.

## Notas Explicativas

## Companhia

Operação	Risco	Derivativo	Objeto	Cenário Provável (a)	Cenário Possível	Cenário Remoto
Swap	Alta do CDI	Swap Ponta Ativa (USD)		-	(1.419)	(2.819)
			Principal Senior Notes (USD)	-	1.419	2.819
Futuro	Queda do dólar	Vendido em dólar americano	Futuro na BM&F		(923)	(1.846)
			Contas a receber em moeda estrangeira		923	1.846
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>				-	-	-

## Consolidado

Operação	Risco	Derivativo	Objeto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Swap	Alta do CDI	Swap Ponta Ativa (USD)		-	(1.419)	(2.819)
			Principal Senior Notes (USD)	-	1.419	2.819
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>				-	-	-
Futuro	Queda do dólar	Vendido em dólar americano	Futuro na BM&F	-	(923)	(1.846)
			Contas a receber em moeda estrangeira	-	923	1.846
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>				-	-	-
Futuro	Queda do dólar	Comprado em dólar americano	Futuro na BM&F	-	(923)	(1.846)
			Ctas. a pagar em moeda estrangeira	-	923	1.846
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>				-	-	-
Futuro	Alta do CDI	Comprado em taxa de juros		-	(358)	(734)
			Títulos Públicos Pré-fixados	-	357	732
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>				-	(1)	(2)
Futuro	Alta do CDI	Líquido comprado em taxa de juros	DI Futuro na BM&F	-	(1.541)	(2.722)
Futuro	Queda do USD	Comprado em dólar americano	Dólar Futuro na BM&F	-	(2.256)	(4.512)
Opção	Queda do USD	Comprado e vendido em opção de compra do dólar americano	Opção s/Futuro na BM&F	-	-	-
Opção	Queda do USD	Comprado em opção de compra do dólar americano	Opção s/Futuro na BM&F	(4)	(4)	(4)
Futuro	Alta do Ibovespa	Comprado em futuro de ações	índice Ibovespa	-	(86)	(172)
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>				(4)	(3.887)	(7.410)
Futuro	Alta do CDI	Comprado em taxa de juros		-	(176)	(361)
			Títulos Públicos Pré-fixados	-	176	360
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>				-	-	(1)
Futuro	Alta do CDI	Comprado em taxa de juros		-	(84)	(175)
			Títulos Públicos Pré-	-	83	173

## Notas Explicativas

		fixados			
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>			-	(1)	(2)
<b>Total do Efeito Líquido no Resultado</b>			(4)	(3.889)	(7.415)

**(a) Contrato de Swap:** Com o intuito de proteção à exposição cambial gerada pelo principal das *Sênior Notes* emitidas em fevereiro de 2007 (ver nota 17), a Companhia mantém operação de *swap* com ponta ativa em dólar e passiva em CDI, deduzida de 3,967% a.a. e com vencimento em fevereiro de 2012. Tendo em vista que os valores, tanto do principal das *Sênior Notes* como o da ponta ativa do *swap*, se anulam, pois representam US\$130,000,000, a Companhia considera que o risco de estar passiva em CDI por ocasião do *swap* seria a elevação da taxa CDI, e esta seria compensada pelo aumento da receita oriunda das aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade leva em consideração as seguintes variáveis:

- Taxa do cupom cambial sujo (ajuste cupom) de 31.03.2011 até a data de vencimento da operação;
- Taxa pré de 31.03.2011 até a data de vencimento da operação;
- Cotação atual do US\$;
- Cotação esperada do US\$ na data de vencimento da operação que se deriva das taxas de cupom cambial sujo (ajuste cupom) e taxa pré.

Os valores são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) e descontados a valor presente, utilizando-se as taxas praticadas na BM&FBOVESPA.

**(b) Contratos Futuros de Taxa de Juros (DI) de (1) um dia:** A SulAmérica considerará que o risco de se estar comprado em taxa, em um contrato futuro, é a redução da taxa de juros para os respectivos vencimentos. Em 31.03.2011, as posições detidas por certas controladas em contratos futuros de taxas de juros eram utilizadas com o intuito de transformar a rentabilidade préfixada de títulos e valores mobiliários de parte de suas carteiras de investimento em pós-fixada.

As demais posições tem como objetivo auferir ganho com a queda da taxa de juros e com a arbitragem da curva futura de juros, se beneficiando com as distorções da taxa entre os diversos vencimentos.

**(c) Contratos Futuros de Moedas:** Com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio nos saldos a pagar em dólar dos contratos de seguros e resseguros, suas controladas detém contratos futuros.

Nas demais posições, o objetivo é a exposição direcional com intuito de auferir ganhos com a variação cambial. A administração considera que o risco de se estar comprado em dólar americano é a queda da moeda americana.

**(d) Opções de Moedas:** Existem operações compradas e vendidas em opções de dólar americano com intuito de auferir ganhos com a alta do dólar americano. A administração considera que o risco de se estar comprado nesta estrutura de opções é a queda do dólar americano.

**(e) Índice Futuro:** O objetivo é a exposição direcional com intuito de auferir ganho com a alta da bolsa. O risco é a queda da bolsa.

### (6.4) QUADRO RESUMO DOS DERIVATIVOS RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE PGBL E VGBL

Os contratos futuros relativos aos fundos de investimento de PGBL e VGBL estão demonstrados a seguir e a contraparte e o local de registro da totalidade dos contratos futuros é a BM&FBOVESPA:

**Consolidado**

Descrição	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Efeito em 31.03.2011	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010	Valor a receber/recebido	Valor a pagar / pago
<b>Contratos Futuros:</b>						
Compromisso de Compra						
Taxa de Juros em Reais	216.100	179.300	203.811	168.025	1.049	1.167
Compromisso de Venda						
Taxa de Juros em Reais	23.600	38.200	19.161	34.693	253	137

## Notas Explicativas

Índices	2.064	8.406	2.064	8.406	1.030	1.152
---------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Os valores a pagar e a receber dos contratos futuros são contabilizados nas rubricas "Obrigações a Pagar", no passivo circulante, e "Títulos e Créditos a Receber", no ativo circulante.

### (6.4.1) MARGENS DADAS EM GARANTIA

Em 31.03.2011, a totalidade das margens dadas em garantia das operações de compra de contratos futuros em DI e contratos de venda de índice, registrados em fundos de investimentos, classificados como Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado, estão demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	março-2013	205	945
LFT	junho-2013	320	1.475
LFT	setembro-2013	290	1.336
LFT	março-2014	80	368
LFT	setembro-2014	90	414
LFT	março-2015	30	138
NTN-B	maio-2015	370	17
<b>Total</b>		<b>1.385</b>	<b>4.693</b>

### (7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Companhia		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Caixa		-	79	67
Contas Bancárias	115	314	62.623	21.637
Equivalentes de caixa (a)	2.136	26.381	663.123	571.774
<b>Total</b>	<b>2.251</b>	<b>26.695</b>	<b>725.825</b>	<b>593.478</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.251</b>	<b>26.695</b>	<b>725.825</b>	<b>593.478</b>

(a) São consideradas "equivalentes de caixa" as Aplicações no Mercado Aberto com lastro em títulos públicos, liquidez diária e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### (8) APLICAÇÕES

	Companhia			Consolidado
	31.03.2011	31.12.2010		
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>	<b>78.233</b>	<b>73.662</b>		
Fundos de Investimento Exclusivo	60.324	56.248		
Certificados de Depósito Bancário	17.909	17.414		
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>	<b>67.559</b>	<b>69.834</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	67.559	69.834		
<b>Subtotal</b>	<b>145.792</b>	<b>143.496</b>		
<b>Provisão para Desvalorização</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>		
<b>Total</b>	<b>145.790</b>	<b>143.496</b>		
<b>Circulante</b>	<b>145.790</b>	<b>143.496</b>		
				<b>Consolidado</b>
	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>		
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>	<b>1.368.385</b>	<b>1.434.404</b>		
Certificados de Depósito Bancário	610.565	726.978		
Debêntures	183.369	169.421		
Swap	-	(34)		
Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	440.802	402.193		
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	113.802	117.226		
Senior Notes	17.271	17.847		
Outros	2.576	773		
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>	<b>5.558.361</b>	<b>5.218.826</b>		
Notas do Tesouro Nacional	2.965.177	2.456.240		
Letras Financeiras do Tesouro	2.012.871	2.250.998		
Letras do Tesouro Nacional	565.811	496.003		
Títulos da Dívida Agrária	7.547	7.458		
Bônus do Tesouro Nacional	6.955	8.127		
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>292.959</b>	<b>308.380</b>		
Ações	242.700	255.526		
Quotas de Fundos de Investimento em Ações	49.794	52.457		

## Notas Explicativas

Outros	465	397
<b>Outras aplicações</b>	<b>1.478</b>	<b>1.444</b>
<b>Subtotal</b>	<b>7.221.183</b>	<b>6.963.054</b>
<b>Provisão para Desvalorização</b>	<b>(11.378)</b>	<b>(1.493)</b>
<b>Total</b>	<b>7.209.805</b>	<b>6.961.561</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.962.340</b>	<b>5.735.907</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.247.465</b>	<b>1.225.654</b>

Uma parcela dos títulos e valores mobiliários no ativo não circulante do consolidado está registrada no grupo de Outras Aplicações que contempla, também, Incentivos Fiscais, Depósitos e Fundos diversos vinculados ao IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas respectivas provisões para desvalorização. O saldo em 31.03.2011 é de R\$10 (R\$10 em 31.12.2010) na Companhia e de R\$5.968 em 31.03.2011 (R\$5.911 em 31.12.2010) no consolidado.

A classificação e o vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.03.2011 e 31.12.2010, feita de acordo com os critérios de contabilização e avaliação descritos na nota 3.2, é a seguinte:

					<b>Companhia</b>
	<b>Até 02 anos ou sem Vencimento</b>	<b>De 02 a 05 anos</b>	<b>Valor de Custo mais Rendimentos</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>31.03.2011</b>
					<b>Ganhos(perdas) não Realizados</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO</b>					
<b>Renda fixa - privados</b>	<b>22.335</b>	-	<b>22.335</b>	<b>17.288</b>	<b>(5.047)</b>
Senior Notes	22.318	-	22.318	17.271	(5.047)
Outros	17	-	17	17	-
<b>Renda fixa - públicos</b>	<b>6.058</b>	<b>6.958</b>	<b>13.016</b>	<b>13.016</b>	-
Letras Financeiras do Tesouro	6.058	6.958	13.016	13.016	-
<b>Renda variável</b>	<b>30.020</b>	-	<b>30.020</b>	<b>30.020</b>	-
Quotas de fundos de investimento em ações	30.020	-	30.020	30.020	-
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>58.413</b>	<b>6.958</b>	<b>65.371</b>	<b>60.324</b>	<b>(5.047)</b>
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>58.421</b>	<b>2.083</b>	<b>60.504</b>	<b>56.248</b>	<b>(4.256)</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>					
<b>Renda fixa - privados</b>	<b>17.909</b>	-	<b>17.909</b>	<b>17.907</b>	<b>(2)</b>
Certificados de Depósito Bancário	17.909	-	17.909	17.907	(2)
<b>Renda fixa - públicos</b>	<b>67.558</b>	-	<b>67.558</b>	<b>67.559</b>	<b>1</b>
Letras Financeiras do Tesouro	67.558	-	67.558	67.559	1
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>85.467</b>	-	<b>85.467</b>	<b>85.466</b>	<b>(1)</b>
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>37.001</b>	<b>50.223</b>	<b>87.224</b>	<b>87.248</b>	<b>24</b>

							<b>Consolidado</b>
	<b>Até 02 anos ou sem Vencimento</b>	<b>De 02 a 05 anos</b>	<b>De 05 a 10 anos</b>	<b>Acima de 10 anos</b>	<b>Valor de Custo mais Rendimentos</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>31.03.2011</b>
							<b>Ganhos (perdas) não Realizados</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO</b>							
<b>Renda fixa - privados</b>	<b>385.182</b>	<b>251.387</b>	<b>3.439</b>	-	<b>640.008</b>	<b>634.894</b>	<b>(5.114)</b>
Quotas de fundos de investimento não exclusivos	113.802	-	-	-	113.802	113.802	-
Certificados de Depósito Bancário	158.246	12.369	-	-	170.615	170.411	(204)
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	59.222	180.126	-	-	239.348	239.204	(144)
Debêntures	31.594	58.892	3.439	-	93.925	94.206	281
Senior Notes	22.318	-	-	-	22.318	17.271	(5.047)
<b>Renda fixa - públicos</b>	<b>842.428</b>	<b>883.892</b>	<b>14.937</b>	<b>114.269</b>	<b>1.855.526</b>	<b>1.864.449</b>	<b>8.923</b>
Letras Financeiras do Tesouro	573.400	792.919	2.615	-	1.368.934	1.367.063	(1.871)
Letras do Tesouro Nacional	210.723	952	-	-	211.675	211.642	(33)

## Notas Explicativas

Bônus do Tesouro Nacional	4.265	1.108	-	-	5.373	6.955	1.582
Títulos da Dívida Agrária	4.219	2.462	501	8	7.190	7.547	357
Notas do Tesouro Nacional	49.821	86.451	11.821	114.261	262.354	271.242	8.888
<b>Renda variável</b>	<b>272.485</b>	-	-	-	<b>272.485</b>	<b>291.822</b>	<b>19.337</b>
Ações	222.346	-	-	-	222.346	241.683	19.337
Quotas de fundos de investimento em ações	49.794	-	-	-	49.794	49.794	-
Outros	345	-	-	-	345	345	-
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>1.500.095</b>	<b>1.135.279</b>	<b>18.376</b>	<b>114.269</b>	<b>2.768.019</b>	<b>2.791.165</b>	<b>23.146</b>
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>1.195.965</b>	<b>1.428.023</b>	<b>6.265</b>	<b>108.332</b>	<b>2.738.585</b>	<b>2.776.512</b>	<b>37.927</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>							
<b>Renda fixa - privados</b>	<b>569.446</b>	<b>159.713</b>	-	<b>775</b>	<b>729.934</b>	<b>732.717</b>	<b>2.783</b>
Certificados de Depósito Bancário	341.128	97.098	-	-	438.226	439.857	1.631
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	188.674	12.192	-	-	200.866	201.121	255
Debêntures	37.843	50.423	-	-	88.266	89.163	897
Outros	1.801	-	-	775	2.576	2.576	-
<b>Renda fixa - públicos</b>	<b>797.836</b>	<b>1.343.785</b>	-	-	<b>2.141.621</b>	<b>2.131.786</b>	<b>(9.835)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	269.260	376.135	-	-	645.395	645.404	9
Notas do Tesouro Nacional	174.407	967.650	-	-	1.142.057	1.134.670	(7.387)
Letras do Tesouro Nacional	354.169	-	-	-	354.169	351.712	(2.457)
<b>Renda variável</b>	<b>340</b>	-	-	-	<b>340</b>	<b>750</b>	<b>410</b>
Ações	340	-	-	-	340	750	410
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>1.367.622</b>	<b>1.503.498</b>	-	<b>775</b>	<b>2.871.895</b>	<b>2.865.253</b>	<b>(6.642)</b>
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>822.564</b>	<b>1.834.042</b>	-	<b>773</b>	<b>2.657.379</b>	<b>2.663.314</b>	<b>5.935</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>							
<b>Renda fixa - públicos</b>	<b>542.523</b>	<b>133.935</b>	<b>188.283</b>	<b>687.168</b>	<b>1.551.909</b>	<b>1.722.728</b>	<b>170.819</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	402	-	-	402	402	-
Notas do Tesouro Nacional	542.523	133.533	188.283	687.168	1.551.507	1.722.326	170.819
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>542.523</b>	<b>133.935</b>	<b>188.283</b>	<b>687.168</b>	<b>1.551.909</b>	<b>1.722.728</b>	<b>170.819</b>
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>530.501</b>	<b>128.974</b>	<b>182.209</b>	<b>678.607</b>	<b>1.520.291</b>	<b>1.693.202</b>	<b>172.911</b>
Outras aplicações	1.478	-	-	-	1.478	1,478	-
<b>Total em 31.03.2011</b>	<b>1.478</b>	-	-	-	<b>1.478</b>	<b>1.478</b>	-
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>1.444</b>	-	-	-	<b>1.444</b>	<b>1.444</b>	-

**(8.1) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

As análises de sensibilidade das Aplicações Financeiras foram elaboradas considerando:

- (i) a metodologia de *Value at Risk* (VaR) paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: Volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos

## Notas Explicativas

é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados e

- (ii) DV01 (*dolar-value ou value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera ( $\Delta P$ ) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros.

No quadro abaixo apresentamos o cálculo da perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e a perda com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31.03.2011	
	VaR 95%	DV1=0,01%
Préfixado	2.251	269
IGP-M	357	115
IPCA	366	72
Taxa Referencial	4	1
Renda Variável	208	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>3.186</b>	<b>457</b>

### (8.2) CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

- (i) Nível 1: Preços negociados sem ajustes em mercados ativos, e
- (ii) Nível 2: Valores calculados utilizando-se dados (preços ou taxas) divulgados nos mercados ativos.

#### Nível 1

- **Títulos de Renda Variável e Ações de Companhia de Capital Aberto Cotadas em Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão**: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês;
- **Instrumentos Financeiros Derivativos**: Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

#### Nível 2

- **Títulos de Renda Fixa - Públicos**: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;
- **Certificados de Depósito Bancário (CDB)**: Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDBs com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDBs sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDBs das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;
- **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)**: São títulos pré fixados e pós fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGEs das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;
- **Debêntures**: Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado;

## Notas Explicativas

- **Quotas de Fundos não Exclusivos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos;

Os critérios adotados pela SulAmérica para estimar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

### (9) PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. A SulAmérica, através de suas controladas, basicamente fatura mensalmente os contratos de saúde e, no caso de automóveis, o parcelamento médio dos prêmios a receber é de 6 vezes. Esses ramos de seguros juntos, representam cerca de 80% dos prêmios a receber da SulAmérica em 31.03.2011 (78% em 31.12.2010). A seguir, a abertura dos prêmios a receber por ramos nas datas indicadas:

Ramos	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Automóveis	469.096	488.644
Saúde grupal	117.133	95.450
Saúde individual (b)	60.220	57.338
Riscos de Engenharia	23.872	42.294
Vida em grupo	34.813	37.631
Responsabilidade civil - carga	16.827	17.762
Transportes	15.382	16.700
Acidentes pessoais	11.918	9.976
Marítimos	10.961	8.721
Compreensivo empresarial	7.611	8.429
Responsabilidade civil - geral	4.080	8.083
Riscos nomeados e operacionais	7.015	7.027
Riscos diversos	4.918	5.140
Compreensivo residencial	4.067	4.074
Prestamistas	6.712	1.647
Aeronáuticos	194	194
Outros	13.293	12.573
<b>Total</b>	<b>808.112</b>	<b>821.683</b>
<b>Circulante</b>	<b>797.792</b>	<b>801.056</b>
<b>Não Circulante(a)</b>	<b>10.320</b>	<b>20.627</b>

(a) Os prêmios a receber classificados no ativo não circulante são compostos, principalmente, pelos riscos de engenharia.

### (b) COBRANÇA RETROATIVA DE PRÊMIOS DE SAÚDE INDIVIDUAL

Em 20.12.2004, a controlada CIA SAÚDE firmou o Termo de Compromisso nº 002/2004 com a ANS, com a interveniência da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, em que foram estabelecidos, entre outros, a metodologia e o compromisso para o cálculo e reajuste dos prêmios da carteira representada pelos contratos de Seguro Saúde Individual emitidos até 01.01.1999 e não adaptados à Lei nº 9.656/1998, com o objetivo de restabelecer os seus respectivos equilíbrios econômico e financeiro. Em linha com o referido Termo, a ANS autorizou, em 16.06.2005, o reajuste dos prêmios dos referidos contratos em 26,10%, a partir de 01.07.2005.

Em julho de 2005, a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (PROCON) de Feira de Santana ajuizou Ação Civil Pública perante a 1ª Vara Especializada de Defesa do Consumidor de Salvador – BA, para que a controlada se abstinhasse de cobrar dos consumidores com os quais tenha celebrado contrato antes da vigência da Lei nº 9.656/1998, qualquer valor em patamar superior a 11,69%, relativo ao reajuste de 2005. Em 21.07.2005 foi proferida decisão liminar limitando o reajuste desse período em 11,69%.

Em 01.10.2009, a 29ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Salvador – BA, antiga 1ª Vara Especializada de Defesa do Consumidor de Salvador – BA, declinou de sua competência e remeteu os autos para a 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em

## Notas Explicativas

30.11.2009, a 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, processo nº 2009.51.01.025042-7, revogou a liminar que impedia a aplicação de aumento superior a 11,69% fixado pela Lei, aplicável aos contratos posteriores à Lei nº 9.656/1998.

Em dezembro de 2009, a CIA SAÚDE recompôs o prêmio, aplicando o ajuste de 12,9%, bem como encaminhou correspondência aos segurados esclarecendo o ocorrido. Em janeiro de 2010, nova correspondência foi encaminhada informando o saldo retroativo devido em razão da revogação da liminar.

Em 09.03.2010, a CIA SAÚDE firmou um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, com as instituições de Defensoria Pública do Estado da Bahia, Defensoria Pública da União, PROCON - Feira de Santana e Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - Salvador, disponibilizando aos segurados, através do seu atendimento especializado (*Call Center*), as seguintes formas de pagamento do saldo retroativo informado: 1) 40% de desconto para pagamento à vista; 2) 30% de desconto para pagamento em 02 parcelas; 3) 10% de desconto para pagamento em 06 parcelas; 4) 5% de desconto para pagamento em 12 parcelas; e 5) 24 parcelas sem desconto.

O prazo concedido para realização da opção de pagamento encerrou-se em 30.03.2010, sendo que de acordo com o teor do compromisso firmado no TAC, aos segurados que não se manifestaram, o valor total em aberto deveria ser automaticamente exigido e parcelado em 12 vezes com 5% de desconto, e o vencimento da primeira parcela ocorreria em abril de 2010.

Todavia em abril de 2010, a Justiça Federal do Rio de Janeiro concedeu liminar a Defensoria da União do Rio de Janeiro e de Salvador, autoras de nova medida judicial contra a cobrança do saldo retroativo contra os segurados do Estado da Bahia, impedindo a CIA SAÚDE de exigir o pagamento do saldo retroativo, portanto, impedindo a exigência dos acordos firmados com os segurados da Bahia firmado até aquele momento. Por outro lado, a decisão liminar da Justiça Federal do Rio de Janeiro manteve a recomposição do prêmio mensal em 12,9%, ficando este direito assegurado a CIA SAÚDE sendo certo de que os prêmios reajustados estão vigindo naturalmente desde janeiro do corrente ano.

O montante dos prêmios a receber em 31.03.2011, correspondentes a esse diferencial, registrado na rubrica "Prêmios de Seguros" é de R\$ 12.417 (R\$13.051 em 31.12.2010), líquido de IOF. Para fazer face à inadimplência esperada dos prêmios retroativos foi constituída uma provisão no montante de R\$ 5.911 (R\$4.586 em 31.12.2010), estimada com base no histórico de recebimento observado em situações semelhantes em que houve cobrança retroativa de prêmios.

### (9.1) PRÊMIOS A RECEBER POR VENCIMENTO

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Vencidos	226.484	303.439
A vencer entre 1 e 30 dias	280.462	200.589
A vencer entre 31 e 60 dias	124.956	123.518
A vencer entre 61 e 180 dias	133.089	150.272
A vencer entre 181 e 365 dias	32.801	23.238
A vencer acima de 365 dias	10.320	20.627
<b>Total</b>	<b>808.112</b>	<b>821.683</b>

### (9.2) PROVISÃO PARA RISCOS DE REALIZAÇÃO DE CRÉDITO

A provisão para riscos de realização de crédito é constituída com base nos prêmios, vencidos e a vencer de risco decorrido, líquidos de comissão, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) acordos e depósitos judiciais e a análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (*rating*) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação dos prêmios vencidos.

Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32, 60 e 90 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro.

Em 31.03.2011, a provisão para riscos de realização de crédito no ativo circulante é de R\$69.001 (R\$68.483 em 31.12.2010).

## Notas Explicativas

**(10) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E TRIBUTOS DIFERIDOS****(10.1) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

	31.03.2011	Companhia 31.12.2010	31.03.2011	Consolidado 31.12.2010
<b>Circulante</b>				
Impostos a Compensar/Recuperar (10.1.1)	21.655	24.806	73.420	88.759
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>21.655</b>	<b>24.806</b>	<b>73.420</b>	<b>88.759</b>
<b>Não Circulante</b>				
<b>Créditos Tributários e Previdenciários - Prejuízo Fiscal e Base Negativa (10.1.2)</b>	<b>11.984</b>	<b>9.924</b>	<b>127.041</b>	<b>131.160</b>
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (10.1.2)	17.048	14.544	556.021	528.556
Créditos Tributários - PIS / COFINS (10.1.2)	-	-	77.174	71.286
Impostos a Compensar/Recuperar (10.1.1)	-	-	5.251	5.043
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>17.048</b>	<b>14.544</b>	<b>638.446</b>	<b>604.885</b>

**(10.1.1) IMPOSTOS A COMPENSAR/RECUPERAR**

O saldo é composto por Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de R\$ 21.352 (R\$24.503 em 31.12.2010) e demais tributos a compensar R\$303 (R\$ 303 em 31.12.2010) na Companhia e, no consolidado, por IRPJ de R\$47.879 (R\$68.963 em 31.12.2010), INSS de R\$2.376 (R\$2.370 em 31.12.2010), Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de R\$14.842 (R\$11.687 em 31.12.2010), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de R\$6.082 (R\$8.007 em 31.12.2010) e demais tributos a compensar de R\$7.492 (R\$2.775 em 31.12.2010).

**(10.1.2) DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	31.03.2011	Companhia 31.12.2010	31.03.2011	Consolidado 31.12.2010
Prejuízos Fiscais a Compensar	28.215	22.157	306.865	308.210
Alíquota	25%	25%	25%	25%
<b>(1) Créditos Tributários de Imposto de Renda - Prejuízos Fiscais</b>	<b>7.054</b>	<b>5.539</b>	<b>76.716</b>	<b>77.053</b>
Provisões para Contingências, para Perdas e Obrigações Fiscais	47.785	40.422	1.222.764	1.143.245
Ágio em Investimentos	3.169	3.169	311.233	311.233
Outros	20	20	109.508	118.977
<b>Base de Cálculo</b>	<b>50.974</b>	<b>43.611</b>	<b>1.643.505</b>	<b>1.573.455</b>
Alíquota	25%	25%		25%
<b>(2) Créditos Tributários Imposto de Renda - Diferenças Temporárias</b>	<b>12.744</b>	<b>10.903</b>	<b>410.876</b>	<b>393.364</b>
<b>(3) = (1) + (2) Total dos Créditos Tributários - Imposto de Renda</b>	<b>19.798</b>	<b>16.442</b>	<b>487.592</b>	<b>470.417</b>
Base Negativa de Contribuição Social	54.782	48.724	410.219	435.226
Alíquota	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
<b>(4) Créditos Tributários de Contribuição Social - Bases Negativas</b>	<b>4.930</b>	<b>4.385</b>	<b>50.325</b>	<b>54.107</b>
Provisões para Contingências, para Perdas e Obrigações Fiscais	47.797	40.434	885.500	804.940
Ágio em Investimentos	20	20	19.219	19.219
Outros		-	103.816	113.778
<b>Base de Cálculo</b>	<b>47.817</b>	<b>40.454</b>	<b>1.008.535</b>	<b>937.937</b>
Alíquota	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
<b>(5) Créditos Tributários de Contribuição Social - Diferenças Temporárias</b>	<b>4.304</b>	<b>3.641</b>	<b>145.145</b>	<b>135.192</b>
<b>(6) = (4) + (5) Total dos Créditos Tributários - Contribuição Social</b>	<b>9.234</b>	<b>8.026</b>	<b>195.470</b>	<b>189.299</b>
<b>(7) = (3) + (6) Total dos Créditos Tributários</b>	<b>29.032</b>	<b>24.468</b>	<b>683.062</b>	<b>659.716</b>
Provisão para Riscos de Crédito (a)	(29.032)	(24.468)	(148.569)	(142.964)
<b>(8) Subtotal (b)</b>	-	-	<b>534.493</b>	<b>516.752</b>
<b>(9) Créditos Tributários - PIS/COFINS (c)</b>	-	-	<b>77.174</b>	<b>71.286</b>
<b>(8) + (9) + (10) Total dos Créditos Tributários - Líquidos</b>	-	-	<b>611.667</b>	<b>588.038</b>
<b>Não Circulante</b>	-	-	<b>611.667</b>	<b>588.038</b>

## Notas Explicativas

**(a)** A provisão para riscos de realização de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social foi estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias. Na linha provisão para riscos de realização de crédito, estão registradas, além da provisão mencionada, outras provisões de contas a receber;

**(b)** As estimativas da Administração da SulAmérica quanto à realização dos seus créditos tributários estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 3 a 10 anos. Em 31.03.2011, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Companhia		Consolidado	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição Social
2011	-	-	15%	20%
2012	-	-	13%	10%
2013	-	-	16%	13%
2014	-	-	16%	13%
2015	-	-	17%	14%
2016 a 2017	-	-	22%	29%
2018 a 2020	-	-	1%	1%
			100%	100%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionados, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração das sociedades, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

**(c)** Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social – PIS e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados.

Em 31.03.2011, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Companhia		Consolidado	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
1995		4.618		4.618
1998				8.348
1999				176
2000		852		852
2001		1.599	4.841	10.571
2002		11.305	44.336	70.543
2003			10	224
2004		2.616	84.917	102.412
2005			79.655	104.404
2006			54.806	55.521
2007	22.156		25.468	935
2008		26.767	525	27.294
2009		966	4.258	15.897
2011	6.059	6.059	8.049	8.424
<b>Saldos a Compensar em 31.03.2011</b>	<b>28.215</b>	<b>54.782</b>	<b>306.865</b>	<b>410.219</b>

### (10.2) TRIBUTOS DIFERIDOS

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais <b>(a)</b>		-	280.319	264.562
Ajuste a Valor de Mercado	3.572	3.502	14.311	14.330
Outros		-	30.377	36.333
<b>Base de Cálculo</b>	<b>3.572</b>	<b>3.502</b>	<b>325.007</b>	<b>315.225</b>
Alíquota	25%	25%	25%	25%
<b>(1) Tributos Diferidos - Imposto de Renda</b>	<b>893</b>	<b>876</b>	<b>81.252</b>	<b>78.806</b>
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais <b>(a)</b>		-	280.319	264.562
Ajuste a Valor de Mercado	3.572	3.502	14.311	14.330
Outros		-	26.383	25.271
<b>Base de Cálculo</b>	<b>3.572</b>	<b>3.502</b>	<b>321.013</b>	<b>304.163</b>

## Notas Explicativas

Alíquota	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
<b>(2) Tributos Diferidos - Contribuição Social</b>	<b>322</b>	<b>315</b>	<b>47.828</b>	<b>45.379</b>
<b>(3) = (1)+(2) Total dos Tributos Diferidos</b>	<b>1.215</b>	<b>1.191</b>	<b>129.080</b>	<b>124.185</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.215</b>	<b>1.191</b>	<b>129.080</b>	<b>124.185</b>

**(a)** Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso.

### (11) PERMANENTE

#### (11.1) PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Saepar Serviços e Participações S.A.	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Companhia
Percentual de Participação no Capital Social	24,45%	100,00%	34,94%	-
Quantidade de Ações Ordinárias Possuídas	100	3.540	20.417.758	-
Quantidade de Ações Preferenciais Possuídas	-	-	5.090.210	-
Ativo	5.601.951	2.105.546	2.791.097	-
Passivo Circulante e Não Circulante	3.509.872	182.175	817.461	-
Capital Social	1.250.000	857.772	1.100.000	-
Patrimônio Líquido	2.092.079	1.923.370	1.973.636	-
Lucro Líquido do Período	76.434	68.027	82.150	-
Equivalência Patrimonial	18.852	68.027	28.704	<b>115.583</b>
Valor Contábil do Investimento	511.510	1.923.318	689.605	<b>3.124.433</b>
<b>Saldos em 31.03.2011</b>	<b>511.510</b>	<b>1.923.318</b>	<b>689.605</b>	<b>3.124.433</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>515.829</b>	<b>1.860.113</b>	<b>661.952</b>	<b>3.037.894</b>

#### (12) DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

	31.03.2011	31.12.2010
Incêndio Tradicional	11.434	21.415
Compreensivo Empresarial	6.952	19.639
Compreensivo Condomínio	6.754	7.071
Riscos Diversos	6.233	5.840
Aeronáuticos	5.871	6.110
Riscos Nomeados e Operacionais	3.657	40.614
Vida em Grupo	3.224	3.956
Riscos de Engenharia	3.039	29.221
Marítimos	2.470	10.424
Responsabilidade Civil - Geral	1.445	6.237
Transporte Internacional	997	2.163
Garantia Financeira	671	540
Transporte Nacional	660	427
Responsabilidade Civil - Administradores e Diretores	658	657
Outros	14.735	5.284
<b>Total</b>	<b>68.800</b>	<b>159.598</b>
<b>Circulante</b>	<b>68.800</b>	<b>159.598</b>

#### (13) DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Descrição	31.03.2011	Consolidado 31.12.2010
Cobrança Antecipada de Prêmios - Seguros	24.190	29.573
Prêmios e Emolumentos Recebidos - Seguros e Co-seguros Aceitos	29.112	34.185
<b>Total</b>	<b>53.302</b>	<b>63.758</b>
<b>Circulante</b>	<b>53.302</b>	<b>63.758</b>

## Notas Explicativas

**(14) PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS DE SEGUROS, RESSEGUROS E PREVIDÊNCIA****(14.1) PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS DE SEGUROS**

					<b>Consolidado 31.03.2011</b>
	<b>Provisão de prêmios não ganhos, provisão de insuficiência de prêmios e outras provisões</b>	<b>Provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões de riscos não expirados, excedente financeiro e benefícios a regularizar</b>	<b>Sinistros a liquidar</b>	<b>Provisão de sinistros e eventos ocorridos mas não avisados</b>	<b>Despesas de comercialização diferidas</b>
Automóveis	1.094.213	-	432.839	55.202	233.570
Saúde Individual	66.215	1.887	149.003	111.755	60.397
Vida em Grupo	57.957	-	152.041	71.210	15.328
Riscos de Engenharia	44.831	-	48.718	242	1.306
Prestamistas	41.362	-	896	747	24.416
Saúde Grupal	38.410	12.538	374.880	293.474	115.496
Riscos Nomeados e Operacionais	22.649	-	165.314	692	1.106
Compreensivo Empresarial	19.381	-	31.962	4.961	5.469
Compreensivo Condomínio	17.611	-	6.588	716	4.822
Marítimos	16.700	-	12.427	3.060	2.728
Vida Individual	14.453	29.553	-	8.683	-
Responsabilidade Civil Geral	11.240	-	59.983	11.620	2.179
Compreensivo Residencial	10.458	-	2.095	604	3.981
Riscos Diversos	6.273	-	3.864	2.224	1.094
Transportes	4.692	-	107.134	3.339	571
Acidentes Pessoais	3.336	-	7.189	11.202	4.200
Vida Gerador de Benefícios Livres	1.336	634.824	81	-	6.525
Incêndio Tradicional	755	-	59.312	520	256
DPVAT Convênio	54	-	17.907	3.823	-
Outros	11.835	-	102.693	8.036	55
<b>Total</b>	<b>1.483.761</b>	<b>678.802</b>	<b>1.734.926</b>	<b>592.110</b>	<b>483.499</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.362.238</b>	<b>163.808</b>	<b>1.297.772</b>	<b>592.110</b>	<b>338.819</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>121.523</b>	<b>514.994</b>	<b>437.154</b>	<b>-</b>	<b>144.680</b>

					<b>Consolidado 31.12.2010</b>
	<b>Provisão de prêmios não ganhos, provisão de insuficiência de prêmios e outras provisões</b>	<b>Provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões de riscos não expirados, excedente financeiro e benefícios a regularizar</b>	<b>Sinistros a liquidar</b>	<b>Provisão de sinistros e eventos ocorridos mas não avisados</b>	<b>Despesas de comercialização diferidas</b>
Automóveis	1.099.129	-	398.597	55.053	232.792
Saúde Individual	66.071	1.755	87.002	160.827	65.191
Vida em Grupo	37.940	-	165.045	68.501	15.717
Riscos de Engenharia	49.881	-	47.394	243	1.503
Prestamistas	44.186	-	454	709	26.315
Saúde Grupal	34.439	12.318	174.642	398.444	110.948
Riscos Nomeados e	26.707	-	85.162	696	23

**Notas Explicativas**

Operacionais					
Compreensivo Empresarial	21.285	-	25.214	4.341	6.553
Compreensivo Condomínio	17.966	-	6.650	1.028	5.353
Marítimos	13.479	-	28.485	1.773	2.292
Vida Individual	14.209	30.288	-	6.395	-
Responsabilidade Civil Geral	13.390	-	60.459	12.176	2.233
Compreensivo Residencial	9.755	-	2.072	527	3.823
Riscos Diversos	6.474	-	5.059	1.883	1.225
Transportes	4.998	-	107.536	4.856	717
Acidentes Pessoais	4.298	-	6.012	16.024	4.507
Vida Gerador de Benefícios Livres	1.461	576.609	-	-	6.478
Incêndio Tradicional	1.232	-	55.281	513	463
DPVAT Convênio	46	-	18.487	1.181	-
Outros	14.488	-	105.791	8.151	151
<b>Total</b>	<b>1.481.434</b>	<b>620.970</b>	<b>1.379.342</b>	<b>743.321</b>	<b>486.284</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.373.627</b>	<b>152.537</b>	<b>937.909</b>	<b>743.321</b>	<b>337.285</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>107.807</b>	<b>468.433</b>	<b>441.433</b>	<b>-</b>	<b>148.999</b>

Em 31.03.2011 e 31.12.2010, a rubrica "Sinistros a Liquidar" contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis e vida.

**(14.2) MOVIMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SINISTROS EM DISPUTA JUDICIAL**

**Saldo em 31.12.2010** 593.643

Adições (a) 38.764

Baixas (42.028)

**Saldo em 31.03.2011** 590.379

(a) Inclui atualização por IPCA + juros de 0,78%a.m.

**(14.3) OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS**

			<b>31.03.2011</b>
	<b>Provisão de prêmios não ganhos e outras provisões</b>	<b>Sinistros a liquidar</b>	<b>Provisão de sinistros e eventos ocorridos mas não avisados</b>
Riscos de Engenharia	40.556	45.298	88
Riscos Nomeados e Operacionais	19.060	160.167	208
Riscos de Petróleo	7.588	12.689	3
Compreensivo Condomínio	2.546	380	236
Responsabilidade Civil Geral	2.054	25.122	4.757
Compreensivo Empresarial	1.579	7.680	2.946
Transportes	503	84.212	295
Aeronáuticos	-	26.229	61
Vida em Grupo	60	945	2.510
Vida Individual	-	1.718	270
Incêndio Tradicional	-	43.681	261
Compreensivo Residencial	-	-	251
Acidentes Pessoais	-	144	509
Prestamistas	-	-	30
Outros	3.088	17.529	2.722
<b>Total</b>	<b>77.034</b>	<b>425.794</b>	<b>15.147</b>
<b>Circulante</b>	<b>54.425</b>	<b>263.700</b>	<b>15.147</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>22.609</b>	<b>162.094</b>	<b>-</b>

			<b>31.12.2010</b>
	<b>Provisão de prêmios não ganhos e outras provisões</b>	<b>Sinistros a liquidar</b>	<b>Provisão de sinistros e eventos ocorridos mas não avisados</b>
Riscos de Engenharia	45.232	44.233	89
Riscos Nomeados e Operacionais	19.181	78.432	209
Riscos de Petróleo	10.497	14.295	7
Compreensivo Condomínio	1.490	865	159

## Notas Explicativas

Responsabilidade Civil Geral	3.288	24.899	4.526
Compreensivo Empresarial	959	2.979	2.698
Transportes	743	86.600	571
Aeronáuticos	-	30.532	84
Vida em Grupo	-	1.192	2.591
Vida Individual	-	1.530	285
Incêndio Tradicional	-	42.174	254
Compreensivo Residencial	-	-	68
Acidentes Pessoais	-	19	840
Prestamistas	-	-	32
Outros	2.601	31.152	2.294
<b>Total</b>	<b>83.991</b>	<b>358.902</b>	<b>14.707</b>
<b>Circulante</b>	<b>58.909</b>	<b>202.117</b>	<b>14.707</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>25.082</b>	<b>156.785</b>	<b>-</b>

As provisões técnicas de sinistros e de prêmios referentes a cessão de risco em resseguro, conforme demonstrado no quadro acima, estão registradas nas rubricas "Operações com Resseguradoras" e "Despesas de Resseguros e Retrocessões Diferidas", respectivamente, no ativo circulante e não circulante. A rubrica "Operações com Resseguradoras" contempla também valores a receber de sinistros e de comissões a recuperar junto aos resseguradores, no montante de R\$ 26.034 em 31.03.2011 (R\$127.423 em 31.12.2010) no ativo.

### (14.4) PROVISÕES TÉCNICAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

#### (14.4.1) MOVIMENTAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS – PREVIDÊNCIA

	Provisões técnicas e outras provisões	Provisões de eventos ocorridos mas não avisados	Consolidado 31.03.2011 Despesas de comercialização diferidas
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>2.258.437</b>	<b>1.066</b>	<b>7.561</b>
Constituições/ (Reversão)	43.772	11	-
Portabilidade de Entrada	15.787	-	-
Resgates	(21.431)	-	-
Portabilidade de Saída	(12.445)	-	-
Pagamento de Benefícios	(8.856)	-	-
Atualização Monetária	56.925	-	-
Comissões	-	-	1.085
Amortizações	-	-	(912)
<b>Saldos em 31.03.2011</b>	<b>2.332.189</b>	<b>1.077</b>	<b>7.734</b>
<b>Circulante</b>	<b>500.627</b>	<b>1.077</b>	<b>4.890</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.831.562</b>	<b>-</b>	<b>2.844</b>

### (15) GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

	31.03.2011	Consolidado 31.12.2010
Composição dos Ativos:		
Títulos de Renda Fixa - Públicos	2.255.085	2.014.885
Quotas de Fundos Especialmente Constituídos	2.062.800	1.955.941
Depósito a prazos - CDB/ DPGE	616.482	697.092
Fundos de Investimento Exclusivos (a)	756.568	711.435
Direitos Creditórios	397.790	425.507
Depósitos Judiciais	23.893	27.198
Quotas de fundos de investimento Não Exclusivos	21.784	19.713
Depósitos Especiais no IRB e conta dólar	6.024	5.911
Ações e Debêntures	74.270	75.917
<b>Total</b>	<b>6.214.696</b>	<b>5.933.599</b>

(a) Em 31.03.2011, a linha Fundos de Investimento Exclusivos contempla o montante de R\$ 663.123 (R\$571.774 em 31.12.2010) no consolidado relativo às Operações Compromissadas, que para fins de divulgação das ITR estão apresentadas na rubrica "Aplicações no Mercado Aberto", conforme a nota 7.

## Notas Explicativas

### (16) PARTES RELACIONADAS

#### (16.1) TRANSAÇÕES

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

	Controladora	Contas a receber	Contas a pagar	Despesas	Dividendos recebidos / a receber	Dividendos (pagos / a pagar)	Companhia Juros sobre capital próprio recebidos / a receber
Sulasapar Participações S.A.	Sulasa Participações S.A.	-	-	-	-	(97.147)	-
Saepar Serviços e Participações S.A.	Sul América S.A.	-	-	-	99.962	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde S.A.	Sul América S.A.	-	-	-	7.214	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a)	Sul América S.A.	-	(170)	(45)	48.911	-	-
ING Insurance International BV	ING Verzekeringen N.V.	-	-	-	-	(62.673)	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)	Sul América S.A.	-	(17)	(52)	-	-	-
Demais empresas associadas e pessoas físicas		-	-	-	-	(131.871)	-
<b>Saldos em 31.03.2011</b>		-	<b>(187)</b>	<b>(97)</b>	<b>156.087</b>	<b>(291.691)</b>	-
<b>Saldos em 31.12.2010</b>		<b>545</b>	<b>(143)</b>	<b>(377)</b>	<b>241.561</b>	<b>(344.614)</b>	<b>27.840</b>

(a) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz;

(b) Pagamentos a SAMI por serviços de gestão de ativos financeiros, correspondentes à taxa de administração de 0,17% sobre o patrimônio líquido da carteira liquidada mensalmente;

	Controladora	Contas a receber	Contas a pagar	Receitas	Despesas	Dividendos (pagos / a pagar)	Consolidado Juros sobre capital próprio pagos / a pagar
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (c) (d) (e)	Sulasa Participações S.A.	256	(21)	978	(25)	-	-
Sulasapar Participações S.A. (f)	Sulasa Participações S.A.	-	(84)	-	(22)	(97.147)	-
ING Insurance International BV	ING Verzekeringen N.V.	-	-	-	-	(62.673)	-
Gouvêa Vieira Advocacia (g)	Outros	-	-	-	(36)	-	-
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (g)	Outros	-	-	-	(853)	-	-
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (g)	Outros	-	-	-	(2.516)	-	-
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas		-	-	-	-	(132.305)	(17)
<b>Saldos em 31.03.2011</b>		<b>256</b>	<b>(105)</b>	<b>978</b>	<b>(3.452)</b>	<b>(292.125)</b>	<b>(17)</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b>		<b>457</b>	<b>(21)</b>	<b>4362</b>	<b>(11.517)</b>	<b>(346.223)</b>	<b>(17)</b>

As contas a receber/a pagar e as receitas/despesas referem-se, principalmente, a:

(c) Recuperação de despesas decorrentes da utilização compartilhada dos sistemas operacionais e de estrutura administrativa de apoio e é liquidado mensalmente;

## Notas Explicativas

**(d)** Despesas relativas à gestão de ativos financeiros correspondentes a uma taxa de Administração sobre o patrimônio líquido da carteira e taxa de performance sobre o que exceder o parâmetro de referência, liquidadas mensalmente e semestralmente;

**(e)** Prêmios de seguro saúde com a BRASILSAÚDE;

**(f)** Valor referente ao rateio do aluguel do prédio da matriz da SulAmérica;

**(g)** Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente ou quando do encerramento do processo.

### **(16.2) REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Companhia		Consolidado	
	Contas (a pagar)	(Despesas)	Contas (a pagar)	(Despesas)
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	(1.597)	(683)	(30.044)	(14.467)
Benefícios pós-emprego	-	-	(7.256)	(765)
Remuneração baseada em ações <b>(a)</b>	-	(53)	-	(1.379)
<b>Saldos em 31.03.2011</b>	<b>(1.597)</b>	<b>(736)</b>	<b>(37.300)</b>	<b>(16.611)</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>(1.740)</b>	<b>(7.401)</b>	<b>(52.475)</b>	<b>(77.501)</b>

### **(a) PLANO GERAL DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA**

Em 31.03.2008, a Assembleia Geral da Sul América S.A. aprovou o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (Plano Geral), cuja a alteração foi aprovada na Assembleia Geral em 31.03.2011.

Conforme a revisão do Plano Geral aprovada na Assembléia Geral de 31.03.2011, poderão ser outorgadas, no âmbito dos Programas, adicionalmente às opções simples de aquisição de ações ("Opções Simples") já permitidas pelo Plano Geral aprovado em 2008, opções bonificadas de aquisição de ações ("Opções Bonificadas") que poderão ser outorgadas a determinados Beneficiários, em contrapartida à aquisição de units da Companhia mediante uso de parcela de sua remuneração variável de curto prazo ("Units Vinculadas"), nos percentuais, termos e condições previstos em cada Programa.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de aquisição das Units Vinculadas, no caso de serem alienadas units representativas de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O preço de exercício das Opções Bonificadas se consubstanciará na manutenção das Units Vinculadas por prazo pré-determinado no respectivo contrato. O Conselho de Administração aprovou os Programas para os anos de 2008, 2009 e 2010, tendo o Comitê de Remuneração, conforme delegado pelo Conselho de Administração, definido os beneficiários dos Programas dentre os membros da Diretoria da SulAmérica, assim como as quantidades de *units* a que fariam jus.

Os beneficiários dos Programas de 2008, 2009 e de 2010 adquirem, a partir do término do primeiro, segundo e terceiro ano, contados da data de assinatura de cada Contrato de Opção de Compra de *units* (Contrato de Opção), direito ao exercício das opções à razão de 1/3 ao ano, do total outorgado em cada Contrato de Opção, observado o prazo máximo de 5 anos da data de assinatura destes contratos.

Em decorrência do desdobramento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.07.2010, no qual cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie, inclusive as ações representadas por *units*, tornou-se necessário o ajuste no número de *units* e no preço referente às parcelas não exercidas das opções de compra outorgadas, observando a mesma proporção do desdobramento.

As movimentações ocorridas no saldo de opções estão resumidas a seguir:

## Notas Explicativas

	Opções de Units (quantidade)	Preço Médio Ponderado de Exercício (em reais)
<b>Saldo de Opções em aberto em 31.12.2010</b>	<b>4.725.336</b>	<b>10,46</b>
Opções exercidas durante o trimestre	34.741	7,44
Opções canceladas no trimestre	93.720	10,57
<b>Saldo de Opções em aberto em 31.03.2011</b>	<b>4.596.875</b>	<b>10,48</b>
<b>Saldo de Opções Exercíveis em 31.03.2011</b>	<b>254.770</b>	<b>7,68</b>

Os valores mínimos e máximos de preço de exercício das opções em aberto em 31.03.2011 são de R\$6,71 e R\$18,90, respectivamente (R\$6,71 e R\$18,90 em 31.12.2010). O prazo contratual médio remanescente ponderado é de 3,30 anos em 31.03.2011 (3,5 anos em 31.12.2010).

A média ponderada do valor justo das opções de compra emitidas, líquidas de cancelamento, em 31.03.2011 é de R\$2,29 e foi mensurada usando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*, considerando as seguintes premissas:

- Volatilidade média esperada de 42,8%;
- Prazo de vida da opção de 3 anos, sendo o direito sobre as opções adquirido 1/3 a cada um dos três anos;
- Dividendo médio esperado de 4,6%;
- Taxa de juros livre de risco média de 11,3%.

A despesa de remuneração proveniente do plano geral, para o trimestre findo em 31.03.2011, tomando-se o valor justo da opção na data de assinatura de cada contrato de opção, é de R\$1.379 (R\$1.380 em 31.03.2010) registrada na rubrica "Despesas Administrativas" em contrapartida à rubrica "Reserva de Capital Opções Outorgadas Reconhecidas". Respeitados os termos do plano Geral, o Conselho de Administração poderá lançar outros programas dentro do limite de 4% do total de ações de emissão da Companhia existentes na data do respectivo programa, acrescidas das *units* que teriam sido emitidas caso todas as opções concedidas nos termos do plano geral tivessem sido exercidas.

### (17) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Valor	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo 31.03.2011	Valor	Companhia e Consolidado Ajuste a Valor Justo	Valor Justo 31.12.2010
Senior Notes - Vencimento em 15.02.2012	213.975		213.975	223.755	-	223.755
Diferencial Swap a Pagar - Vencimento em 14.02.2012	113.116	(3.573)	109.543	102.440	(3.477)	98.963
<b>Saldo a Pagar</b>	<b>327.091</b>	<b>(3.573)</b>	<b>323.518</b>	<b>326.195</b>	<b>(3.477)</b>	<b>322.718</b>
Custos de Transação	(1.361)	-	(1.361)	(1.746)	-	(1.746)
<b>Total</b>	<b>325.730</b>	<b>(3.573)</b>	<b>322.157</b>	<b>324.449</b>	<b>(3.477)</b>	<b>320.972</b>
<b>Circulante</b>	<b>325.730</b>	<b>(3.573)</b>	<b>322.157</b>	<b>5.591</b>	<b>-</b>	<b>5.591</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>318.858</b>	<b>(3.477)</b>	<b>315.381</b>

Em fevereiro de 2007, a Companhia emitiu *Sênior Notes* com o aval da sua controlada SAEPAR, no montante equivalente a US\$200,000,000 sujeito a juros de 8,625% a.a. e vencimento em 15.02.2012. O saldo a pagar, na data das Informações Trimestrais, líquido de amortizações, equivale a US\$ 130,000,000 R\$ 211.731 em 31.03.2011 (R\$216.606 em 31.12.2010), acrescido de juros do 1º trimestre de 2011 de R\$2.244 (R\$7.149 em 31.12.2010).

Para proteção contra oscilações cambiais, a Administração contratou uma operação de *swap* de igual montante (vide nota 6.2), repactuada em 02.04.2008 com ponta ativa em US\$ e ponta passiva indexada ao CDI, deduzida de 3,967% a.a., equivalente em 31.03.2011 a 65,7% do CDI (62,8% em 31.12.2010), que vigorará até o vencimento das *Senior Notes*. O saldo a pagar do *swap* em 31.03.2011 é de R\$55.737 (R\$46.562 em 31.12.2010), conforme demonstrado na nota 6.3 e a repactuação indexada a 100% do CDI em 31.03.2011 é de R\$53.806 (R\$52.401 em 31.12.2010), totalizando R\$ 109.543 (R\$98.963 em 31.12.2010).

### (18) COMPROMISSOS E ÔNUS A LIQUIDAR

#### (18.1) IMÓVEIS COM GRAVAME

Determinadas controladas que operam com seguros registram como imobilizado certas propriedades que foram dadas em garantia, por decisão judicial, devido a ações cíveis relativas a

## Notas Explicativas

sinistros. O valor contábil dessas propriedades, líquido de depreciação, era de R\$5.080 em 31.03.2011 (R\$1.996 em 31.12.2010).

### (18.2) OUTROS CRÉDITOS

A rubrica "Outros Créditos" no ativo circulante contempla basicamente recursos bloqueados nas contas correntes bancárias e fundo de investimento referentes a demandas judiciais, em 31.03.2011, no montante de R\$ 5.144 (R\$25 em 31.12.2010) na Companhia e R\$119.313 (R\$108.919 em 31.12.2010) no consolidado.

### (18.3) GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Determinadas controladas possuem bens vinculados à SUSEP e à ANS, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 15.

### (18.4) CONTRATO DE ALUGUEL SEDE RIO DE JANEIRO

Em 17.12.2007, a SALIC celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18.04.2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a SALIC se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31.03.2011 corresponde a R\$17.967 (R\$17.541 em 31.12.2010). O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da SALIC e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato.

### (18.5) ACORDOS COMERCIAIS

#### (a) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À BRASILVEÍCULOS

Em 04.03.2011, a controlada SAEPAR celebrou acordo para extensão do prazo do contrato de prestação de serviços operacionais de seguros com a Brasilveículos Companhia de Seguros. O contrato passa a vigorar por prazo indeterminado, com duração mínima de seis meses, após o qual poderá ser cancelado a qualquer momento por qualquer uma das partes, mediante aviso prévio.

#### (b) PARCERIA COMERCIAL COM O BANCO DO BRASIL

Em 04.03.2011, a controlada BRASILSAÚDE firmou contrato de parceria comercial com a BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. para distribuição de produtos de seguro saúde aos clientes do Banco do Brasil. O acordo é válido por três anos, prorrogável por iguais períodos, e permitirá que os produtos da BRASILSAÚDE sejam comercializados na rede do Banco do Brasil em todo o território nacional.

#### (c) COSSEGURO COM A CAIXA SEGUROS

Em 29.03.2011, foi celebrado acordo de cosseguro com a Caixa Seguradora S.A., no ramo de seguro de automóveis, através da sua controlada SALIC e, ainda, um contrato de prestação de serviços para a Caixa Seguros, na operacionalização e suporte ao acordo de cosseguro mencionado, através de sua controlada SAEPAR. Ambos os contratos têm duração de cinco anos a contar de 01.07.2011.

### (19) DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

			<b>Companhia</b>
			<b>31.03.2011</b>
	<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>	<b>Obrigações fiscais</b>
<b>Fiscais:</b>			
Imposto de Renda	1.070	-	934
Outros	11	-	25
<b>Total</b>	<b>1.081</b>	<b>-</b>	<b>959</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.081</b>	<b>-</b>	<b>959</b>
			<b>Companhia</b>
			<b>31.12.2010</b>
	<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>	<b>Obrigações fiscais</b>
<b>Fiscais:</b>			
Imposto de Renda	945	-	914

## Notas Explicativas

Outros	10	-	26
<b>Total</b>	<b>955</b>	<b>-</b>	<b>940</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>955</b>	<b>-</b>	<b>940</b>

			<b>Consolidado</b>
			<b>31.03.2011</b>
	<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>	<b>Obrigações Fiscais</b>
<b>Fiscais:</b>			
COFINS	301.413	-	301.649
PIS	231.617	-	175.693
INSS	560.841	200.523	1.021
Contribuição Social	151.888	2.361	152.610
Imposto de Renda	91.517	2.194	84.045
Outros	59.472	23.791	68.552
<b>Trabalhistas e Cíveis:</b>			
Ações Trabalhistas	34.495	36.262	
Ações Cíveis	109.561	236.816	
DPVAT	1.099	2.693	
Outros		428	
<b>Total</b>	<b>1.541.903</b>	<b>505.068</b>	<b>783.570</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>47.034</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.541.903</b>	<b>458.034</b>	<b>783.570</b>
			<b>Consolidado</b>
			<b>31.12.2010</b>
	<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>	<b>Obrigações Fiscais</b>
<b>Fiscais:</b>			
COFINS	288.867	-	288.251
PIS	230.359	-	173.185
INSS	569.088	194.753	1.018
Contribuição Social	137.650	2.361	138.921
Imposto de Renda	84.965	2.195	78.080
Outros	60.565	24.327	70.079
<b>Trabalhistas e Cíveis:</b>			
Ações Trabalhistas	35.860	38.007	-
Ações Cíveis	111.375	236.334	-
DPVAT	1.083	3.608	-
Outros	-	436	-
<b>Total</b>	<b>1.519.812</b>	<b>502.021</b>	<b>749.534</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>46.622</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.519.812</b>	<b>455.399</b>	<b>749.534</b>

**(19.1) AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZAS CÍVEL, TRABALHISTA, FISCAL E DPVAT**

A Companhia e determinadas controladas possuem as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

			<b>Companhia</b>
			<b>31.03.2011</b>
<b>Fiscais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Obrigações Fiscais</b>
Provável	1	934	934
Possível	2	70	20
Remota	1	301	5
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1.305</b>	<b>959</b>
			<b>31.12.2010</b>
<b>Fiscais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Obrigações Fiscais</b>
Provável	1	914	914
Possível	2	69	20
Remota	1	296	6
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1.279</b>	<b>940</b>
			<b>Consolidado</b>
			<b>31.03.2011</b>

## Notas Explicativas

<b>I – Cíveis e DPVAT</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>
Provável	6.864	225.195	161.374
Possível	4.873	194.319	70.795
Remota	791	129.807	7.340
<b>Total</b>	<b>12.528</b>	<b>549.321</b>	<b>239.509</b>
<b>II - Trabalhistas</b>			
<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>	
Provável	335	54.333	25.733
Possível	202	61.395	10.308
Remota	194	135.309	221
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>251.037</b>	<b>36.262</b>
<b>III - Fiscais</b>			
<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Outras Ações Judiciais e Obrigações Fiscais</b>	
Provável	162	632.501	632.501
Possível	272	468.929	316.161
Remota	266	830.854	63.777
<b>Total</b>	<b>700</b>	<b>1.932.284</b>	<b>1.012.439</b>
<b>31.12.2010</b>			
<b>I – Cíveis e DPVAT</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>
Provável	6.492	212.673	157.828
Possível	4.653	191.591	74.404
Remota	847	122.237	7.710
<b>Total</b>	<b>11.992</b>	<b>526.501</b>	<b>239.942</b>
<b>II - Trabalhistas</b>			
<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Outras Ações Judiciais</b>	
Provável	380	56.324	27.056
Possível	202	60.851	10.725
Remota	168	131.309	226
<b>Total</b>	<b>750</b>	<b>248.484</b>	<b>38.007</b>
<b>III - Fiscais</b>			
<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Risco</b>	<b>Outras Ações Judiciais e Obrigações Fiscais</b>	
Provável	153	602.177	602.177
Possível	270	452.499	304.129
Remota	256	850.125	66.864
<b>Total</b>	<b>679</b>	<b>1.904.801</b>	<b>973.170</b>

**(19.2) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES**

	<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualização Monetária</b>	<b>(Pagamentos) / (Baixas)</b>	<b>Consolidado Saldos em 31.03.2011</b>
<b>Cíveis</b>	<b>236.334</b>	30.638	4.436	(34.592)	<b>236.816</b>
<b>Tributárias</b>					
PIS	<b>173.185</b>	1.440	1.068	-	<b>175.693</b>
COFINS	<b>288.251</b>	8.252	5.146	-	<b>301.649</b>
Imposto de renda	<b>80.275</b>	5.348	1.548	(932)	<b>86.239</b>
Contribuição social	<b>141.282</b>	11.913	2.214	(438)	<b>154.971</b>
Outros	<b>94.406</b>	1.816	437	(4.316)	<b>92.343</b>
<b>Previdenciárias:</b>					
INSS	<b>195.771</b>	3.486	2.586	(299)	<b>201.544</b>

**(19.3) PRINCIPAIS AÇÕES FISCAIS****(a) COFINS**

As controladas das áreas de seguros e previdência SALIC, SULASEG, SASG, CIA SAÚDE e SAÚDE questionam judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30.05.2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência. A SAÚDE, ainda questiona a incidência da COFINS nas empresas de seguros (alíquota de 3%) sobre a receita da atividade de seguro e outras receitas.

Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada (no caso da SAÚDE, também a incidência de 3% de COFINS sobre a atividade de seguro) e remota sobre

## Notas Explicativas

outras receitas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

### **(b) PIS**

As controladas das áreas de seguros e de previdência privada, exceto a SAÚDE, questionam judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas.

As controladas SAÚDE e CIA SAÚDE questionam a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701 e 9.718/1998, e vinham depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006 as seguradoras efetuaram recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a SAÚDE passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência junho de 2009, a recolher a contribuição somente sobre a receita de sua atividade de seguro. A CIA SAÚDE obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente a ampliação da base de cálculo (outras receitas).

### **(c) INSS**

As controladas das áreas de seguro e de previdência privada vêm questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e concessão de liminar em Mandado de Segurança e provisionados em sua totalidade.

Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores.

### **(d) IRPJ**

A partir de 01.01.1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia e suas controladas vem questionando judicialmente o procedimento, tendo obtido liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados na sua totalidade.

### **(e) CSLL**

De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. As controladas da atividade de seguros obtiveram liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo contingente provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda.

Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, as controladas da área financeira, de seguros e de previdência privada ficaram sujeitas a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, as controladas de seguros e previdência complementar e a controlada SAMI passaram a questionar a constitucionalidade

## Notas Explicativas

dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda.

Em relação a todas as ações judiciais, os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

### (19.4) CONTINGÊNCIAS

#### (a) INSS

As controladas das áreas de seguro vêm questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Em outubro e dezembro de 2010, as controladas BRASILSAÚDE e SALIC obtiveram decisão favorável nos processos da Lei 9.876/1999 e Lei Complementar nº 84/1996 respectivamente, relativos aos prestadores médicos, tendo transitado em julgado os acórdãos que admitiram o nosso pleito. Em março de 2011, a BRASILSAÚDE levantou o depósito judicial no montante de R\$21 milhões e a SALIC ainda encontra-se aguardando autorização para levantamento do depósito judicial relacionado, no montante de R\$17 milhões. A controlada SALIC obteve provimento ao recurso especial interposto referente a Lei 9.876/1999, afastando a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores repassados aos profissionais da área de saúde. As controladas CIA. SAÚDE e SAÚDE., aguardam o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda.

#### (b) IRPJ/CSLL

Em novembro de 2010, foi lavrado auto de infração contra a controlada CIA SAÚDE em que se exige os tributos não pagos em função da dedução, nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, da amortização de ágio oriundo de incorporação da sua controladora SLT Participações S.A, nos anos-calendário 2005 e 2006. O valor exigido atualizado em março de 2011 monta R\$69.021. A controlada apresentou a tempestiva impugnação ao auto de infração lavrado e, com base na opinião de seus advogados reputa como possível a perda da demanda.

### (20) OBRIGAÇÕES A PAGAR

Descrição	Companhia		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Obrigações fiscais - Nota (19)	959	940	783.570	749.534
Parcelamento - PAES (a)	601	619	63.674	72.642
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	291.691	149.853	292.142	150.308
Participações no Lucro	-	-	14.254	43.436
Demais	1.721	1.327	67.150	75.922
<b>Total</b>	<b>294.972</b>	<b>152.739</b>	<b>1.220.790</b>	<b>1.091.842</b>
<b>Circulante</b>	<b>293.411</b>	<b>151.181</b>	<b>373.546</b>	<b>269.665</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.561</b>	<b>1.558</b>	<b>847.244</b>	<b>822.177</b>

#### (a) REFINANCIAMENTO FISCAL - PAES

A Controladora e suas controladas SAÚDE, CIA SAÚDE, Sul América Investimentos e Participações S.A. - SAIPA, SANTA CRUZ, Sul América Serviços Médicos S.A. - (antiga SULAMED), SASG e EXECUTIVOS, aderiram ao Refinanciamento Fiscal - PAES, e parcelaram valores devidos relativos à COFINS, IRRF, IRPJ, CSLL, FINSOCIAL, CPMF e INSS, os quais encontravam-se em discussão nas esferas administrativa ou judicial.

O montante das obrigações incluídas no PAES foi de R\$ 253.353 (líquido da redução de multa de 50%). O Parcelamento prevê o pagamento dos mencionados tributos e contribuições em até 180 parcelas iguais e mensais, conforme montante e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final até 30.06.2018, conforme o número de meses da opção, atualizadas com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31.03.2011, as obrigações estão contabilizadas na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições", no passivo circulante, no montante de R\$95 (R\$94 em 31.12.2010) na Companhia e R\$38.552 (R\$38.164 em 31.12.2010)

## Notas Explicativas

no Consolidado e sob a rubrica "Obrigações a Pagar", no passivo não circulante, no montante de R\$601 (R\$619 em 31.12.2010) na Companhia e R\$63.674 (R\$72.642 em 31.12.2010) no Consolidado.

### (21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (21.1) CAPITAL SOCIAL – COMPANHIA

O capital social da Companhia em 31.03.2011, conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de mesma data, é de R\$1.237.882 (R\$1.185.831 em 31.12.2010), dividido em ações ordinárias e preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, como a seguir:

		ON	PN	TOTAL
31.12.2010	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31.12.2010	Ações em Tesouraria (vide nota 21.2)	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)
		<b>462.115.137</b>	<b>369.777.303</b>	<b>831.892.440</b>
31.03.2011	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31.03.2011	Ações em Tesouraria (vide nota 21.2)	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)
		<b>462.115.137</b>	<b>369.777.303</b>	<b>831.892.440</b>

Em 31.03.2011, em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia com capitalização de reservas, sem emissão de ações.

#### (21.2) AÇÕES EM TESOURARIA - RECOMPRA DE AÇÕES

Em 07.10.2008 e 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programas de recompra de até, respectivamente, 1.052.636 e 1.046.872 certificados de depósitos de ações - *units*, representativos, cada, de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais da Companhia, que correspondiam a 3% das *units* em circulação no mercado e a aproximadamente 1,1% do total de ações de emissão da Companhia em 29.09.2008 e 30.09.2009.

Em 28.07.2010, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o desdobramento de ações de sua emissão, de forma que cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie.

Assim, após o desdobramento, as ações que se encontravam em tesouraria foram igualmente desdobradas na proporção indicada anteriormente, bem como o saldo remanescente de *units* do programa de recompra aprovado em 2009.

#### Movimentação das Ações em Tesouraria (a)

	Quantidade de Units	Preço Médio Ponderado do período (em reais)
<b>Ações em Tesouraria (b) em 31.12.2010</b>	<b>3.998.451</b>	<b>17,60</b>
Alienação de ações no período – Programas de Opção de Compra de Ações	(34.741)	7,44
Aquisição de ações no período – Programas de Opção de Compra de Ações	34.741	19,57
<b>Ações em Tesouraria (b) em 31.03.2011</b>	<b>3.998.451</b>	<b>17,71</b>

(a) As *units*, quando transferidas para a Tesouraria são desconstituídas, representando, em 31.03.2011 e 31.12.2010, 3.998.451 ações ordinárias e 7.996.902 ações preferenciais (já com o efeito do desdobramento em 2010).

(b) Valores adaptados na proporção do desdobramento de ações da Companhia, aprovado em 28.07.2010.

No âmbito das operações com ações em tesouraria, ocorridas no primeiro trimestre de 2011, demonstradas acima, as compras efetuadas pela Companhia foram de R\$680 no primeiro trimestre de 2011, registrado na rubrica "Ações em Tesouraria", sendo o custo mínimo de aquisição de *units*, em 31.03.2011, de R\$19,07 e o máximo de R\$20,55. O valor de mercado das *units*, calculado com base na última cotação em 31.03.2011, é de R\$ 20,40.

#### (21.3) CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO – COMPANHIA

O capital social da Companhia poderá ser elevado, além das ações já existentes, até o limite de 450.000.000 novas ações ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e classe das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação, independentemente dos aumentos de capital deliberados em Assembleia Geral.

## Notas Explicativas

### (21.4) RESERVA LEGAL

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

### (21.5) RESERVA PARA EXPANSÃO DE NEGÓCIOS

Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens de ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. A constituição da reserva estatutária pode ser dispensada por deliberação da Assembléia Geral na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembléia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalizar; ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

### (21.6) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A rubrica "Outros Resultados Abrangentes" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Adicionalmente, conforme mencionado na nota 6.2, contempla também a valorização, líquida do efeito de impostos, decorrente da contabilização do *hedge* de fluxo de caixa.

### (21.7) POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 23.02.2010, o Conselho de Administração aprovou que a Companhia adotará como política de distribuição de dividendos dos resultados apurados dos exercícios de 2010 e 2011 o montante de 50% do lucro líquido anual ajustado. As distribuições, em cada caso, ficam sujeitas às respectivas propostas de destinação do lucro líquido pela Administração da Companhia e à competente aprovação em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser revistas com base nos planos e necessidades da Companhia, considerados à ocasião, tais como, entre outros, aquisições e investimentos relevantes e atendimento a exigências regulatórias. Em qualquer caso, serão computadas em tais percentuais eventuais distribuições de dividendos intermediários ou intercalares ou de juros sobre capital próprio realizadas no curso do exercício em questão.

Em linha com a política de distribuição supracitada, os acionistas aprovaram nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 31.03.2010 e 31.03.2011 a distribuição do montante de 50% do lucro líquido ajustado, respectivamente, dos exercícios findos em 31.12.2009 e 31.12.2010, nos montantes de R\$199.069 e R\$291.660, sendo R\$ 99.534 e R\$ 145.830, respectivamente, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios assegurados pelo estatuto.

### (21.8) RESULTADO POR AÇÃO

O lucro líquido por ação ordinária e preferencial, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, considera não só as ações ordinárias e preferenciais em circulação mas também as potenciais emissões e cancelamentos (diluidores e antidiluidores), decorrentes do plano geral de opção de compra de ações.

#### (a) Básico

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no trimestre, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

Descrição	2011			Companhia 2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Lucro Líquido do Trimestre Atribuível</b>	<b>56.308</b>	<b>45.636</b>	<b>101.944</b>	<b>60.529</b>	<b>49.058</b>	<b>109.587</b>

## Notas Explicativas

### aos Acionistas

Número de Ações em Circulação (com o efeito do desdobramento para 31.03.2010)	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)	(676.801)	(1.353.601)	(2.030.402)
Média Ponderada das Ações em Circulação - BÁSICO	462.115.137	369.777.303	831.892.440	465.436.787	376.420.604	841.857.391
<b>Lucro por Ação - Básico (em R\$)</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>

Descrição	2011			Consolidado 2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Lucro Líquido do Trimestre Atribuível aos Acionistas</b>	<b>56.308</b>	<b>45.636</b>	<b>101.944</b>	<b>60.529</b>	<b>49.058</b>	<b>109.587</b>
Número de Ações em Circulação (com o efeito do desdobramento para 31.03.2010)	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)	(676.801)	(1.353.601)	(2.030.402)
Média Ponderada das Ações em Circulação - BÁSICO	462.115.137	369.777.303	831.892.440	465.436.787	376.420.604	841.857.391
<b>Lucro por Ação - Básico (em R\$)</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>

### (b) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no trimestre, excluindo a média ponderada das ações em tesouraria.

O ajuste na média ponderada considera as quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o Plano Geral de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia durante o período.

Descrição	2011			Companhia 2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Lucro Líquido do Trimestre Atribuível aos Acionistas</b>	<b>56.308</b>	<b>45.636</b>	<b>101.944</b>	<b>60.529</b>	<b>49.058</b>	<b>109.587</b>
Número de Ações em Circulação (com o efeito do desdobramento para 31.03.2010)	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)	(676.801)	(1.353.601)	(2.030.402)

**Notas Explicativas**

Ajuste Média Ponderada das Quantidades de Concessões e Cancelamentos do Plano Geral de Opção de Compras de Ações de Emissão da Companhia, no Período.	4.706.609	9.413.219	14.119.828	5.004.042	10.008.084	15.012.126
---	-----------	-----------	------------	-----------	------------	------------

Média Ponderada das Ações em Circulação - DILUÍDO	466.821.746	379.190.522	846.012.268	470.440.829	386.428.688	856.869.517
---	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

<b>Lucro por Ação - Diluído (em R\$)</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>
--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Descrição	2011			Consolidado 2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Lucro Líquido do Trimestre Atribuível aos Acionistas</b>	<b>56.308</b>	<b>45.636</b>	<b>101.944</b>	<b>60.529</b>	<b>49.058</b>	<b>109.587</b>
Número de Ações em Circulação (com o efeito do desdobramento para 31.03.2010)	466.113.588	377.774.205	843.887.793	466.113.588	377.774.205	843.887.793
Média ponderada do número de Ações em Tesouraria	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)	(676.801)	(1.353.601)	(2.030.402)
Ajuste Média Ponderada das Quantidades de Concessões e Cancelamentos do Plano Geral de Opção de Compras de Ações de Emissão da Companhia, no Trimestre.	4.706.609	9.413.219	14.119.828	5.004.042	10.008.084	15.012.126
Média Ponderada das Ações em Circulação - DILUÍDO	466.821.746	379.190.522	846.012.268	470.440.829	386.428.688	856.869.517
<b>Lucro por Ação - Diluído (em R\$)</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,12</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>

**(22) DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO****(22.1) INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO****(22.1.1) RECEITA DE PRÊMIO GANHO, DESPESA COM SINISTRO RETIDO E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO**

Os segmentos de negócios da SulAmérica são identificados de acordo com a sua estrutura organizacional executiva, dividida em Unidades de Negócios (*Business Units - BU*), separados pela natureza e especificidade de cada tipo de segmento de seguro e não há informações internas de ativos e passivos que figurem nos relatórios internos gerenciais ou externos (*press releases*), que compartilham da mesma estrutura de divulgação. Essas informações são principalmente utilizadas pelo Comitê Executivo da SulAmérica, seus principais executivos e acionistas para avaliarem o desempenho das BU, para o gerenciamento de capital e recursos e remuneração de funcionários, executivos e acionistas.

## Notas Explicativas

Em 31.03.2011 e de 2010, a SulAmérica tem a margem bruta de contribuição (prêmio ganho menos sinistro retido, menos despesa de comercialização) para cada um dos seguimentos operacionais, conforme demonstrado a seguir:

						<b>31.03.2011</b>
						<b>Consolidado</b>
Descrição	Saúde grupal	Saúde individual	Automóveis	Outros ramos elementares	Pessoas	Total
<b>Prêmios de Seguros com DPVAT</b>	<b>1.064.435</b>	<b>374.442</b>	<b>515.220</b>	<b>120.278</b>	<b>160.186</b>	<b>2.234.561</b>
<b>Prêmios Retidos</b>	<b>1.064.435</b>	<b>374.442</b>	<b>515.220</b>	<b>73.851</b>	<b>155.289</b>	<b>2.183.237</b>
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>1.060.244</b>	<b>374.167</b>	<b>519.998</b>	<b>75.270</b>	<b>89.257</b>	<b>2.118.936</b>
Rendas com Taxa de Gestão	-	-	-	-	2.133	<b>2.133</b>
Sinistros Retidos	(834.935)	(314.588)	(322.230)	(47.423)	(47.966)	<b>(1.567.142)</b>
Despesas de Comercialização	(90.736)	(5.393)	(112.622)	(17.678)	(31.062)	<b>(257.491)</b>
<b>Margem Bruta</b>	<b>134.573</b>	<b>54.186</b>	<b>85.146</b>	<b>10.169</b>	<b>12.362</b>	<b>296.436</b>
						<b>31.03.2010</b>
Descrição	Saúde grupal	Saúde individual	Automóveis	Outros ramos elementares	Pessoas	Total
<b>Prêmios de Seguros com DPVAT</b>	<b>853.088</b>	<b>423.396</b>	<b>419.122</b>	<b>135.370</b>	<b>132.069</b>	<b>1.963.045</b>
<b>Prêmios Retidos</b>	<b>853.088</b>	<b>423.396</b>	<b>419.122</b>	<b>88.826</b>	<b>128.141</b>	<b>1.912.573</b>
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>852.821</b>	<b>420.956</b>	<b>416.059</b>	<b>78.510</b>	<b>100.611</b>	<b>1.868.957</b>
Rendas com Taxa de Gestão	-	-	-	-	1.472	<b>1.472</b>
Sinistros Retidos	(673.716)	(305.197)	(265.012)	(51.223)	(46.314)	<b>(1.341.462)</b>
Despesas de Comercialização	(72.479)	(2.978)	(97.670)	(15.120)	(23.687)	<b>(211.934)</b>
<b>Margem Bruta</b>	<b>106.626</b>	<b>112.781</b>	<b>53.377</b>	<b>12.167</b>	<b>32.082</b>	<b>317.033</b>

A SulAmérica possui uma base de dados única, origem das informações contábeis, gerenciais e para os investidores (*press release*).

A SulAmérica opera somente em âmbito nacional, e sua estratégia de distribuição de produtos não privilegia unidades da federação brasileira em específico e por isso não divulga informações sobre segmento geográfico.

### (22.1.2) SINISTRALIDADE, COMISSONAMENTO E MARGEM BRUTA

						<b>31.03.2011</b>
Descrição	Saúde Grupal	Saúde Individual	Automóveis	Outros Ramos Elementares	Pessoas	Total
Sinistralidade (a)	78,7%	84,1%	62,0%	63,0%	53,7%	74,0%
Despesas de Comercialização (b)	8,6%	1,4%	21,7%	23,5%	34,8%	12,2%
Margem Bruta (c)	12,7%	14,5%	16,4%	13,5%	13,8%	14,0%
						<b>31.03.2010</b>
Descrição	Saúde Grupal	Saúde Individual	Automóveis	Outros Ramos Elementares	Pessoas	Total
Sinistralidade (a)	79,0%	72,5%	63,7%	65,2%	46,0%	71,8%
Despesas de Comercialização (b)	8,5%	0,7%	23,5%	19,3%	23,5%	11,3%
Margem Bruta (c)	12,5%	26,8%	12,8%	15,5%	31,9%	17,0%

(a) Sinistro retido dividido pelo prêmio ganho

(b) Despesas de comercialização dividido pelo prêmio ganho

(c) Margem bruta dividida pelo prêmio ganho

### (22.2) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>31.03.2011</b>	<b>Companhia 31.03.2010</b>
Pessoal próprio (a), (b)	(735)	(1.650)
Serviços de terceiros	(1.303)	(429)
Localização e funcionamento	(336)	(78)
Publicação legal	(710)	(527)
Outras despesas administrativas	(223)	(37)
<b>Total</b>	<b>(3.307)</b>	<b>(2.721)</b>

## Notas Explicativas

	<b>31.03.2011</b>	<b>Consolidado 31.03.2010</b>
Pessoal próprio <b>(a), (b)</b>	(102.882)	(113.573)
Serviços de terceiros	(49.880)	(38.153)
Localização e funcionamento	(46.535)	(42.603)
Publicidade e propaganda	(5.597)	(10.588)
Despesas administrativas convênio DPVAT	(432)	(418)
Recuperação de Despesas <b>(c)</b>	19.627	42.013
Outras despesas administrativas	(3.592)	(4.762)
<b>Total</b>	<b>(189.291)</b>	<b>(168.084)</b>

**(a)** Em 31.03.2011 e de 2010, no item Pessoal próprio estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios de administradores, no montante de R\$735 (R\$1.636 em 31.03.2010) na Companhia, e de R\$16.670 (R\$15.979 em 31.03.2010) no consolidado.

**(b)** Em 31.03.2011 e de 2010, os benefícios aos funcionários estão representados por:

	<b>31.03.2011</b>	<b>Consolidado 31.03.2010</b>
Vale alimentação, refeição e transporte	(11.437)	(11.144)
Seguro Saúde e Odontológico	(3.731)	(4.134)
Treinamento	(523)	(872)
Previdência Privada	(966)	(988)
Auxílio babá/ Creche	(519)	(535)
Outros	(308)	(88)
<b>Total</b>	<b>(17.484)</b>	<b>(17.761)</b>

**(c)** Esta linha contempla a recuperação de despesas decorrentes da utilização compartilhada dos sistemas operacionais e de estrutura administrativa de apoio da Companhia, de suas controladas e da Brasilveículos, que é liquidada mensalmente.

### **(22.3) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – SEGUROS**

	<b>31.03.2011</b>	<b>Consolidado 31.03.2010</b>
Custo de apólice <b>(a)</b>	73	1.148
Receitas com Administração do Seguro do Sistema Financeiro Habitacional - (SFH)	-	709
Outras receitas com operações de seguros	3.371	802
<b>Total</b>	<b>3.444</b>	<b>2.659</b>

**(a)** Conforme mencionado na nota 3.1.1, as despesas de comissão e agenciamento relacionadas a angariação de novos contratos e/ou renovação são diferidas e amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e/ou pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira. A realização mensal está sendo contabilizada na rubrica "Despesa de Comercialização".

### **(22.4) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – SEGUROS**

	<b>31.03.2011</b>	<b>Consolidado 31.03.2010</b>
Constituição de provisão para ações judiciais e outras operações de seguros	(9.442)	(33.206)
Despesas com operações de seguros	(17.338)	(11.374)
Despesa com pro-labore de seguros	(22.059)	(17.963)
Serviços técnicos de seguros	(9.031)	(6.948)
Constituição da provisão para riscos de crédito	(486)	(23.119)
Despesas com cobrança de seguros	(539)	(516)
Taxas de administração de seguros	(1.371)	(944)
<b>Total</b>	<b>(60.266)</b>	<b>(94.070)</b>

### **(22.5) RECEITAS FINANCEIRAS**

	<b>Companhia</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2011</b>	<b>31.03.2010</b>	<b>31.03.2011</b>	<b>31.03.2010</b>
Rendimentos dos fundos de investimento	8.750	4.764	157.889	82.358
Títulos de renda fixa - públicos	1.768	1.422	101.659	65.438
Títulos de renda fixa - privados	518	455	29.243	21.922
Operações de seguros	33	-	22.584	19.526
Variações cambiais sobre empréstimos swaps <b>(a)</b>	6.801	21.395	6.801	21.377
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	20	13	19.319	13.510
Outras	215	1	15.533	17.023
<b>Total</b>	<b>18.105</b>	<b>28.050</b>	<b>353.028</b>	<b>241.154</b>

## Notas Explicativas

(a) A linha variações cambiais sobre empréstimos e *swaps* da SulAmérica, contempla os efeitos das operações com *swaps* demonstrados na nota 17.

### (22.6) DESPESAS FINANCEIRAS

	31.03.2011	Companhia 31.03.2010	31.03.2011	Consolidado 31.03.2010
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - operações de previdência	-	-	(56.927)	(50.286)
Desvalorização de quotas de fundo de investimento e títulos de renda fixa - públicos e privados	(10.008)	-	(83.515)	(2.168)
Variações monetárias e cambiais e despesas sobre empréstimos e <i>swaps</i> (a)	(18.170)	(31.819)	(18.170)	(31.829)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(20)	(13)	(24.813)	(24.759)
Operações de seguros	-	-	(13.998)	(12.509)
Outras	(96)	(74)	(2.117)	(2.061)
<b>Total</b>	<b>(28.294)</b>	<b>(31.906)</b>	<b>(199.540)</b>	<b>(123.612)</b>

(a) A linha Juros, variações monetárias e cambiais e despesas sobre empréstimos, financiamentos e *swaps* da SulAmérica, contempla os efeitos das operações com *swaps* demonstrados na nota 17.

### (22.7) RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	31.03.2011 Imposto de renda	31.03.2011 Contribuição social	31.03.2011 Imposto de renda	Companhia 31.03.2010 Contribuição social
<b>Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações</b>	<b>101.944</b>	<b>101.944</b>	<b>109.687</b>	<b>109.687</b>
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Oficiais	(25.486)	(9.175)	(27.422)	(9.872)
<b>Adições:</b>				
Despesas Não Dedutíveis	(1.835)	(661)	(5.426)	(1.954)
Outras - Adições	(19)	(7)	(392)	(102)
<b>Exclusões:</b>				
Resultado Positivo com Equivalência Patrimonial	28.855	10.388	29.106	10.478
Reversão Despesas Não-Dedutíveis	-	-	4.690	1.688
<b>Constituição de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no Período</b>	<b>(1.515)</b>	<b>(545)</b>	<b>(657)</b>	<b>(237)</b>
<b>Receitas/(Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(101)</b>	<b>1</b>
<b>Impostos Diferidos</b>				
<b>Crédito Tributário Prejuízo Fiscal / Base Negativa</b>	<b>1.515</b>	<b>545</b>	<b>963</b>	<b>347</b>
<b>Constituição - Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>1.841</b>	<b>663</b>	<b>907</b>	<b>326</b>
<b>Constituição - Provisão para Riscos Prejuízo Fiscal / Base Negativa</b>	<b>(1.515)</b>	<b>(545)</b>	<b>(963)</b>	<b>(347)</b>
<b>Constituição - Provisão para Riscos - Diferenças Temporárias</b>	<b>(1.841)</b>	<b>(663)</b>	<b>(907)</b>	<b>(326)</b>
<b>Receitas/(Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(101)</b>	<b>1</b>
	<b>184.016</b>	<b>184.016</b>	<b>158.726</b>	<b>158.726</b>
<b>Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações</b>	<b>184.016</b>	<b>184.016</b>	<b>158.726</b>	<b>158.726</b>
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Oficiais	(46.002)	(26.988)	(39.681)	(22.880)
<b>Adições:</b>				
Provisão para Contingências e Obrigações Fiscais	(5.728)	(3.516)	(7.391)	(4.427)
Provisão para Riscos de Créditos	(56)	(49)	(6.091)	(3.644)

## Notas Explicativas

Despesas Não Dedutíveis	(13.031)	(7.241)	-	-
Ajustes de Adoções de CPCs			(1.044)	(368)
Outras - Adições	(40)	(24)		
<b>Exclusões:</b>				
Reversão de Provisões Não Dedutíveis			353	211
Atualizações de Depósitos Judiciais	4.295	2.577	1.539	924
Reversão Despesas Não-Dedutíveis			707	838
Encargos sobre Participações nos Lucros	884	553	47	55
Outras - Exclusões	4.658	641	6.651	2.784
<b>Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no Período</b>	<b>289</b>	<b>3.556</b>	<b>9.448</b>	<b>3.790</b>
<b>Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente</b>	<b>(54.731)</b>	<b>(30.491)</b>	<b>(35.462)</b>	<b>(22.717)</b>
<b>Impostos Diferidos</b>				
<b>Reversão de Crédito Tributário Prejuízo Fiscal / Base Negativa</b>	<b>(335)</b>	<b>(3.782)</b>	<b>(9.484)</b>	<b>(2.814)</b>
<b>Constituição - Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>18.224</b>	<b>9.897</b>	<b>5.116</b>	<b>3.067</b>
<b>Débito Tributário sobre Atualizações de Depósitos Judiciais</b>	<b>(3.442)</b>	<b>(2.087)</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(777)</b>
<b>Constituição da provisão para riscos</b>	<b>(4.384)</b>	<b>(1.222)</b>	<b>10.059</b>	<b>13.615</b>
<b>Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(44.668)</b>	<b>(27.685)</b>	<b>(31.180)</b>	<b>(9.626)</b>

### (23) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### (23.1) SEGUROS

É política das controladas manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Itens	Tipo de Cobertura	Valor da cobertura	
		31.03.2011	31.12.2010
<b>Imóveis</b>	Quaisquer danos materiais aos imóveis, instalações e máquinas e equipamentos	360.295	360.295
<b>Veículos</b>	Incêndio, roubo e colisão	-	59
<b>Total</b>		<b>360.295</b>	<b>360.354</b>

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de ITR. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

### (24) EVENTO SUBSEQUENTE

#### (24.1) APROVAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA DENTAL PLAN LTDA.

Em 18.04.2011, após aprovação da ANS, a CIA SAÚDE efetuou o pagamento de R\$31.057 pela conclusão da compra da Dental Plan, sendo R\$ 2.557 referentes à atualização monetária entre a data do contrato e a do pagamento. Vide nota 4.b.

### (25) OUTRAS INFORMAÇÕES

#### (25.1) CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E DE 2010				
(Em milhares de reais)				
Descrição	Companhia		Consolidado	
	30.03.2011	31.03.2010	30.03.2011	31.03.2010
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>101.944</b>	<b>109.587</b>	<b>101.944</b>	<b>109.587</b>
<b>MAIS</b>				
Participações de Acionistas não Controladores	-	-	-	430
Depreciações e Amortizações	213	-	11.148	10.139
Juros e Variações Monetárias de Empréstimos e Swap	10.522	9.461	10.522	9.461
Juros e Variações Monetárias sobre Parcelamento Especial (PAES)	7	8	1.024	1.391
Juros e Variações Monetárias sobre Provisões para Ações Judiciais e Obrigações Fiscais	20	13	13.001	10.791
Outros	1.379	1.165	1.480	1.245
<b>MENOS</b>				

**Notas Explicativas**

Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	(115.583)	(116.423)	-	-
Juros e Variações Monetárias de Depósitos Judiciais	(231)	(13)	(18.563)	(16.815)
Outros	-	(146)	(28)	(1.494)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Varição das Aplicações	(2.247)	50.263	(48.612)	(348.179)
Varição dos Créditos e Débitos das Operações de Seguros, Resseguros e Previdência Complementar	1.258	-	326.574	174.348
Varição de Títulos e Créditos a Receber	19.761	(1.051)	4.243	25.846
Varição das Despesas de Comercialização Diferidas e Outros Ativos	(355)	(167)	302	(12.332)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos de Controladas e Coligadas	(21.811)	18.259	-	3.809
Varição de Contas a Pagar e Outros Débitos	(4.186)	(565)	590	(16.473)
Varição de Empréstimos e Financiamentos	(9.337)	(10.383)	(9337)	(10.383)
Varição de Depósitos de Terceiros	-	-	(10.456)	6.944
Varição de Outras Ações Judiciais	-	(13)	445	1.702
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(18.646)</b>	<b>59.995</b>	<b>384.277</b>	<b>(49.983)</b>

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

(1) A Sul América S.A., em virtude de constituir-se em uma empresa de participação que investe em empresas que atuam preponderantemente no segmento de seguros e previdência privada, adaptou suas informações trimestrais consolidadas para melhor apresentação. Tendo em vista que a forma de apresentação das informações trimestrais disponibilizada pelo Sistema EmpresasNet, para empresas de participação diverge do formato de publicação anteriormente mencionado, apresentamos uma comparação e o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações do resultado consolidadas para o período findo em de 31.03.2011.

### (1.1) Comparação entre o Modelo de Publicação requerido para empresas que atuam no seguimento de seguros e previdência privada x Modelo Sistema CVM/ITR

		<b>Ativo Circulante</b>	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>1.01.03</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Contas a Receber</b>	<b><u>1.449.226</u></b>	<b><u>1.455.846</u></b>
		Créditos das operações com seguros e resseguros	1.143.643	1.172.103
		Créditos das operações com previdência complementar	13.717	5.113
		Títulos e créditos a receber	178.471	173.995
		Outros créditos	122.756	113.970
		(-) Provisão para Riscos de Créditos	(9.361)	(9.335)
<b>1.01.06</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Tributos a Recuperar</b>	<b><u>73.420</u></b>	<b><u>88.759</u></b>
		Créditos tributários e previdenciários	73.420	88.759
<b>1.01.08</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Outros Ativos Circulantes</b>	<b><u>450.270</u></b>	<b><u>447.587</u></b>
		<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>1.266</b>	<b>1.266</b>
		<b>Outros bens e valores</b>	<b>50.870</b>	<b>45.437</b>
		<b>Despesas de comercialização diferidas</b>	<b>343.709</b>	<b>341.975</b>
		<b>Despesas de resseguros e retrocessões diferidas</b>	<b>54.425</b>	<b><u>58.909</u></b>
		<b>Ativo Não Circulante</b>		
		<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		
<b>1.02.01.03</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Contas a Receber(*)</b>	<b><u>1.771.670</u></b>	<b><u>1.753.643</u></b>
		Créditos das operações com seguros e resseguros	172.689	177.687
		Depósitos judiciais e fiscais	1.541.903	1.519.812
		Outros créditos a		

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

		receber (*)	57.078	56.144
<b>1.02.01.06</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Tributos Diferidos</b>	<b><u>614.160</u></b>	<b><u>590.325</u></b>
		Créditos tributários e previdenciários	638.446	604.885
		Créditos tributários e previdenciários - Prejuízos fiscais	127.041	131.160
		(-) Provisão para Riscos de Créditos	(151.327)	(145.720)
<b>1.02.01.09</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Outros Ativos não Circulantes</b>	<b><u>171.225</u></b>	<b><u>178.044</u></b>
		<b>Outros bens e valores</b>	<b>1.092</b>	<b>1.092</b>
		<b>Despesas de comercialização diferidas</b>	<b>147.524</b>	<b>151.870</b>
		<b>Despesas de resseguros e retrocessões diferidas</b>	<b>22.609</b>	<b>25.082</b>
<b>Passivo</b>				
		<b>Passivo Circulante</b>	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>2.01.01</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>	<b><u>33.215</u></b>	<b><u>31.006</u></b>
		Encargos trabalhistas	33.215	31.006
<b>2.01.03</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Obrigações Fiscais</b>	<b><u>177.457</u></b>	<b><u>170.487</u></b>
		Impostos e encargos sociais a recolher	95.698	80.983
		Impostos e contribuições	81.759	89.504
<b>2.01.05</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b><u>548.546</u></b>	<b><u>438.499</u></b>
		Obrigações a pagar(**) (***)	373.546	269.665
		Outras contas a pagar	123.175	93.640
		Outros débitos	51.825	75.194
<b>2.01.06</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Provisões</b>	<b><u>4.326.102</u></b>	<b><u>4.163.728</u></b>
		Débitos de operações com seguros e resseguros	294.985	342.282
		Débitos de operações com previdência complementar	13.149	2.425
		Depósitos de terceiros	53.302	63.758
		Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.415.928	3.207.394

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

		Provisões técnicas - previdência complementar	501.704	501.247
		Ações judiciais	47.034	46.622
		<b>Passivo não Circulante</b>		
<b>2.02.02</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b><u>908.629</u></b>	<b><u>882.883</u></b>
		Obrigações a pagar	847.244	822.177
		Outras contas a pagar	59.286	59.137
		Outros débitos	2.099	1.569
<b>2.02.04</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Provisões</b>	<b><u>3.376.550</u></b>	<b><u>3.244.612</u></b>
		Débitos de operações com seguros e resseguros	13.283	13.284
		Provisões técnicas - seguros	1.073.671	1.017.673
		Provisões técnicas - previdência complementar	1.831.562	1.758.256
		Outras ações judiciais	458.034	455.399

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			<b>31.03.2011</b>	<b>31.03.2010</b>
<b>3.01</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços</b>	<b><u>2.118.936</u></b>	<b><u>1.868.957</u></b>
		Prêmios ganhos	2.118.936	1.868.957
<b>3,02</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos</b>	<b><u>(1.567.142)</u></b>	<b><u>(1.341.462)</u></b>
		Sinistros retidos	(1.561.215)	(1.335.528)
		Despesas com benefícios	(5.927)	(5.934)
<b>3.04.01</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Despesas com Vendas</b>	<b><u>(257.491)</u></b>	<b><u>(211.934)</u></b>
		Despesas de comercialização	(257.491)	(211.934)
<b>3.04.02</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b><u>(229.665)</u></b>	<b><u>(204.586)</u></b>
		Despesas administrativas(incluído despesas com participações no resultado)	(189.291)	(168.084)
		Despesas com tributos	(40.374)	(36.502)

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>3.04.04</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b><u>32.380</u></b>	<b><u>29.614</u></b>
		Rendas com taxa de gestão - Seguros	2.133	1.472
		Outras receitas operacionais - Seguros	3.444	2.659
		Rendas de Contribuições - Previdência	48.305	41.279
		Variação das provisões técnicas - Previdência	(39.588)	(35.021)
		Rendas com taxa de gestão - Previdência	4.828	4.258
		Resultado com operações de assistência à saúde	7.023	8.529
		Resultado da atividade financeira	5.992	5.175
		Receitas/despesas com imóveis de renda	121	38
		Outras receitas/despesas patrimoniais	129	1.185
		Lucro na venda de ativo permanente	(7)	40
<b>3.04.05</b>	<b>Empresas Net</b>	<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b><u>(66.490)</u></b>	<b><u>(99.405)</u></b>
		Outras Despesas Operacionais - Seguros	(60.266)	(94.070)
		Despesas com benefícios - Previdência	(4.178)	(1.897)
		Despesas de comercialização - Previdência	(1.956)	(2.559)
		Outras despesas operacionais - Previdência	(90)	(164)
		Ajustes de investimentos em controladas e coligadas	-	(715)

(\*) Para apresentação no formato Empresas Net a rubrica "Créditos com Outras Partes Relacionadas" foi reclassificada da rubrica Contas a receber

(\*\*) Para apresentação no formato Empresas Net a rubrica "Dividendos Mínimos Obrigatórios a pagar" foi reclassificada da rubrica

Obrigações a pagar.

(\*\*\*) Para apresentação no formato Empresas Net da rubrica "Débitos com Outras Partes Relacionadas", foi reclassificado o saldo da conta "Compromissos Mobiliários a pagar" da rubrica "Obrigações a pagar".

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

**(1.2) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado conforme Modelo de Publicação requerido para empresas que atuam no seguimento de seguros e previdência privada**

**SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Em milhares de reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>31.03.2011</b>	<b>Consolidado 31.12.2010</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.683.558</b>	<b>8.343.701</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>725.825</b>	<b>593.478</b>
Caixa e Bancos	62.702	21.704
Aplicações no Mercado Aberto	663.123	571.774
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>5.962.340</b>	<b>5.735.907</b>
Títulos de Renda Fixa	5.574.884	5.319.509
Títulos de Renda Variável	243.045	255.803
Quotas de Fundos de Investimentos	154.190	160.524
Outras Aplicações	1.478	1.444
( - ) Provisão para Desvalorização	(11.257)	(1.373)
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>1.143.643</b>	<b>1.172.103</b>
Prêmios a Receber	797.792	801.056
Operações com Seguradoras	36.678	41.662
Operações com Resseguradoras	304.881	344.247
Outros Créditos Operacionais	73.293	53.621
( - ) Provisão para Riscos de Crédito	(69.001)	(68.483)
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>13.717</b>	<b>5.113</b>
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>365.286</b>	<b>367.389</b>
Títulos e Créditos a Receber	178.471	173.995
Créditos Tributários e Previdenciários	73.420	88.759
Outros Créditos	122.756	113.970
( - ) Provisão para Riscos de Crédito	(9.361)	(9.335)
<b>ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA</b>	<b>1.266</b>	<b>1.266</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>50.870</b>	<b>45.437</b>
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>22.477</b>	<b>22.124</b>
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS</b>	<b>343.709</b>	<b>341.975</b>
Seguros e Resseguros	338.819	337.285
Previdência Complementar	4.890	4.690
<b>DESPESAS DE RESSEGUROS E RETROCESSÕES DIFERIDAS</b>	<b>54.425</b>	<b>58.909</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.978.659</b>	<b>3.924.528</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.821.814</b>	<b>3.761.422</b>
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>1.253.433</b>	<b>1.231.565</b>
Títulos de Renda Fixa	1.238.060	1.216.495
Títulos de Renda Variável	120	120
Quotas de Fundos de Investimentos	9.406	9.159
Outras Aplicações	31.499	31.421
( - ) Provisão para Desvalorização	(25.652)	(25.630)
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>172.689</b>	<b>177.687</b>
Prêmios a Receber	10.320	20.627
Operações com Seguradoras	275	275
Operações com Resseguradoras	162.094	156.785
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>2.213.141</b>	<b>2.166.281</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	638.446	604.885
Créditos Tributários e Previdenciários - Prejuízos Fiscais	127.041	131.160
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.541.903	1.519.812
Outros Créditos a Receber	57.078	56.144
( - ) Provisão para Riscos de Crédito	(151.327)	(145.720)
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>1.092</b>	<b>1.092</b>
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>11.326</b>	<b>7.845</b>
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS</b>	<b>147.524</b>	<b>151.870</b>
Seguros e Resseguros	144.680	148.999
Previdência Complementar		

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

	2.844	2.871
<b>DESPESAS DE RESSEGUROS E RETROCESSÕES DIFERIDAS</b>	<b>22.609</b>	<b>25.082</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>156.845</b>	<b>163.106</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>4.595</b>	<b>4.825</b>
Participações Societárias	-	-
Imóveis Destinados a Renda	11.723	12.317
Outros Investimentos	14.186	14.287
( - ) Provisão para Desvalorização	(14.114)	(14.326)
( - ) Depreciação	(7.200)	(7.453)
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>54.536</b>	<b>58.168</b>
Imóveis	462	462
Bens Móveis	53.428	52.474
Outras Imobilizações	43.356	43.088
( - ) Depreciação	(42.710)	(37.856)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>97.714</b>	<b>100.113</b>
Ágio	20.574	20.574
Software	123.612	114.808
( - ) Amortizações	(46.472)	(35.269)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.662.217</b>	<b>12.268.229</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.03.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.407.476</b>	<b>4.809.311</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>1.029.549</b>	<b>570.389</b>
Obrigações a Pagar	373.546	269.665
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	95.698	80.983
Encargos Trabalhistas	33.215	31.006
Empréstimos e Financiamentos	322.156	5.591
Impostos e Contribuições	81.759	89.504
Outras Contas a Pagar		

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

	123.175	93.640
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>294.985</b>	<b>342.282</b>
Prêmios a Restituir	5.696	5.591
Operações com Seguradoras	16.872	23.515
Operações com Resseguradoras	68.800	159.598
Corretores de Seguros e Resseguros	106.753	105.243
Outros Débitos Operacionais	96.864	48.335
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>13.149</b>	<b>2.425</b>
Débitos de Resseguros	273	275
Outros Débitos Operacionais	12.876	2.150
<b>DEPÓSITOS DE TERCEIROS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>53.302</b>	<b>63.758</b>
	<b>3.415.928</b>	<b>3.207.394</b>
<b>RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO</b>	<b>2.209.684</b>	<b>2.125.103</b>
Provisão de Prêmios não Ganhos	1.243.353	1.260.857
Provisão de Insuficiência de Premios	9.764	7.844
Sinistros a Liquidar	773.889	676.265
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	180.186	177.691
Outras Provisões	2.492	2.446
<b>SEGURO SAÚDE</b>	<b>1.039.501</b>	<b>926.936</b>
Provisão de Prêmios não Ganhos	104.625	100.510
Provisão de Benefícios Concedidos	5.764	5.511
Sinistros a Liquidar	523.883	261.644
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	405.229	559.271
<b>VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA</b>	<b>166.743</b>	<b>155.355</b>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	142.281	130.684
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	386	392
Provisão de Riscos não Expirados	205	218
Provisão de Excedente Financeiro	23	18
Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	6.695	6.359

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Provisão de Insuficiência de Prêmios	1.959	1.925
Provisão de Benefícios a Regularizar	15.149	15.714
Outras Provisões	45	45
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>501.704</b>	<b>501.247</b>
<b>PLANOS NÃO BLOQUEADOS</b>	<b>501.704</b>	<b>501.247</b>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	456.273	440.544
Provisão de Riscos não Expirados	482	523
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	42.201	56.553
Provisão de Benefícios a Regularizar	456	544
Provisão de Excedente Financeiro	232	1.034
Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	1.077	1.066
Outras Provisões	983	983
<b>OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS</b>	<b>47.034</b>	<b>46.622</b>
Provisões Trabalhistas	3.980	6.953
Provisões Cíveis	43.054	39.669
<b>OUTROS DÉBITOS</b>	<b>51.825</b>	<b>75.194</b>
Débitos Diversos	51.825	75.194
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.414.259</b>	<b>4.567.061</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.414.259</b>	<b>4.567.061</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>1.035.610</b>	<b>1.320.880</b>
Obrigações a Pagar	847.244	822.177
Tributos Diferidos	129.080	124.185
Empréstimos e Financiamentos	-	315.381
Outras Contas a Pagar	59.286	59.137
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>13.283</b>	<b>13.284</b>
Operações com Seguradoras	10.699	10.699
Prêmios a Restituir	2.579	2.579
Corretores de Seguros e Resseguros	5	6
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS</b>		

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

	<b>1.073.671</b>	<b>1.017.673</b>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>544.893</b>	<b>535.540</b>
Provisão de Prêmios não Ganhos	63.311	68.322
Provisão de Insuficiência de Prêmios	44.428	25.785
Sinistros a Liquidar	437.154	441.433
<b>SEGURO SAÚDE</b>	<b>8.661</b>	<b>8.562</b>
Provisão de Benefícios Concedidos	8.661	8.562
<b>VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA</b>	<b>520.117</b>	<b>473.571</b>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	506.333	459.871
Provisão de Insuficiência de Prêmios	13.362	13.047
Outras Provisões	422	653
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>1.831.562</b>	<b>1.758.256</b>
<b>PLANOS NÃO BLOQUEADOS</b>	<b>1.831.562</b>	<b>1.758.256</b>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.446.562	1.396.530
Provisão de Oscilação de Riscos	1.817	2.292
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	276.087	254.354
Provisão de Insuficiência de Contribuição	103.772	101.154
Outras Provisões	3.324	3.926
<b>OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS</b>	<b>458.034</b>	<b>455.399</b>
Provisões Fiscais	220.890	223.636
Provisões Trabalhistas	32.561	31.319
Provisões Cíveis	196.602	200.444
Outras Provisões	7.981	-
<b>OUTROS DÉBITOS</b>	<b>2.099</b>	<b>1.569</b>
Débitos Diversos	2.099	1.569
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.840.482</b>	<b>2.891.857</b>
Capital Social	1.237.882	1.185.831
Reservas de Capital	374.237	373.112
(-) Ações em Tesouraria	(59.112)	(58.944)

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Reservas de Lucros	1.185.640	1.384.683
Outros Resultados Abrangentes	(109)	7.175
Lucros Acumulados	101.944	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.662.217</b>	<b>12.268.229</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)**

	<b>31.03.2011</b>	<b>Consolidado 31.03.2010</b>
<b>OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>		
<b>PRÊMIOS RETIDOS</b>	<b>2.183.237</b>	<b>1.912.573</b>
Prêmios de Seguros	2.220.002	1.950.496
Prêmios Convênio DPVAT	17.790	17.251
Prêmios Cedidos em Co-seguros	(3.231)	(4.702)
Prêmios Cedidos em Resseguros	(42.451)	(41.847)
Prêmios Retrocessão	23	2
Prêmios Cedidos em Consórcios e Fundos	(8.896)	(8.627)
<b>VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>(64.301)</b>	<b>(43.616)</b>
<b>PRÊMIOS GANHOS</b>	<b>2.118.936</b>	<b>1.868.957</b>
<b>RENDAS COM TAXA DE GESTÃO</b>	<b>2.133</b>	<b>1.472</b>
	<b>(1.561.215</b>	
<b>SINISTROS RETIDOS</b>	<b>) (1.335.528)</b>	
Sinistros Diretos	(1.869.734)	(1.323.960)
Sinistros de Consórcios e Fundos	(4.659)	(3.777)
Serviços de Assistência	(85)	27
Recuperação de Sinistros	117.048	15.312
Salvados e Ressarcimentos	42.699	31.726
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	153.516	(54.856)
<b>DESPESAS COM BENEFÍCIOS</b>	<b>(5.927)</b>	<b>(5.934)</b>
Despesas com Benefícios Retidas	(3.673)	(6.382)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	(2.254)	448

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO</b>	<b>(257.491)</b>	<b>(211.934)</b>
Comissões	(255.151)	(216.541)
Recuperação de Comissões	2.612	2.284
Outras Despesas de Comercialização	(617)	(486)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas	(4.335)	2.809
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(56.822)</b>	<b>(91.411)</b>
Outras Receitas Operacionais	3.444	2.659
Outras Despesas Operacionais	(60.266)	(94.070)
<b>OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>		
<b>RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES RETIDAS</b>	<b>48.305</b>	<b>41.279</b>
Rendas de Contribuições	48.305	41.279
<b>VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>(39.588)</b>	<b>(35.021)</b>
<b>RENDAS COM TAXA DE GESTÃO</b>	<b>4.828</b>	<b>4.258</b>
<b>DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES</b>	<b>(4.178)</b>	<b>(1.897)</b>
Despesas com Benefícios	(4.170)	(2.821)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	(8)	924
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.956)</b>	<b>(2.559)</b>
Outras Despesas Operacionais	(90)	(164)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>7.023</b>	<b>8.529</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE FINANCEIRA</b>	<b>5.992</b>	<b>5.175</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(189.291)</b>	<b>(168.084)</b>
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	<b>(40.374)</b>	<b>(36.502)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>153.488</b>	<b>117.542</b>
Receitas Financeiras	353.028	241.154
Despesas Financeiras	(199.540)	(123.612)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>243</b>	<b>548</b>
Receitas/despesas com Imóveis de Renda	121	38
Ajustes de Investimentos em Controladas e Coligadas	-	(715)

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Outras Receitas/Despesas Patrimoniais	129	1.185
Lucro na Venda de Permanente	(7)	40
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>184.016</b>	<b>158.726</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(85.222)	(58.179)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	12.869	17.373
Participações sobre o Resultado	(9.719)	(7.903)
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES E ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>101.944</b>	<b>110.017</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:</b>	<b>101.944</b>	<b>110.017</b>
Acionistas da Companhia	101.944	109.587
Participações dos não Controladores	-	430
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA</b>	<b>101.944</b>	<b>110.017</b>
Por Ação Preferencial	0,12	0,13
Por Ação Ordinária	0,12	0,13
<b>RESULTADO DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA</b>		
Por Ação Preferencial	0,12	0,13
Por Ação Ordinária	0,12	0,13

**(2) CÂMARA DE ARBITRAGEM**

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 45 do seu Estatuto Social.

**(2.1) ANEXO III - ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31.03.2011						
(Em unidade de Ações)						
SUL AMÉRICA S.A.						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Sulasapar Participações S.A.	277.088.618	59,45%	-	-	277.088.618	32,83%

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>ING Insurance International B.V.</b>	59.586.309	12,78%	119.172.621	31,55%	178.758.930	21,18%
<b>Ações em Tesouraria</b>	3.998.451	0,86%	7.996.902	2,12%	11.995.353	1,42%
<b>Outros Acionistas</b>	125.440.210	26,91%	250.604.682	66,33%	376.044.892	44,57%
<b>Total</b>	<b>466.113.588</b>	<b>100%</b>	<b>377.774.205</b>	<b>100%</b>	<b>843.887.793</b>	<b>100%</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b> Posição em 31.03.2011 (Em unidade de Ações)				
<b>SULASAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Sulasa Participações S.A.</b>	1.999.992	55,00	1.999.992	55,00
<b>ING Insurance International B.V.</b>	1.636.358	45,00	1.636.358	45,00
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-
<b>Outros Acionistas</b>	14	-	14	-
<b>Total</b>	<b>3.636.364</b>	<b>100</b>	<b>3.636.364</b>	<b>100</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b> Posição em 31.03.2011 (Em unidade de Ações)						
<b>SULASA PARTICIPAÇÕES S.A.</b>						
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
Isabelle Rose Marie de Ségur Lamoignon	2.153.353.116	25,00	4.306.706.209	25,00	6.460.059.325	25,00
Sophie Marie Antoinette de Ségur	2.153.353.116	25,00	4.306.706.209	25,00	6.460.059.325	25,00
Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas	1.435.568.744	16,66	2.871.137.488	16,66	4.306.706.232	16,66
Christiane Claude de Larragoiti Lucas	1.435.568.744	16,67	2.871.137.488	16,67	4.306.706.232	16,67

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Chantal de Larragoiti Lucas	1.435.568.744	16,67	2.871.137.488	16,67	4.306.706.232	16,67
Outros	-	-	46	-	46	-
<b>Total</b>	<b>8.613.412.464</b>	<b>100</b>	<b>17.226.824.928</b>	<b>100</b>	<b>25.840.237.392</b>	<b>100</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b> Posição em 31.03.2011 (Em unidade de Ações)				
<b>ING INSURANCE INTERNATIONAL B.V.</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>ING Verzekeringen N.V.</b>	50.089	100	50.089	100
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-
<b>Outros Acionistas</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>50.089</b>	<b>100</b>	<b>50.089</b>	<b>100</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b> Posição em 31.03.2011 (Em unidade de Ações)				
<b>ING VERZEKERINGEN N.V.</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>ING Groep N.V. *</b>	153.883.760	100	153.883.760	100
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-
<b>Outros Acionistas</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>153.883.760</b>	<b>100</b>	<b>153.883.760</b>	<b>100</b>

\*O ING Groep N.V. é uma companhia aberta, com sede na Holanda, com certificados de depósito ao portador, representando ações ordinárias do ING Groep N.V., listados na NYSE, na Euronext e em outras bolsas de valores.

**(2.2) Anexo IV - POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

**POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**  
Posição em 31 de março de 2011

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	TOTAL%
<b>Controladores</b>	355.533.056	76,27%	156.888.885	41,52%	512.421.941	60,72%
<b>Administradores</b>						
<b>Conselho de Administração</b>	29.056	0,01%	58.068	0,02%	87.124	0,01%
<b>Diretoria</b>	1.935	0,00%	3.870	0,00%	5.805	0,00%
<b>Conselho Fiscal</b>	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Ações em Tesouraria</b>	3.998.451	0,86%	7.996.902	2,12%	11.995.353	1,42%
<b>Outros Acionistas</b>	106.551.090	22,86%	212.826.480	56,34%	319.377.570	37,85%
<b>Total</b>	466.113.588	100,00%	377.774.205	100,00%	843.887.793	100,00%
<b>Ações em Circulação</b>	106.551.090	22,86%	212.826.480	56,34%	319.377.570	37,85%

Obs.: Em 28.07.2010 a Assembléia Geral Extraordinária da Sul América S.A. aprovou o desdobramento de ações de emissão da Companhia, de forma que cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie, sendo automaticamente constituídas em *units* as ações decorrentes do desdobramento de ações que se achavam representadas por *units*.

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>						
<b>Posição em 31 de dezembro de 2010</b>						
	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	TOTAL%
<b>Controladores</b>	355.533.057	76,27%	156.888.885	41,52%	512.421.942	60,72%
<b>Administradores</b>						
<b>Conselho de Administração</b>	29.058	0,01%	58.068	0,02%	87.126	0,01%
<b>Diretoria</b>	1.935	0,00%	3.870	0,00%	5.805	0,00%
<b>Conselho Fiscal</b>	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Ações em Tesouraria</b>	3.998.451	0,86%	7.996.902	2,12%	11.995.353	1,42%
<b>Outros Acionistas</b>	106.551.087	22,86%	212.826.480	56,34%	319.377.567	37,85%
<b>Total</b>	466.113.588	100,00%	377.774.205	100,00%	843.887.793	100,00%
<b>Ações em Circulação</b>	106.551.087	22,86%	212.826.480	56,34%	319.377.567	37,85%

**(3) Atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003:** Em 29.12.2009, a Sul América S.A. contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

(individual e consolidada). Adicionalmente, a Companhia também contratou a KPMG para execução de outros serviços que não são de auditoria. Os honorários correspondentes à estes outros serviços são inferiores à 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório de revisão dos auditores independentes  
Aos Acionistas e aos Administradores da  
Sul América S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Sul América S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreende o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, que inclui a demonstração do resultado abrangente, e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informao suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ  
José Rubens Alonso  
Contador CRC SP - 104350/O-3 S-RJ

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os diretores estatutários da Sul America S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ n. 29.978.814/0001-87, nos termos do inciso V do parágrafo 1. do artigo 25 da Instrução CVM n. 480 de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras intermediária da Companhia e do Consolidado para o trimestre findo em 31.03.2011, assim como com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, sobre essas demonstrações financeiras intermediárias.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os diretores estatutários da Sul America S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ n. 29.978.814/0001-87, nos termos do inciso V do parágrafo 1. do artigo 25 da Instrução CVM n. 480 de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras intermediária da Companhia e do Consolidado para o trimestre findo em 31.03.2011, assim como com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, sobre essas demonstrações financeiras intermediárias.